

CRISTINA HEBLING CAMPOS

O S O N H A R L I B E R T Á R I O

(MOVIMENTO OPERÁRIO NOS ANOS DE 1917 a 1920)

DISSERTAÇÃO APRESENTADA COMO EXIGÊNCIA
PARCIAL PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MES
TRE EM HISTÓRIA À COMISSÃO JULGADORA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS,
SOB A ORIENTAÇÃO DO PROFESSOR MICHAEL
M. HALL

Parecer do Presidente de Banca

Este exemplar corresponde à redação final da tese
defendida pela aluna Cristina Hebling Campos e aprovada
pela comissão julgadora.

Michael M. Hall
16 de dezembro de 1983

Dedico a Cecília e Mário

AGRADECIMENTOS

Ao Michael agradeço pela orientação e pelo carinho. Aos professores do Departamento de História e ao Paulo Sergio pelo incentivo.

Ao pessoal do Arquivo: Vanda, Marisa, Sandra, Ema e Cida.

Aos amigos que me ajudaram neste trabalho, Malu, Eliane, Regina Maria, Ennio, Ana, Carlos, Liliam...

Todos da Avenida Quinze e a Selma.

A Fapesp eu agradeço pelo auxílio financeiro.

Um agradecimento especial ao Cicero.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
CAP. 1 RIO E SÃO PAULO - DUAS CIDADES	14
CAP. 2 OS TRABALHADORES NOS ANOS DE 1917 a 1919	26
O início da Conjuntura: 1917	30
Organização e Mobilização Operária no Rio de Janeiro ..	42
O Estado e a Legislação Social	53
Sao Paulo volta a ser o centro das agitações	56
CAP. 3 AS GREVES DE 1920	65
O Sindicato dos Tecelões em Perigo	65
O Rio de Janeiro Parado	105
CAP. 4 O FINAL DA CONJUNTURA	124
Os Libertários	124
Os Inquilinos	132
Marítimos	144
CONCLUSÃO - UMA BRILHANTE UTOPIA	163
BIBLIOGRAFIA	167

Introdução

Este trabalho tem como tema o estudo do movimento operário nos anos de 1917 a 1921 nos dois maiores centros industriais do Brasil - Rio de Janeiro e São Paulo. Ao destacarmos estes anos da história da classe operária brasileira visamos, antes de tudo, aprofundar a descrição e a reflexão de uma intenção: o sonhar libertário.

Como tema e título desta Dissertação, o privilégio deste sonhar, desta tentativa revolucionária, não implica em negar que a história da formação da classe operária vai muito além do estudo das manifestações explícitas e organizadas no seio de instituições como sindicatos ou organizações políticas. Como lembra Cornelius Castoriadis não devemos nos restringir ao âmbito daquele terreno que na tradição marxista-leninista, e estruturalista, se delimitou como político. Embora reconhecendo a necessidade de um maior aprofundamento na história da classe, no seu sentido mais abrangente, e não só no seu movimento organizado, como era minha intenção ao iniciar este trabalho, tive que, no caminho percorrido, fazer um recorte que me foi sugerido pelas fontes disponíveis e pela limitação de tempo.

Aprofundar mais teria que ser no sentido de uma aproximação maior com o pensamento dos operários no seu dia a dia, nos momentos em que resistiam não organizadamente à dominação e também quando se embrenhavam na passividade, na resignação - na introjeção dos valores da classe dominante, disciplinando-se para o trabalho. E fazer a genealogia destes valores.

Na impossibilidade deste mergulho mais fundo, agora, me ative a uma reinterpretação da aventura libertária. O fato de ter me definido pelo estudo de conjuntura também foi fundamental na colocação deste limite. A apreensão do fazer-se da classe operária brasileira exige um outro recorte - um período histórico consideravelmente mais elástico. Em nosso projeto inicial caracterizamos estes anos como o ponto mais alto da história do movimento operário na Primeira República levando em conta a agudeza dos conflitos, a rapidez do seu alastramento e a magnitude da reação despertada. Quando a historiografia pensou e privilegiou esta conjuntura, o fez levando em conta o elevado número de greves, sindicatos, comícios, enfim, todas manifesta-

ções de uma combatividade ativa e que a tradição consagrou como formas válidas de resistência. Ao privilegiar agora estes anos tentamos nos lembrar também que o olhar sobre o passado requer uma flexibilidade que permita enxergar para além daquilo que foi construído sobre ele. Passa pela crítica da memória que ficou daqueles anos, vislumbrando as falas daqueles atores.

Estudar o movimento operário dos anos de 1917 a 1921 nos dois maiores centros brasileiros - Rio e São Paulo - iniciou-se com uma certa estupefação em relação, principalmente, ao tipo de horror que senti nos textos historiográficos existentes sobre o assunto. Que era este horror? Era muito comum no balanço final da conjuntura deter-se nas características que a classe operária não possuía, porque tinha-se em mente um modelo de comportamento político e de classe operária visivelmente alienígena, e até historicamente dúbio ou absolutamente teórico.

Chegava-se a conclusão de que a classe operária brasileira da Primeira República era fraca (pequena, composta de um grande número de mulheres e crianças) e mal conduzida, isto é, com uma liderança que se guiava por uma ideologia pequeno-burguesa. O meu horror era ver que com estes pressupostos - composição da classe e orientação ideológica - subtraía-se da classe operária a sua própria identidade. Ora, a classe só se constitui no processo de luta, quando, ao criarem-se laços de solidariedade entre os indivíduos, enfrenta o patronato (e o Estado). A consciência que é produzida neste momento é registrável, às vezes comparável, mas não existem "desajustes" na história, nem atrasos, nem falsa consciência.

Duas preocupações dão sentido à Dissertação. Uma delas diz respeito as motivações e condições gerais em torno do trabalhador que propiciaram o aceleração e o explicitamento do sentimento de revolta - aquilo que girou em torno do ato de fazer pública a exploração. A outra trata da questão das motivações que permearam o descenso do movimento operário entre os anos de 1920 e 1921 e que se entrelaçam com a problemática mais geral do processo de sujeição do trabalhador ao capital - as relações de poder.

A exigência de melhores salários, de mudanças no regime de trabalho e nas condições em que ele se realizava, de controle do custo de vida, de reconhecimento das associações operárias e dos seus representantes, decorreram, segundo a histo

riografia, da conjunção dos elementos: de um lado o crescente a gravamento das condições de trabalho, ou seja, a intensificação da exploração, maior insegurança, crescente miséria humana e opressão política; por outro, da percepção que toma conta do trabalhador de que os frutos do seu trabalho, que cresciam com os estímulos provocados pela Primeira Guerra Mundial na economia, passavam com maior transparência para a burguesia.

Mas perceber que neste momento, dentre o aglomerado de fatos, de golpes e contra-golpes, havia um algo mais que se traduzia em termos culturais, ainda que não estivesse sendo colocada a questão da vanguarda disciplinada para a tomada do poder do Estado, foi fundamental e extremamente revelador. Isto implicou no ato de distinguí-lo, separá-lo e na discussão do seu sentido e significado. E nisto a leitura de E.P. Thompson sobre a história da classe operária inglesa foi fundamental (1).

Para Thompson classe não é uma categoria analítica ou estática e nem mesmo uma estrutura social. "Por classe eu entendo um fenômeno histórico que une um número de acontecimentos disparatados e aparentemente sem conexão, ambos na crueza da experiência e na consciência" (Thompson, p. 9) Seu surgimento reflete esta historicidade; a classe surge como resultado da articulação de interesses semelhantes, contra os interesses normalmente opostos de outros homens. Ocorre como resultado de experiências comuns, herdadas ou compartilhadas.

Foi fundamental perceber, contradizendo a maioria das leituras feitas sobre o movimento operário organizado sobre base anarquista e sindicalista revolucionária que, com a orientação destas vanguardas, os trabalhadores dos grandes centros industriais do país (nestes anos que permeiam o final da Primeira Guerra e principalmente o pós-guerra), experimentando a exploração, identificando pontos de interesse comuns entre si e antagônicos a outros homens, lutam por estas questões e neste processo de luta chegam a conhecer este descobrimento como consciência de classe. Entendemos esta como "(...) a maneira como se traduzem estas experiências em termos culturais,, encarnando-se em tradições, sistemas de valores, ideias e formas

(1) E.P. Thompson - The Making of the English Working Class. New York, 1966.

institucionais (Thompson p. 8).

A brecha que se abre nestes anos, embora tenha se constituído numa causa e caminho esquecido, e negado pelas releituras que os próprios dirigentes posteriormente fizeram, se vista à luz de uma problemática não posterior, revela o desenvolvimento da consciência de classe e de formas correspondentes de organização política e trabalhista (associações de bairros, sindicatos, sociedades de socorro mútuo, caixas beneficentes, escolas, orquestras, grupos teatrais, periódicos, centros de estudo etc.) assim como tradições intelectuais operárias, padrões ou modelos comunitários de classe e um sentimento de estrutura de classe.

Num artigo anônimo onde comenta-se os resultados da greve de julho de 1917 em São Paulo e intitulado "Considerações Póstumas", esta presença fica assinalada com muita clareza:

"Muitos talvez considerarão os resultados obtidos muito abaixo do esforço realizado; considerarão que os sacrifícios não foram compensados pelas vantagens obtidas, aliás incertas.

E assim é. Os trabalhadores não obtiveram tudo o que reivindicavam, o que não impede reconhecer uma grande e verdadeira vitória conseguida não somente contra o Estado e nem só contra os industriais, mas principalmente sobre eles mesmos.

E dessa vitória o proletariado paulistano pode e deve se orgulhar

ELES ENCONTRARAM NA LUTA SUA PRÓPRIA CONSCIÊNCIA

Ontem, essa sua consciência era embrionária, incerta, duvidosa: hoje é forte e consciente.

Hoje ela sabe quanto vale e quanto pode.

Hoje está demonstrada a capacidade revolucionária do povo de São Paulo. Nela ninguém acreditava, isso ninguém esperava. Do governo aos subversivos, todos estavam convencidos de que esta amálgama de desprezíveis imigrantes somente se poderia esperar, quando não resignação, pelo menos vileza". (Guerra Sociale 26-07-1917)

O sonhar a que me refiro, adjetivando-o como libertário, foi todo o esforço que se inicia com a adoção de uma ideologia revolucionária - o anarquismo e sua ramificação o sin-

dicalismo revolucionário - e que teve seu apogeu no Brasil nos anos de 1917 a 1920. Quando se engendrou no seio do operariado a tentativa de negação do universo burguês de dominação.

Dentro desta categoria que chamo de libertários en globo: os anarquistas, que viam a transformação da sociedade capitalista para a Anarquia através da ação direta dos despossuídos derrubando o Estado e erigindo a nova sociedade, formada por produtores independentes ou por cooperativas; e o sindica- lismo revolucionário que tinha no sindicato a sua arma de luta para a também almejada Anarquia. Os primeiros organizavam-se em ligas, comitês, alianças, grupos teatrais, grupos editoriais, es colas, jornais, etc., tendo a propaganda, a palavra, como ins- trumento. Os segundos tinham na estrutura federativa a base da organização sindical. As duas correntes, no Brasil, não são sem pre fáceis de distinguir. Na prática há grupos que adotam ele- mentos das duas tradições segundo suas necessidades e com uma certa indiferença às distinções que prevaleciam em vários ou- tros países na época. Através da conjuntura, o sindicalismo revo- lucionário vai evoluindo com algumas diferenças entre o Rio e São Paulo. Nesta última cidade, o movimento se fortalece em 1917 com as ligas de bairros, um tipo de organização de ins- piração basicamente anarquista, mas com um discurso já sindica- lista que vai ganhando força até que após a greve de maio de 1919 são formados os grandes sindicatos como o dos têxteis e construção civil. No Rio de Janeiro, a estrutura sindical já se mostra desde o início da conjuntura, mas com apelos mobilizatō- rios típicos de consumidores: é a luta contra a carestia. Em 1918 o levante de novembro se fez em cima de uma organização tam bém extra-sindical ou federativa, os militantes tinham forte inspiração anarquista, apesar de contarem com um movimento sin- dical já significativo. Daí para frente a unidade se faz explí- cita no sindicato e na Federação dos Trabalhadores.

Não deixaram de ter importância, principalmente em São Paulo, durante toda a conjuntura, os grupos de inspiração a narquista, apenas se sobrepõem à organização sindical; no final voltam a ser o refúgio da vanguarda. As discussões entre as duas tendências não tocavam significativamente as diferenças estra- tégicas, se completavam sem oposições marcantes: os militantes se uniam nos momentos difíceis e nas lutas. Aparentemente tran- sitavam livremente pela estrutura sindical e pelas organizações

anarquistas. Todos eram revolucionários, chama-los-ei de libertários em quase toda a Dissertação, embora reconheça as diversas posturas teóricas, doutrinárias, estratégicas e táticas.

Sintetizando a discussão da questão do ascenso do movimento operário, uma simplificação importante: o ascenso da mobilização esteve estreitamente ligado ao esforço organizatório dos militantes libertários tanto no Rio como em São Paulo. Ao contrário de muitos historiadores, considero o anarquismo e o sindicalismo revolucionário como ideologias operárias e revolucionárias. E são posturas capazes de abarcar outros tipos de manifestações tão revolucionárias quanto aquelas que são tidas como tipicamente proletárias, organizadas por partidos ou sindicatos. O ascenso do movimento em 1917 foi possível graças a um tipo de organização que implicou na mobilização das camadas populares como produtoras e consumidoras, pelo local de trabalho e o de moradia.

Durante a conjuntura esta prática se diluiu, concentrando-se a mobilização no espaço do trabalho - o âmbito sindical. Suponho que isto tenha ocorrido devido as proibições de manifestações públicas, atos essenciais para uma mobilização de base popular, também pela crescente organização da burguesia que implicou na limitação do terreno do confronto, inclusive como modo de maior controle, e ao também maior poder de repressão do Estado.

Este esquadrinhamento, num primeiro passo facilitou o movimento que se aprofundou no sentido da criação e fortalecimento das comissões de fábrica, delegados sindicais, aumentou a intervenção dos operários no mundo do trabalho; mas, num segundo passo, agudizou a vulnerabilidade do movimento, ele é claramente identificável.

Para descrever este processo montei a Dissertação numa ordem basicamente cronológica. No primeiro capítulo faço uma avaliação das duas cidades: Rio e São Paulo. No segundo, descrevo o movimento dos anos de 1917 a 1919.

No terceiro capítulo prendo-me à descrição de dois importantes movimentos: a greve dos têxteis de março-abril de 1920 em São Paulo e a greve da Leopoldina, deste mesmo ano, no Rio. São duas paralisações que, apesar da ampla repercussão que chegam a provocar, assinalam o momento em que se fincam os limites do alcance do movimento sindical.

Neste capítulo e no quarto desenvolvo a preocupação com o tema do descenso. Os autores que tentaram explicá-lo enfatizaram considerações a respeito da fragilidade e especificidade da implantação do capitalismo industrial no Brasil, as condições estruturais adversas da classe operária (tamanho da classe, diferenciações étnicas, participação de amplo contingente de mão-de-obra feminina e infantil, etc.) e o papel repressivo do Estado (2), além de apontarem o anarquismo como o grande incapaz e vilão na história.

De modo geral são esquecidas aquelas causas, ou melhor, aquelas relações (que envolvem tipos de coação não só exteriores), em que estão inseridos o capital e o trabalho assim como outras instituições e esferas da sociedade, e que contribuem para tornar o trabalhador permeável ao descenso. Aquilo que faz com que as pessoas no dia a dia da vida aceitem a disciplina, o trabalho, o ritmo dado pela máquina ou pelo supervisor, a hierarquia, enfim, que se transformem em dirigentes de sua própria servidão.

"Existe sempre uma certa rebelião contra a compulsão externa que atrapalha o rendimento do trabalho ou torna as pessoas incapazes de qualquer tarefa intrincada que necessite de inteligência, iniciativa e responsabilidade" (3).

O mesmo se pode dizer da eficiência dos salários baixos para disciplinar o trabalhador. Repressão e salários baixos, todas as formas externas de compulsão, como lembra E. Fromm, não são eficazes para mobilizar as energias do homem para o trabalho: é preciso mobilizar uma força íntima.

Na Inglaterra, o metodismo e o utilitarismo oferecem aos desgarrados da Revolução Industrial um tipo de comunidade que substituiu os padrões comunitários antigos em processo

(2) Ver uma discussão destas posturas em Michael M. Hall e Paulo Sérgio Pinheiro, "On Widening the Scope of Latin American Working-Class History: Some General Considerations and a Brazilian Case Study", mimeo., New York, 1983.

(3) E. Fromm - The Fear of Freedom. p. 80, cf. Thompson, op.cit., p. 357.

de desaparecimento. Forneceram a disciplina no trabalho industrial, difundiram a ideologia dominante da Revolução Industrial e foram a expressão mais clara de processos operativos na sociedade inteira.

A religião era algo sensorial e passional. "Os orgasmos apaixonados do domingo facilitavam a concentração de suas energias durante toda a semana para a consumação do trabalho produtivo". (Thompson, p. 369) E o metodista aprendia a levar sua cruz de pobreza e de humilhação.

Mas a comunidade trabalhadora de princípios do século XIX na Inglaterra não foi produto tão somente do paternalismo nem do metodismo. Através do estudo de suas associações operárias, Thompson encontra uma prova do desenvolvimento genuíno de uma cultura e de associações de classe independentes com um forte sentido coletivista. E conclui que esta consciência, junto ao sentido fraternal do metodismo de onde originam-se as teorias, instituições, disciplina e valores comunitários das associações tipicamente obreiras, é o que distingue a classe operária do século XIX da "mob" do século XVIII.

Acompanhar o surgimento das respostas que se constituem na sociedade ao problema do crescimento do radicalismo político da última década do século XVIII na Inglaterra - o jacobinismo, as sociedades de correspondência - teve a finalidade de perceber como E.P. Thompson constrói o seu argumento, como em sua análise e em sua visão de história aparecem as questões dos valores e da satisfação humana (Thompson, p. 444).

A questão do controle e disciplinarização ultrapassam o "locus" fabril, invadindo a vida cotidiana, o espaço de vida privado das pessoas. Esta invasão total em todas as instâncias da vida humana visavam para além das simples adequações a novos métodos de organização da produção, da racionalização do processo de trabalho. Tinham uma proposta que objetivava a construção de uma ética baseada na disciplina, uma estratégia de controle e de mecanismos que permitissem a transformação de idéias de uma classe em idéias dominantes da sociedade, fazendo com que certos valores e normas aparecessem dotados de universalidade. Para que este processo de introjeção se realizasse eficazmente havia que se fazer o enquadramento do indivíduo.

Enquadrava-se também o tempo e o espaço do cotidiano no familiar, as condutas, afetos e emoções. Mediante estas táticas

cas, a vida privada dos indivíduos foi atrelada aos destinos de uma determinada classe social, a burguesia. O corpo, o sexo, os sentimentos conjugais, parentais e filiais passaram a ser utilizados como instrumentos de diferenciação e dominação.

Podemos deixar mais clara nossa visão desse tipo de processo. Acreditamos que a busca de explicações de fenômenos como ascenso e descenso do movimento operário, e que implica numa noção já explicitada de consciência de classe, deve passar necessariamente pela multiplicidade de instâncias da vida social que inserem dentro de si mesmas relações de poder.

A questão do poder passa pela percepção de que este intervém materialmente, atingindo a realidade mais concreta dos indivíduos, ao nível de seu próprio corpo, penetrando a vida cotidiana, controlando inclusive a sexualidade, as idealizações e fantasias.

Trata-se assim não do PODER mas de poderes que se exercem em níveis variados e em pontos diferentes da estrutura social, integrados ou não ao Estado, funcionando como uma máquina social que não se situa em nenhum lugar de forma privilegiada ou exclusiva.

Desta forma tem-se que uma vez dada a situação relacional de poder, as lutas contra seu exercício não podem ser exteriores, uma vez que nada está isento de poder. Qualquer luta será sempre resistência dentro da teia de poder, não havendo um campo específico para ocorrer a resistência e sim pontos móveis e transitórios que também se distribuem por toda a estrutura social.

Estas relações de poder não são somente contratuais ou meramente repressivas, pois a dominação dificilmente se manteria apoiada apenas em repressão. O poder possui uma positividade, pois o seu interesse está no corpo humano, com o sentido do seu aprimoramento, adestramento, para com maior eficácia controlar e gerir a vida social, visando um aumento de seu potencial de trabalho, e também para diminuir a capacidade de revolta e resistência dos homens. Além disto,

"(...) o poder sô pode ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que sô funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns (...). O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos

não sã circulam mas estã sempre em posiçã de exercer este poder e de sofrer sua açã: nunca sã o alvo inerte ou consentido do poder, sã sempre centros de transmissã" (M. Foucault, Microfísica do Poder, p. 183)

Os indivíduos sã centros de transmissã de poder e de resistênciã. A resistênciã efetiva das pessoas contra a vigilânciã, a consciênciã do carãter subordinante e dominador da estrutura de poder ã aquilo que aparece de formas variadas, atravê de revoltas, ou atê mesmo como passividade. Esta resistênciã variava desde a repugnânciã dos trabalhadores de morarem nas vilas operãrias e assim se oporem ã vigilânciã de sua vida privada, atê ã resistênciã passiva contra o controle do tempo que se traduzia no ato de se faltar ao trabalho.

Compreender as razões do descenso do movimento operãrio no final dos anos dez no Brasil, longe de enfatizar as explicações usuais deve procurar enriquecer o leque de elementos que estiveram presentes na interrupçã do sonhar. Ao lado da açã policial, dos regulamentos internos de fãbricas e oficinas, das leis repressivas e de expulsã de estrangeiros, ocorreu uma investida por parte da burguesia, do Estado, da Igreja e outros setores da sociedade no sentido de esvaziar o movimento sindical e de ampliar e aperfeiçoar novas formas de controle.

Vãrias estratêgias, por vezes pontuais, contribuĩram para, em conjunto, generalizar a ideologia da classe dominante. O movimento operãrio dos têxteis em São Paulo, por exemplo, ã iniciado com um locaute (os patrões investem basicamente contra a intromissã da Uniã dos Operãrios em Fãbricas de Tecidos dentro das fãbricas), e desemboca na greve em solidariedade decretada pela Federaçã Operãria que ã reprimida. Este movimento estã todo transpassado pelas investidas da Igreja (atravê do Centro Operãrio Catõlico Metropolitano do Braz) que mina ideologicamente o movimento sindical. Quando a UOFT ã reaberta (havia sido fechada pela polĩcia) ela estã completamente esvaziada. Restou um desânimo nos operãrios que perdurarã por alguns anos, e a perda daquele espaço decisõrio que havia sido conquistado por eles atravê de suas lutas.

No Rio de Janeiro os libertãrios concorrem com um sindicalismo reformista de peso, o que envolvia uma relaçã diferente do operariado com o Estado, e o enfrentamento das in-

trincadas figuras dos coronéis marítimos. No artigo intitulado "Nova Tática" ilustra-se, ainda uma investida ideológica importante (de uma forma bem concreta), o pensamento nacionalista:

"Falhadas que foram as tentativas do Monsenhor Rangel e caterva, acolitados pelo governo e esteiados pelo capitalismo, no propósito de enfraquecer e desmoralizar as organizações operárias de orientação sindicalista, de nova tática procura lançar mão o governo pelo órgão do seu secretário da justiça, congregando os elementos que a classe dos gozadores chama são".

"Esses elementos, diz-se, estão congregados na Liga da Defesa Nacional. De maneira que, quem não pertence à tal Liga ou a ela não venha a aderir, no momento em que perigues a tranquilidade burguesa ou a prolongada digestão do governo será tido como provocador de 'certos fenômenos que alteram a ordem econômica de muitos'".

"Estimulando a Liga de Defesa Nacional o sr. Secretário da Justiça não faz obra original; imita unicamente o que já se fez em prática na Inglaterra, na Argentina, etc. (...)" (Voz do Povo, 19-04-1920)

Após aqueles dois movimentos grevistas os militantes repensam as estratégias de luta e, no Terceiro Congresso Operário Brasileiro são definidas algumas linhas de atuação, em especial para o movimento carioca. A divisão dentro do operariado, entre amarelos e negros passa a ser objeto de atenção dos sindicalistas revolucionários ao criarem a Federação dos Marítimos e Classes Anexas se infiltrando assim no porto do Rio, um importante ponto do sindicalismo reformista. Esta mobilização culminará com uma greve longa que envolveu várias categorias de marítimos. Derrotado este movimento restará muito debilitado também o sindicalismo libertário. Em São Paulo os anarquistas, principalmente, terão um papel fundamental na criação da Liga dos Inquilinos, uma ação novamente voltada para o local de moradia operária: são criados diversos comitês de bairros que após um curto resplandecer se esmaecem. Foram sonhos e esperanças não realizadas. Estes dois movimentos compõem o quarto capítulo da Dissertação.

Estas séries de descrições que formam o meu traba-

lho obedecem a intenção de marcar a diversidade, quebrar a idéia de uma pretensa homogeneidade e do fracasso. O que se opõe à idéia de fracasso, nas historiografias oficiais, é o próprio fato histórico - são aqueles atos, aquelas idéias que tiveram êxito. Além de ser quase impossível falarmos em êxito quando se faz história das classes dominadas, pois as mudanças que sua presença produziu foram apagadas da memória, considero fundamental tentar distinguir os mecanismos de dominação que se impuseram; mas pensá-los sem obstinação, como se deles sô se pudessem esperar a continuidade na história.

A história não é feita para se incorporar o passado, o historiador tem que mostrar antes de tudo os rachas, as rupturas, para que se possa, na história viva, efetuar transformações.

Estas esperanças que segundo Walter Benjamin são como cacos da história, se não se realizaram não foi por fraqueza ou incapacidade, mas porque a dominação se impôs; cabe ao historiador contá-las e dar-lhes um outro sentido, diversos da história do vencedor (4).

"Somente os que têm sucesso (no sentido daquelas as pirações que antecipam as mudanças posteriores) são lembradas. Os becos sem saída, as causas perdidas, os que foram abatidos são esquecidos. (...) Mas eles viveram estes tempos de agudos distúrbios sociais, e nós não vivemos. Suas aspirações foram válidas dentro dos parâmetros de sua própria experiência; e, se foram vencidos pela história; eles permanecem, condenados em suas próprias vidas, como vítimas". (Thompson, p. 12 e 13)

A tentativa revolucionária dos anos de 1917 a 1920, além de ter sido esquecida pela historiografia oficial, foi "mal vista" pela historiografia marxista (leninista). Esta postura ligou-se essencialmente ao fato dos libertários terem se negado a criar o partido revolucionário e de não participarem do processo político-eleitoral estabelecendo alianças com outras camadas sociais. Teoricamente isto é insustentável, a tarefa do his

(4) Sobre Benjamin consultar Jeanne Marie Gagnebin. Walter Benjamin Os Cacos da História. S.P., Brasiliense, 1982

torizador é a de fazer da história um uso que a liberte para sempre de qualquer absoluto. Não se pode permitir que a história se deixe levar por nenhuma obstinação, e nem que se deixe obstinar pela idéia de continuidade. O historiador "(...) deve ter apenas a acuidade de um olhar que distingue, reparte, dispersa, deixa operar as separações e as margens - uma espécie de olhar que dissocia e é capaz ele mesmo de se dissociar e apagar a unidade deste ser humano que supostamente o dirige soberanamente para seu passado" (5).

Não existe nada imortal no homem, nada escapa a ter uma história. A história não é um continuum com um sentido estabelecido, as forças que se encontram em jogo obedecem ao acaso da luta. Ela não tem que dizer da eficácia, ou não, de determinado movimento social segundo um sentido estabelecido: a história "efetiva" conhece apenas "as mãos de ferro da necessidade que sacode o copo de dados do acaso" (Nietzsche. Aurora § 130 cf. M. Foucault, p. 28)

(5) Michel Foucault. Microfísica do Poder. R.J., Graal, 1979. p. 27.

capítulo 1 Rio e São Paulo - duas cidades

Chora a injustiça da cidade
 Na cara suja dos garotos
 Affonso Schmidt*

O Rio de Janeiro tem algo que difere de São Paulo, talvez as idéias, as pessoas, as coisas, a arquitetura, a história, os sonhos que são possíveis com aquele lado de mar, uma abertura para a tristeza da desigualdade.

Se pensamos nos ritmos, na configuração das duas cidades, visualizamos dois espaços distintos. São "gentes" diferentes, são universos bem característicos. No Rio implanta-se, antes de mais nada, a diversidade; em São Paulo, comparativa e grosso modo, tende-se para uma maior homogeneidade. São características, tanto da sua paisagem urbana, das atividades econômicas que nelas se realizam, da arquitetura dos bairros, dos hábitos, dos costumes, quanto da resistência que as classes populares oferecem.

No Rio de Janeiro existe uma maior diversidade no movimento operário que se divide em tendências ideológicas definidas; isto é, marcante. Dentro do reformismo estendem-se desde os auto-denominados "sindicalistas puros" até os amarelos, ou como os chamou Boris Fausto - "trabalhistas". No outro extremo os anarquistas e sindicalistas revolucionários. Falar do Rio de Janeiro implicou em rever uma série de afirmações que se fazem a respeito do comportamento político dos operários brasileiros quando se teve os olhos sô voltados para São Paulo. É muito mais o paraíso da complexidade do que o ambiente esquadrinhado e sensivelmente mais homogêneo da recém-industrializada São Paulo cujo pensar se impregna da laboriosidade. O

(*) "Caras Sujas" - Affonso Schmidt, A Fornalha, S.P., 1923.

Distrito Federal possui "(...) no panorama um sabor de confusão democrática, de solidariedade perfeita entre as gentes que as habitam" (1). Parte da genealogia desta diferença pode ser buscada nos processos distintos de implantação industrial e no modo como se constituem, uma sociedade e um Estado, que investem na questão da generalização, para toda a sociedade, do modo de pensar e de agir da burguesia. Nos dois grandes centros industriais a tendência é a mesma, mas a sua implantação será mediada por histórias diversas, estágios diferentes da introdução de um ideário burguês, que também se compunha.

Em relação ao movimento operário é visível uma postura diferente do Estado frente à classe operária. É difícil precisar esta diversidade. Com certeza não se trata de políticas definidas, explícitas e abrangentes; o que sobressai é que em São Paulo existia um certo padrão de confronto mais direto e que será mantido no decorrer da conjuntura (em especial depois da greve de julho de 1917). As atitudes do Estado frente às greves e outras manifestações operárias serão muito mais neste sentido, sem mediações. No Rio de Janeiro foi frequente a existência de uma preocupação relativa a utilização de estratégias sutis de dominação. Embora a repressão também fosse constante, a prática de negociações foi muito utilizada.

Mas foram estratégias pontuais que partiam as vezes da Presidência da República, ou do Congresso, com os deputados oposicionistas como Mauricio de Lacerda ou Nicanor Nascimento, ou na Intendência Municipal, em especial com a figura de Ernesto Garcez. Em relação à burguesia, destacou-se neste entido, o Centro Industrial do Brasil com seu Presidente Jorge Street e empresas como o Lloyd Brasileiro ou a Estrada de Ferro Central do Brasil.

A impressão que ficou é que temos em São Paulo uma burguesia mais homogênea (embora não necessariamente mais organizada) e um operariado marcadamente menos diferenciado que no Rio. Isto se dava tanto a nível de sua composição, origem étnica e distribuição ocupacional, quanto da sua organização.

Vou tratar este assunto de modo meramente indicativo, somente colocando as impressões que ficaram do estudo do

(1) Lima Bareto, Triste Fim de Policarpo Quaresma. Rio de Janeiro, Mérito, 1948 p.125

movimento operário, sem traçar as linhas de alguma causalidade.

Em fins do século XIX e primeiras décadas do XX, o Rio de Janeiro era a maior cidade brasileira contando com uma população de 1.157.873 habitantes em 1920. Neste mesmo ano São Paulo possuía uma população que era a metade da do Rio - 579.033 habitantes (2). Neste período, o Distrito Federal possuía várias condições para atrair o desenvolvimento industrial: detinha o maior mercado de consumo e de mão-de-obra do país, gozava da proximidade das fontes de matérias-primas, de fontes de energia, era uma cidade portuária, o que facilitava o transporte de mercadorias, de matérias-primas e colocava a cidade em contato com o mundo. Era a sede do governo.

Contando com estas condições, em 1907 a produção industrial carioca somava, em valor, cerca de um terço do total da produção nacional, vindo o Estado de São Paulo em segundo lugar com 16%. Esta situação se inverteu no período de 1907 a 1919 passando a representar, neste último ano, 31,5% da produção nacional contra 20,8% da carioca (3). Em termos nominais a produ-

- (2) Em 1900 o Rio contava com uma população de 691.595 habitantes, três vezes mais que a população paulistana que era de 239.820 habitantes. Entre 1900 e 1920 a capital de São Paulo teve um aumento populacional superior a 142% enquanto as outras capitais do país, em média, aumentavam de 61%; e o Rio de Janeiro cresceu de 67,4%. Os dados foram extraídos do Levantamento de 1900 e do Recenseamento Geral de 1920. Para a análise do desenvolvimento industrial baseei-me em Paul Singer, Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana. S.P., Editora Nacional, 1974 e Wilson Cano, Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. S.P., Difel, 1977.
- (3) Estes dados sobre produção industrial são meramente indicativos, por dois motivos, basicamente. Em primeiro lugar, as porcentagens relativas a São Paulo referem-se ao Estado todo. Em segundo lugar devo lembrar que as cifras de 1907 para São Paulo são extremamente baixas se as comparamos com as do Imposto de Consumo. Ver a Revista do Comércio e Indústria de São Paulo (1915 a 1921) e o Boletim da Diretoria da Indústria e Comércio - Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Est. de S.P.. S.P., Tipografia do Brasil, 1922. Nº 2-3

ção industrial paulista, neste período, cresceu oito vezes e meia. Sua produção se beneficiou de custos menores, do fato de serem inferiores os gastos com a implantação industrial (custos de inversão), da agricultura do Estado proporcionar grande parte do suprimento alimentar à sua força de trabalho e de garantir o abastecimento de matérias-primas.

No entanto, São Paulo, desde inícios do século já se destacava como uma cidade marcadamente fabril. Bandeira Jr. ao descrever a situação da indústria do Estado de São Paulo, em 1901 (4), reconheceu esta característica lembrando que São Paulo era o único estado que possuía estabelecimentos fabris em todos os ramos da produção. O Rio de Janeiro tinha atividades mais diversificadas. O Recenseamento Demográfico de 1920 revelou uma distribuição ocupacional sensivelmente diferente nos dois grandes centros, como podemos ver pelo quadro abaixo:

	Transformação e emprego da matéria prima			Administração e profissões liberais				Diversos serviços domésticos
	indústrias	transportes	comércio	força pública	pública	particular	prof. liberais	
S. Paulo	100.388	13.914	30.582	5.783	4.974	4.011	13.980	15.476
Distrito Federal	154.397	44.107	88.306	24.835	25.563	9.792	27.219	71.752

Fonte: Recenseamento realizado em 19 de setembro de 1920. Diretoria Geral de Estatística do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Vol. IV (5a. parte) tomo I, p.XX e Vol.II, p.CXIX

(4) Bandeira Júnior, Antonio Francisco - A Indústria no Estado de São Paulo em 1901. S.P., Diário Oficial, 1901 p.XV

Levando em conta que a população carioca era o dobro da paulistana é curioso notar que, com exceção do item relativo ao pessoal ocupado em indústrias, todos os outros itens superam em mais que o dobro no Rio, os dados de São Paulo. Isto mostra que a sociedade carioca passou por um processo de estruturação que colocou as atividades prestadoras de serviço em destaque, como no exemplo claro do comércio, da administração pública e dos serviços domésticos. Isto se deu paralelamente ao declínio da economia cafeeira do Vale do Paraíba e Minas, além de estampar a precariedade da agricultura fluminense em abastecer o Distrito Federal. Também foi fruto da própria dinâmica do crescimento da economia paulista que explodia em uma rápida escalada, dada a proximidade dos dois grandes centros e os rendimentos superiores das fábricas paulistas que contavam, entre outras coisas, com máquinas mais modernas e mais novas. De modo geral em São Paulo a indústria se beneficiou com melhores níveis de eficiência industrial, contando, entre outros motivos, com o Estado que tem um papel fundamental na implantação de uma infra-estrutura (como a energia elétrica) que reduziu os gastos de inversão e na resolução do problema da mão-de-obra que percebia salários bem menores que a do Rio de Janeiro.

No mercado de trabalho paulista as diferenças entre os salários dos trabalhadores do campo e os da cidade eram menores que no Rio. Também eram mais reduzidas as diferenças entre os salários dos homens adultos e o das mulheres e crianças, tendo como resultado custos operacionais mais reduzidos.

(4)

Com estes fatores, São Paulo se transformou, no início do século num centro industrial por excelência e o Rio

(4) O emprego maior de trabalho feminino e infantil em São Paulo permitiu uma redução da taxa média de salários. Segundo dados da indústria têxtil (ver Wilson Cano, op. cit., p. 127), em São Paulo as mulheres recebiam 19% a menos que os homens, contra 29% a menos no Rio de Janeiro e 42% a menos no Rio Grande do Sul e Nordeste. O mesmo se dava com os salários dos menores, embora com menor diferença relativa.

tornou-se um centro cosmopolita, contando com um grande porto que colocava a cidade diretamente ligada ao mundo europeu e americano. Neste processo teve que dar conta da distância que existia entre a antiga cidade imperial e os novos modelos que emanavam dos grandes centros mundiais. Assimilando a "triumfante" idéia do progresso, a cidade será "regenerada", serão transformados de um modo violento o espaço público, o modo de vida e de pensar do carioca. Esta mudança se fará, como sugere Nicolau Sevcenko, segundo alguns princípios básicos:

"(...) a condenação dos hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional; a negação de todo e qualquer elemento de cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante; uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade, que será praticamente isolada para o desfrute exclusivo das camadas aburguesadas; e um cosmopolitismo agressivo (...)" (5)

Esta transformação se fez em cima de uma diversidade que incluía as próprias classes dominantes que aparecerão como um bloco mais heterogêneo. E isto se refletirá na conduta do Estado em relação às classes populares e no próprio movimento operário. O aprofundamento desta questão será tentado no decorrer da Dissertação; por ora faremos uma ilustração do que consistia a diferença da atuação do Estado nos dois grandes centros. Apesar de grosseira e mecânica, infelizmente, é a marca mais clara, embora não explicativa, da diversidade.

Em junho de 1920 o jornal A Noite, do Rio, analisa a ação da polícia paulista frente ao movimento operário concluindo que esta é muito mais violenta e arbitrária que a carioca:

"Uma coisa, desde logo, porém, impressiona o espírito dos que examinam essa história. São em São Paulo acontece assim! Porque? Uma observação maior convence de que, ali, a repressão às greves é feita de um modo feroz e extremado" (citado em O Combate, 21-06-1920).

(5) Nicolau Sevcenko - Literatura como Missão. São Paulo, Brasileira, 1983, p. 30.

Não concordamos com o texto quando afirma que a polícia carioca não seria também violenta e arbitrária como a paulista. Sua prática, embora um pouco diferente, aparentemente menos repressiva, também tinha o controle das "gentes" como missão. São que ligava-se a um Estado talvez mais sofisticado, que esboçava práticas de cooptação das camadas populares. A forma que a repressão assumia era mais "civilizada", acompanhava o processo de modernização, de "regeneração", que a cidade era objeto. Everardo Dias, por exemplo, reclamou das violências nas prisões paulistas mas chegou até a agradecer o tratamento a ele dispensado pela polícia carioca que o alimentara, antes de ser deportado. Em Santos os presos ficavam em solitárias, nus e sem alimentos e água por vários dias. Espancamentos em São Paulo eram muito frequentes, assim como invasões de moradias e uma série imensa de violências. A ligação entre policiais e industriais era muito estreita; foi comum na cidade de São Paulo pessoas serem sequestradas nas ruas por guardas que os enviaram para as frentes de trabalho no interior onde eram praticamente escravizados (6).

As arbitrariedades da justiça nas duas cidades eram gritantes, como pudemos ver nos processos de expulsão, ou na montagem das famosas "bernardas" que eram planos conspirativos que a própria polícia inventava para poder envolver os militantes (os operários chamavam estes processos de draconianos). No mesmo artigo de A Noite esboça-se uma explicação para as circunstâncias em que estes processos eram montados:

"(...) o Presidente do Estado e os chefes dos diversos departamentos da administração paulista são acionistas e co-proprietários das fábricas. As greves, é óbvio, perturbam lucros, paralisando a produção. Quando as autoridades reprimem os movimentos grevistas advogam em causa própria".

Desde sempre a polícia paulista demonstrou uma plena disposição para a repressão aberta evitando todo tipo de regulamentação que pudesse limitar-lhe a ação: de 1917 em diante o perigo da explosividade estava na "ordem do dia". Os bairros operários cercavam a cidade e foi comum a tomada do

(6) Veja a este respeito a coleção da revista O Parafuso. Sobre Everardo Dias ver seus depoimentos em A Plebe meses de janeiro e fevereiro de 1920

centro em comícios e passeatas que, partindo dos bairros, "invadiam" o espaço erigido pela burguesia. Um movimento encabeçado e formado predominantemente por um proletariado fabril, uma atitude de franco indeferimento da subalternidade.

No Rio a realidade operária é mais difusa, mais complexa, não é tão marcadamente fabril, dispersa-se em indústrias com tendências e manifestações diferentes; existiam alguns canais de negociação com o Estado, funcionava a grande máquina administrativa e o sistema de favores e relações pessoais que a envolvia, e os próprios bairros e subúrbios eram também marcadamente cosmopolitas. Rio e São Paulo se diferenciam no tempo e na forma da implantação industrial e se distanciam no tipo de pessoas, hábitos e costumes urbanos. Lima Barreto no seu célebre Policarpo assim descreve os subúrbios cariocas:

"Hã pelas ruas damas elegantes, com sêdas e brocados, evitando a custo que a lama ou o pô lhes empanem o brilho do vestido; hã operários de tamancos; hã peralvilhos ã última moda; hã mulheres de chita; e assim pela tarde, quando essa gente volta do trabalho ou do passeio, a mescla se faz numa mesma rua, num quarteirão, e quase sempre o mais bem pôsto não é que entra na melhor casa" (Lima Barreto, op. cit., p. 123).

São pessoas das mais diversas origens, que se dedicam as mais diversas ocupações, desde os "(...) operários, pequenos empregados, militares de todas as patentes, inferiores de milícias prestantes, funcionários públicos e gente que, apesar de honestas, vive de pequenas transações, de dia a dia, em que ganha penosamente alguns mil réis. O subúrbio é o refúgio dos infelizes. Os que perderam o emprego, as fortunas; os que faliram nos negócios, enfim, todos os que perderam a sua situação normal vão se alinhar lá (...)" (Lima Barreto - Clara dos Anjos. Rio de Janeiro, Mérito, 1948, p. 17). Mas nesta diversidade as pessoas acabam por se ajeitarem umas às outras, e acabam por constituir uma massa (a lembrança da colméia é perfeita) com hierarquias, convenções, preconceitos, um todo muito complexo. Mas para além da imagem de uma certa solidariedade, que efetivamente existia pois os subúrbios são o refúgio de todos aqueles "que perderam a sua situação normal", Lima também faz o registro de uma série de regras, de "artificialis

mos" também inerentes à vida nos bairros populares. É a apreensão desta característica que nos importa. Algo que permeia a vida da plebe - um misto de solidariedade que não avança além da epiderme pois o corpo social é extremamente segmentado, hierarquizado.

A diversidade que somada dava um conjunto - a moradia das camadas populares - ficou estampada na arquitetura e na disposição de ruas e casas, que agrupam-se meio que ao acaso:

"Vai-se por uma rua a ver um correr de 'chalês', de porta e janela, parede de frontal, humildes e acanhados, de repente se nos depara uma casa burguesa, dessas de compoteiras de cimalha rendilhada, a se erguer sobre um porão alto com mezaninos gradeados. Passada essa surpresa, olha-se acolá e dá-se com uma choupana de pau a pique, coberta de zinco ou mesmo palha, em torno do qual formiga uma população; adiante, é uma velha casa de roça, com varandas e colunas de estilo pouco classificável, que parece vexada e querer ocultar-se, diante daquela onda de edifícios disparatados e novos" (Lima Barreto, Policarpo..., p. 123).

Em São Paulo inúmeros bairros tiveram uma extensa influência de uma etnia, a italiana. No Braz, Mooca, Bom Retiro, Bela Vista, Bexiga, Pari, Vila Carrão, etc., a influência de um determinado tipo de construção trazida não só por arquitetos mas por empreiteiros ou mestres-de-obra italianos foi flagrante. Marcou-se a fisionomia urbana, a fachada das casas e também a dieta alimentar, os hábitos e costumes populares. A língua ganhou um novo sotaque - um falar cantado típico destes bairros. Surge um novo personagem que a obra de Antonio Alcântara Machado apreendeu de modo contundente:

"Do consórcio da gente imigrante com o ambiente, do consórcio da gente imigrante com a indígena nasceram os novos mamelucos. Nasceram os italianinhos". (7)

(7) Antonio de Alcântara Machado - "Bras, Bexiga e Barra Funda" em Novelas Paulistas, R.J. José Olympio, 1961, p. 56.

Existiam distinções e preconceitos entre os diversos bairros e ruas de São Paulo. Os locais mais populares, onde as vezes predominavam os cortiços, eram objeto de preconceito pelos italianos mais "abastados". Uma das divisões curiosas era a que marcava os imigrantes do sul da Itália - napolitanos e calabreses principalmente - e aqueles de hábitos um pouco mais refinados. Mas a descrição que Zélia Gattai (uma filha de imigrantes italianos e moradora da Alameda Santos) faz das diferenças, passa mais pelo pitoresco, do que para aquela ironia de Lima ao descrever a vida nos subúrbios cariocas. A Rua Caetano Pinto no Braz e o bairro do Bexiga eram redutos dos carcamanos mais pobres. Mas estes dois eram locais onde a polícia não se aventurava e onde a solidariedade ia além da epiderme: vinha de tradições e padrões culturais comunitários.

"População extremamente religiosa, profundamente patriótica, de sangue quente. Comprava barulho por um dã cã aquela palha mas, ao mesmo tempo, era terna e alegre". (8)

As mulheres com fama de valentes competiam entre si em limpeza exibindo nas ruas suas brilhantes panelas; discutiam de janela em janela; gritavam pelos filhos naquele dialeto da "baixa" Itália. Os homens nos domingos ocupavam as ruas impedindo o tráfego de automóveis, fazendo suas leis e conservando seus costumes. As distinções sã faziam marcar as semelhanças entre os bairros, onde conviviam ainda os jogos de rua, as serenatas, as festas populares e religiosas.

Mas acima da etnia desdobrava-se com profundidade a instituição do pressuposto da positividade do trabalho. O trabalho não é patrimônio da pobreza, é sentido como "(...) fonte de toda atividade criadora e da riqueza" (9). Lugar comum, ou não, o fato é que a laboriosidade do paulista nunca foi objeto de dúvidas, e foi um subsídio forte para a organização da própria moradia. Porém, onde a questão do trabalho passa a gerir com força incrível muitos outros aspectos da vida social, onde se poderia descrever um maior controle social, é aí que as classes trabalhadoras apresentam também maior homogeneidade em suas manifestações. A penetração das ideologias revolucionárias

(8) Zélia Gattai, Anarquistas Graças a Deus. RJ, Record, 1980 p85

(9) Maria Stella M. Bresciani, Londres e Paris no Século XIX. S.P., Brasiliense, 1982 p.80

rias - o anarquismo e o sindicalismo revolucionário - foi mais extenso, como também foi mais sensível aquela atitude de franco confronto entre Estado e classes dominantes, de um lado, e classes trabalhadoras, de outro.

O fato de no Rio de Janeiro predominar uma mão-de-obra de origem nacional (contando com mulatos, negros e portugueses, entre os imigrantes) e em São Paulo a imigrante (com uma grande maioria de italianos), não torna a relação origem étnica e posições políticas, nem óbvias e nem necessárias. Uma boa parcela do operariado em São Paulo terá como ideal o objetivo de se mudar do Braz para a Barra Funda e daí para Higienópolis ou qualquer outro jardim.

Do mesmo modo que no Rio de Janeiro, a solidariedade que é fundamental para a resistência operária, teve os seus limites. É interessante notar que certos valores, como o patriotismo, ou a religiosidade, se de um lado, reforçavam a solidariedade, por outro, tornavam os trabalhadores presos do pensar dominante. Em São Paulo ocorreu uma disseminação da ideologia nacionalista que, se não levou a uma maciça participação eleitoral, serviu como barreira a disseminação do anarquismo e do internacionalismo (10)

Antonio Alcântara Machado pode nos ajudar a compreender esta complexidade:

"No começo a arrogância indígena perguntou meio zangada:

Carcamano pê-de-chumbo
Calcanhar de frigideira
Quem te deu a confiança
De casar com brasileira ?

(10) Sobre a participação eleitoral é interessante a observação: "Não apenas não havia versões brasileiras do Tory Lord Shaftesbury e seus colegas, para lutar pela causa dos operários no Parlamento, como também a máquina política parecia ser totalmente invulnerável a maiores mudanças". Barbara Weinstein, "Impressões da Elite sobre os Movimentos da Classe Operária. A Cobertura das Greves em O Estado de São Paulo 1902-1907" in Maria Helena Capelato e M. Ligia Prado, O Bravo Matutino. Alfa-Omega, 1980, p.174

"O pē-de-chumbo poderia responder tirando o cachimbo da boca e cuspendo de lado: 'A Brasileira, per Bacco'. Mas não disse nada. Adaptou-se. Trabalhou. Integrou-se. Prosperou.

"E o negro violeiro cantou assim:

Italiano grita

Brasileiro fala

Viva o Brasil

E a bandeira da Itália!" (11)

Obviamente poucos prosperaram, nas duas cidades. O caminho percorrido pelos trabalhadores foi uma vida de labuta e miséria. O sonho de uma vida abundante oscilou entre a via da adaptação (pelo trabalho ou pela "malandragem") tendo os olhos voltados para as mansões, e a via da resistência e da solidariedade. E sonhou-se até com a Anarquia.

Ambas as cidades choram a injustiça, estampada na cara suja, nos pês descalços dos vendedores de jornal de Voltolino...

"Gorrinho de banda, olhar peralta, paletô paterno batendo nos joelhos, pês descalços, são risinhos e expansivos. A gente, porém, sente vontade de passar a mão pela cabecinha deles. Os diabinhos enternecem" (12)

(11) A.A.Machado, Novelas Paulistas, op.cit., p.42

(12) Voltolino é o pseudônimo de Lemmo Lemmi, citado em A.A. Machado, op.cit., p.42

capítulo 2 - os trabalhadores nos anos de 1917 a 1919 -

"A nossa burguesia faz do operariado uma idéia semelhante à que dos escravos faziamos plantadores do século dezoito (...). Nestas condições, mesmo que uma parte do proletariado tenha tendências moderadas, vê-se obrigado a recorrer aos meios extremos, porque, infelizmente, só a estes a burguesia tem atendido." (A Plebe 1-11-1919)

Quando se instala no discurso das classes dominantes e nos órgãos do Estado o que foi denominado de questão social, seja para reconhecê-la, negá-la, ou resolvê-la, institui-se também uma homogeneização; a percepção da classe operária é assustadora e assume no máximo uma pretensa forma dicotômica: os operários dóceis e industriais, embora corrompidos pelos agitadores. Parte dos trabalhos historiográficos também não levaram em conta que por trás desta generalização - classe operária - existem uma variedade de percepções do mundo e da exploração pois, de fato, as vidas são diferentes, existe uma ampla gama de variações nas relações entre os trabalhadores e deles com o capital. É todo um processo, perpassado pela contingência, de sujeição e resistência aos mecanismos de controle da vida na fábrica, na moradia, na rua e no bar, no sindicato. Nestas relações, embora não visualizemos um contínuo, os trabalhadores se inscrevem de diferentes maneiras e formas.

Trata-se de um operariado que se compõe de uma mescla variada de possíveis sujeições ao capital onde encontramos desde o trabalhador qualificado que ainda pode entender sua profissão como uma arte, até aqueles que se inscrevem como se fossem meros apêndices da máquina. Além da variedade advinda do grau de controle sobre o processo de trabalho, se superpõe um outro traço, a questão da hierarquia imposta pela divisão de trabalho dentro do processo produtivo. De um lado encontramos o mestre, o pedreiro, o pintor, o ornatista, o tipógrafo, o maquinista, de outro, os

serventes e aprendizes. São subordinações instauradas dentro do próprio operariado e que se baseiam no conhecimento técnico e na autoridade. (1) É sintomático que os associados da União dos Operários da Construção Civil do Rio de Janeiro reclamem da "falta de consciência" dos serventes que preferiam o jogo de futebol às reuniões associativas.

Destacam-se também outros tipos de diferenciações como a que vem da divisão sexual ou etária do trabalho. Crianças e mulheres se inscrevem na fábrica, nas oficinas ou mesmo no domicílio, reproduzindo relações de subordinação calcadas na estrutura familiar com uma sobre-desqualificação do seu trabalho.

Além disto, existiam distintas valorizações dependendo do setor econômico: trabalhadores de fábrica, comerciários, funcionários públicos, trabalhadores em transportes; além daquelas ocupações consideradas menos "nobres": como serviços domésticos, vendedores ambulantes, engraxates, prostitutas, trabalhadores a domicílio, etc.. Variações que iam desde aqueles que se encontram nos limites próximos da pequena burguesia urbana, até os que engrossavam a chamada marginalia e os desempregados.

É deste aglomerado de produtores, é nesta complexidade, que emergirá um movimento operário também heterogêneo e que se inscreve numa onda revolucionária que, partindo da Revolução Russa, se espalhou por toda a Europa e América. As influências de toda uma mobilização que crescia em nome da fé na Revolução Social foram marcantes, assinalando no Brasil uma preocupação crescente com a questão social tanto da parte dos operários, quanto da burguesia e do Estado. O operariado se tornava em algum sentido revolucionário, e tinha o empolgamento mundial como fator proporcionador de crescimento da resistência.

Falar dos motivos ligados ao ascenso do movimento operário no ano de 1917 em São Paulo e Rio de Janeiro nos levou a uma tentativa de recompor algumas questões relativas ao impacto da Primeira Guerra Mundial na economia, no desenvolvimento industrial e nas condições de vida e de trabalho das classes popu-

(1) Em contraste com estudos que se baseiam no censo industrial de 1920 e que enfatizam a questão da concentração do capital industrial (Cf. Wilson Cano, Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. S.P., Difel, 1977 e Sergio Silva, A Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil. S.P., Alfa Omega, 1976), a análise do censo demográfico demonstra a complexidade da indústria brasileira de inícios do século.

lares. Esta controvertida questão parece ter encontrado um ponto de equilíbrio nas colocações de Albert Fishlow, Flávio e Maria Teresa Versiani (2) quando consideram que a substituição de importações relacionadas com a Guerra, além de terem produzido uma influência favorável sobre a produção (que aumentou em volume), foi fundamental como geradora de lucros que posteriormente foram destinados a novos investimentos. Para o operariado é fundamental reter que a expansão da produção (que passou de 956.957 contos em 1914 para 2.370.600 em 1918) se fez pelo uso de maquinaria ociosa adquirida antes do conflito e pela intensificação do processo de trabalho, seja pelo aumento da jornada, do ritmo da produção ou maior controle da mão-de-obra.

Também é importante notar que o impacto da guerra não foi igual para todos os setores industriais. No caso da indústria têxtil e metalúrgica, por exemplo, já em 1916 e 1917, as fábricas estão num ritmo produtivo acelerado, com notáveis aumentos de produção; mas outros setores, como a construção civil, no entanto, não seguiram os mesmos caminhos (3) sofrendo uma diminuição no ritmo das construções pelo menos até 1919. Além destas categorias, também sofreram o impacto desta forma aqueles setores dependentes das inversões públicas que refluíram (4). E ainda outros trabalhadores, como os portuários do Rio de Janeiro, sentiram o desemprego decorrente da queda dos níveis de exportações originadas pela Guerra.

Mas mesmo onde estava ocorrendo aumento de produção a expansão não acarretou em aumentos salariais, pelo contrário, eles estavam caindo e o desemprego aumentando visivelmente (5). A pauperização dos trabalhadores era flagrante. Além de diminuídos os salários, os operários sofriam uma inflação que vinha subin-

(2) Cf, Albert Fishlow, "Origens e Consequências da Substituição de Importações no Brasil" in Estudos Econômicos, 2 (6), 1972
Flávio Versiani e M.Teresa R.O., "A Industrialização Brasileira antes de 1930: uma Contribuição" in Estudos Econômicos, 5 (1), 1975

(3) Wilson Cano, op.cit.,p.167

(4) Em especial as obras de infra-estrutura urbana foram suspensas.

(5) Veja-se as indicações neste sentido em Eulália M.L.Lobo, História do Rio de Janeiro. R.J., IBMEC, 1978. p.521 e 522

do a cada ano, a carestia dos gêneros de primeira necessidade e uma crise de moradias. Especialmente no Rio de Janeiro o abastecimento da cidade tornou-se caótico nestes anos em que, de um lado, crescem as exportações de gêneros alimentícios e de outro, caem as importações de produtos como o trigo, o arroz e o bacalhau. Não será a toa que em julho de 1917 os moinhos, padarias e armazéns serão alvo da multidão revoltada. Nos discursos dos operários, do Estado, dos industriais e da Grande Imprensa, a pauperização das classes populares em decorrência da carestia, da inflação, da maior exploração e do desemprego, será a chave para o entendimento do movimento grevista no ano de 1917. Mesmo os jornais da Grande Imprensa, como O Estado de São Paulo insistiram em indicar a angustiada condição da classe operária, pelo menos até que os conflitos começaram a tomar vulto (6). No entanto, vistos os efeitos da Primeira Guerra sobre a economia, resta esclarecer que este conflito, como fenômeno isolado, e seus efeitos, não são suficientes para explicar o ascenso do movimento operário. Crise econômica e miséria não podem ser considerados como motores privilegiados da história social. Se fosse assim, como entender o descenso do movimento em outros momentos quando também estavam presentes processos bastante semelhantes de queda de salários, carestia, crise de produção? Considero, como sugere P. Veyne(7) que uma categoria de causas, no caso as econômicas, não poderiam ter o privilégio de ser o motor da mobilização operária nestes anos. Talvez não tenha existido um primeiro motor, sejam os efeitos econômicos da guerra, seja a influência da agitação política internacional.

Pretendo nesta Dissertação pensar a respeito da importância para esta conjuntura da retomada da organização operária a partir de fins de 1916, a intromissão dos operários no espaço

(6) Ver uma descrição das posições da Grande Imprensa em São Paulo para o ano de 1917 em Yara Aun Khoury, As Greves de 1917 em São Paulo e o Processo de Organização Proletária. S.P., PUC, 1978 (Dissertação de Mestrado)

(7) Ver a este respeito as considerações de autores como Paul Veyne, "A História Conceitual" in História: Novos Problemas, p. 67

público e seus efeitos a nível da sociedade em geral e nas fábricas em particular. Nestas será travada uma luta que tinha no controle do processo de trabalho um peso fundamental. Mas, para além disto, foi a crença na potencialidade revolucionária da classe operária que caracterizou estes anos que foram os de maior nível mobilizatório em toda a história da Primeira República. Tendo em vista este objetivo considereei fundamental contar a história das mobilizações meio que "passo a passo", ou melhor, escolhendo dentro deste mundo extremamente fragmentário e virtual um recorte. Este privilegiará os discursos que justificaram as mobilizações, não pelo lado do que poderíamos chamar de pragmatismo operário, mas sim pelo seu lado explicitamente mais virtual - o seu sonhar. A história longa da sujeição do trabalhador ao capital se inscreve num período maior de tempo; nesta conjuntura eu optei pelo lado da resistência, dos projetos e do sucumbir da classe operária.

Me envolver com os detalhes, com a descrição dos acontecimentos e fazê-lo quase como um estudo de caso veio da necessidade de penetrar na complexidade e de instaurá-la mais demorada e pacientemente na história destes anos, embora reconhecendo que por mais que busquemos as profundezas seja impossível uma identificação com o percurso e o pensar destes homens.

O INÍCIO DA CONJUNTURA : 1917

O movimento operário no Brasil, após um período de depressão aberto no segundo semestre de 1913 e que se prolongou com o início da Primeira Guerra Mundial, vai aos poucos se reolocando e se reorganizando; em 1916 encontramos grupos militantes bastante ativos. Já no final deste ano e inícios de 1917 o clima nos dois grandes centros urbanos - Rio de Janeiro e São Paulo - é de agitação.

No Rio de Janeiro, em 28 de outubro de 1916 surge o jornal O Cosmopolita, órgão do Centro Cosmopolita, que representava os empregados em hotéis, restaurantes, cafês, bares e classes congêneres. Através de sua leitura percebemos aquele "clima de agitação" que é comum também a São Paulo que vem publicando o periódico Guerra Sociale (1916 a 1917). A mobilização vinha mar

cada pela presença atuante dos militantes anarquistas que haviam sobrevivido ao período de depressão do movimento operário, através de grupos, associações como o Grupo Editor de Guerra Social e de A Lanterna, Grupo dos "Sem Pátria", Centro Libertário, Sociedade de Cultura Racionalista e outros. Todos eles convergem, em São Paulo, para a criação da Aliança Anarquista em setembro de 1916. Ela reuniu trinta organizações e militantes anarquistas do Estado de São Paulo e localidades vizinhas. O mesmo ocorreu no Rio com a fundação do Centro Libertário que tinha os mesmos objetivos da Aliança Anarquista: basicamente esforçavam-se para, num trabalho extenso e prático de propaganda e de ação, promover a emancipação econômica, social e moral de cada indivíduo e da humanidade em geral. Se definiam contra a propaganda corporativa, de classe; pediam a seus membros que estudassem a doutrina anarquista e fizessem a propaganda educativa. Os grupos deveriam ser autônomos e ligados por uma simples comissão de correspondência. Sua ação concreta envolveu a realização de festas, conferências, comícios, escolas, bibliotecas, publicação de manifestos, boletins, jornais e a crescente atuação no movimento grevista e sindical.

Ao mesmo tempo em que os grupos anarquistas se expandem, outra corrente, o sindicalismo revolucionário (ou anarco-sindicalismo) também ganha força. É importante notar, porém, que apesar de existirem algumas divergências ao nível da interpretação da ação direta, que para estes envolvia a organização de sindicatos de produtores, ambas as correntes lutaram lado a lado, se mesclando, unindo esforços, confundindo o olhar do historiador (8). Assim, durante toda a conjuntura conviverão as duas tendências e já em 1917 são criados no Rio de Janeiro os grandes sindicatos de indústria como o da construção civil, o dos têxteis e metalúrgicos, num aparente predomínio do sindicalismo revolucionário.

Em São Paulo é incentivada a criação das ligas operárias de bairros que terão uma atuação importantíssima até pelo menos maio de 1919 quando são substituídas pelos grandes sindica

(8) Sobre a atuação destas correntes no período anterior ao ano de 1917 ver o livro de Silvia I.L.Magnani, O Movimento Anarquista em São Paulo (1906-1917). S.P., Brasiliense, 1982

tos.

As Ligas de Bairros em São Paulo

As ligas de bairros que foram criadas em São Paulo em 1917 eram tipicamente anarquistas, correspondem a definição de H.Arvon do "anarquismo libertário"(9): a ação das minorias militantes resumia-se a difusão entre os operários das idéias que correspondessem a seus instintos (potencialmente revolucionários). A base de sua atuação era a propaganda e a educação dos trabalhadores numa atitude de total rejeição a organização e as instituições sociais burguesas. Desejavam emancipar os oprimidos pela via da supressão da propriedade privada e do Estado que era visto como um órgão exterior, sobreposto à sociedade e totalmente identificado com os interesses da classe proprietária.

Estas associações criadas em São Paulo ficaram a meio caminho entre a organização anarquista e a sindicalista. Podemos acompanhar o desenvolvimento destas ligas através do jornal A Plebe que começa a ser publicado em princípios de junho em continuação à folha anticlerical A Lanterna. Já no primeiro número (9-06-1917) percebemos que o movimento grevista que vinha num crescendo desde o início do ano passa a ser em boa parte articulado nas ligas operárias que por sua vez proliferam ou são fortalecidas, por serem centros de reunião dos trabalhadores em luta.

A Liga Operária da Mõoca surge em meados de maio a partir da greve dos tecelões das indústrias de Rodolpho Crespi. A sua atividade é contínua: os operários permanecem o tempo todo na sede em reuniões de corporações ou em discussões e conferências acerca das questões sociais. Esta movimentação vai aumentando até julho, quando a Liga é fechada pela polícia no bojo da greve geral. Volta à atividade no final do mês. As adesões eram maciças; dias após a sua constituição o jornal A Plebe (16-06-17) anuncia o ingresso de 600 operários na Liga que transforma-se em um centro de operários das grandes indústrias têxteis; durante a greve geral de julho ela promove a criação do Comitê de Defesa Proletária que coordenou as negociações.

A Liga Operária do Belemzinho é constituída também em maio e sua sede foi inaugurada em meados de junho. Em junho

(9) Ver H.Arvon, El Anarquismo. Buenos Aires, Paidós, 1971

são formadas as ligas da Lapa e Água Branca e a do Cambucy. Em todas elas eram promovidos comícios onde discursavam elementos libertários. A mensagem central focalizava a necessidade da organização operária não se deter nas lutas para as pequenas e nulas melhorias imediatas; argumentavam da necessidade de trabalhar com o fim de conduzir a classe trabalhadora à Revolução Social. As bases de acordo eram idênticas as da União Geral dos Trabalhadores, que havia sido reorganizada a partir do Comitê de Agitação contra a exploração dos Menores Operários, um grupo que conseguiu se manter em atividade nos anos iniciais da guerra.

A participação do elemento libertário é evidente, e em todo este percurso ficou evidente sua intenção:

"De fato tudo faz crer ter sido uma iniciativa acertada essa de reunir os proletários em sociedades de resistência de caráter geral e nos próprios bairros onde eles trabalham e residem. Prova isso o fato de estarem bem encaminhadas as Ligas já constituídas."

(A Plebe 30-06-1917)

Também é clara a proximidade dos militantes anarquistas com a direção dos movimentos grevistas: dia 6 de julho, e portanto ainda nas vésperas da greve geral, realizou-se uma reunião no Salão Germinal onde ficou decidido a constituição do Comitê de Defesa Proletária que, a despeito da repressão que prendeu muitos militantes e fechou as associações operárias, permaneceu em sessão permanente durante toda a paralisação em local ignorado pela polícia. Foi formado por representantes das ligas operárias, das corporações em greve e de associações "político-sociais". Estes fatos mostram, a despeito do que diziam os militantes que continuamente afirmaram a espontaneidade da greve geral, que ela teve efetivamente um núcleo que potencializou o seu acontecer. Na verdade, o que não houve foi aquilo que os relatórios policiais e a Grande Imprensa objetivaram criar veiculando uma imagem de um planejamento global - a conspiração dos agitadores estrangeiros. Com isto, porém, almejavam o esmagamento da militância libertária que assumia a liderança dos operários.

Passada a greve geral as ligas são reabertas e outras ainda são constituídas como a do Ipiranga, da Vila Mariana, do Bom Retiro, de Santana e a do Braz. Esta última contou com 800 filiados no dia de sua fundação que foi anterior à inauguração da sede na Rua Joly, 125 (local onde será instalada a União dos Operários em Fábricas de Tecidos).

Como as conquistas da greve geral não tivessem sendo cumpridas e isto fosse visto como resultante da "desunião" entre os operários, os militantes das ligas da Mõoca e os do Belenzinho tomaram a iniciativa de criar a Comissão Operária de Propaganda que teve como finalidade "(...)trabalhar para estabelecer uniformização e homogeneidade na ação e na finalidade que lhes são peculiares (...) cujo critério obedeça a uma orientação uniforme e tenha completa unidade de vistas" (A Plebe 11-08-1917). Incumbiu-se também da tarefa de convocar as classes ainda desorganizadas e esteve em atividade até a reativação da Federação Operária de São Paulo (FOSP) que se deu em fins de agosto e princípios de setembro. Tomaram parte no convênio 27 entidades: oito ligas de bairro, doze sindicatos de ofício, quatro de indústria e três corporações. As bases de acordo da FOSP mantiveram as ligas ao lado da estrutura sindical (10):

"Quanto às normas administrativas das ligas operárias, ficou assentado que as mesmas continuassem a agremiar operários de qualquer classe ainda desorganizada, mantendo, além da Comissão Executiva, tantas comissões técnicas e de propaganda quantas fossem as categorias de empregados reunidos em seu seio. As classes que para melhor poderem resolver os trabalhos sindicais decidiram delas se destacar a fim de constituírem em seções das uniões de indústrias ou ofícios ou sindicatos autônomos, manterão junto às mesmas, comissões de relação compostas de dois delegados." (A Plebe 1-09-1917)

(10) Até princípios de julho de 1917 registramos em São Paulo os seguintes sindicatos em funcionamento ou em fase de organização (além dos citados no texto):

- União dos Chapeleiros: foi reconstituído alguns meses antes da greve geral e seguia uma linha sindicalista revolucionária.

- Sindicato Gráfico do Brasil: era muito criticado pelos libertários por seguirem uma linha de neutralidade sindical.

- União dos Canteiros: junto com o sindicato dos chapeleiros é um dos mais antigos de São Paulo e se dizia corporativista. Alguns militantes libertários criam por descontentamento em relação a orientação, o Sindicato de Resistência dos Canteiros, que será esmagado com a repressão de setembro.

A organização do movimento em ligas de bairros não dificultou o surgimento dos sindicatos e constituiu mesmo um passo importante para o seu surgimento (11). Acreditamos, levando em conta a realidade do movimento operário brasileiro, que em 1917 foi fundamental este primeiro passo mobilizatório à despeito da eficácia da repressão que conseguiu silenciar aparentemente a estrutura sindical em setembro. Quando em 1919 o movimento sindical em São Paulo ascende novamente, o fará de forma que re-

(11) Com o desenrolar da greve outras organizações foram criadas:

-Liga Internacional dos Marceneiros: surgida durante a greve, já no final de julho os militantes começam a articular sua extensão para todos os trabalhadores em madeiras. Com isto é reconstituída a antiga Liga dos Trabalhadores em Madeiras.

-União dos Alfaiates: foi reconstituída em 28-07-1917 e enfrentou o problema de como encaminhar o movimento reivindicativo na medida em que o setor estava passando por uma situação de crise.

-Sindicato dos Trabalhadores em Fábricas de Bebidas: foi formado em agosto com a constituição da seção da Companhia Antártica. Esta indústria agiu constantemente de forma particularmente rígida; nos momentos de greve tinha o hábito de fornecer bebidas para policiais que saíam depois à rua para praticar violências. Por causa disto a FOSP decretou o boicote aos produtos da empresa.

-União dos Artífices em Calçados

-União Geral dos Metalúrgicos: o movimento começou com um grupo de bronzistas que estava se reunindo para criar uma sociedade beneficente mas que terminou, em meio as discussões, criando um sindicato de resistência.

-Sindicato dos Serralheiros

União dos Pedreiros e Serventes

-Sindicato dos Vidreiros (seção da Fábrica Santa Marina)

-União Geral dos Operários das Padarias

Outras categorias tentam se reorganizar, mas são vagas as notícias a respeito. São os seguintes: pintores, sapateiros, confeitheiros e os trabalhadores em fábricas de massas alimentícias.

velou uma somatória das experiências vindas da prática vivida e conquistada em 1917 (A União Geral dos Ferroviários e a Liga dos Ceramistas, por exemplo, são criados na Liga Operária da Lapa e Água Branca). Outra é a impressão de alguns historiadores como S.L.Maram que considera que "(...) a criação das Ligas Operárias por zonas geográficas (...) decorreu da inabilidade dos militantes para organizar os sindicatos artesanais e industriais, refletindo assim a debilidade da estrutura sindical da época" (12). Acredito que, embora a organização que estes militantes ajudaram a construir tenha sido atípica (em especial se levamos em conta a estrutura predominante em centros como Rio de Janeiro e Santos), talvez esta diferença tenha permitido a magnitude do movimento. As manifestações deste ano envolveram segmentos da população despossuída bem mais amplos do que nos anos posteriores quando estavam proibidas as manifestações de rua, os comícios e meetings e a mobilização se concentrava preferencialmente nos sindicatos. Esta é uma das marcas diferenciadoras do período de ascensão e o do descenso.

Da mesma forma como se negou esta estratégia do anarquismo a historiografia procurou mostrar que estes anos de resistência não passaram do coroamento da luta mais geral que não teria ido além dos marcos das reivindicações pela regulamentação do trabalho - pelos direitos sociais. Embora a maioria dos estudiosos reconheçam uma diferença entre a atuação do movimento libertário e a dos reformistas e amarelos (que as vezes são confundidos e homogeneizados), procuram mostrar que a nível da ação prática nenhuma das correntes colocou em questão o sistema capitalista, em outras palavras, não teria se concretizado uma ação revolucionária. Vejamos.

A Greve de Julho de 1917 e a Repressão

O movimento que explodiu em julho teve seus antecedentes meses antes quando iniciou-se toda uma onda de protestos,

(12) S.L.Maram, Anarquistas, Imigrantes e Movimento Operário. RJ, Paz e Terra, 1978. p.94

manifestações públicas e greves em São Paulo. Uma greve em uma importante indústria têxtil - o Cotonifício Rodolpho Crespi - marcou sensivelmente o movimento em São Paulo: a greve começou na seção de tecelagem que reunia aproximadamente 400 operários, mas acaba se generalizando por toda a indústria. Soldados bêbados batem de porta em porta dos empregados, prendendo-os ou intimando-os a comparecer à Delegacia. O delegado Bandeira de Melo levanta infâmias e prende quatro operários. Mas os empregados vão em massa até a Delegacia e conseguem que os presos sejam soltos. Aí Crespi decreta o locaute. A Plebe (23-06-1917) relata os motivos da parede:

"Há dias os operários do Cotonifício Rodolpho Crespi abandonaram o serviço, protestando contra o trabalho noturno, contra as multas e contra a insignificância dos salários. Para não morrerem de fome e de fadiga e não serem roubados nos seus haveres com descontos feitos a capricho do patrão, viram-se na necessidade de reclamar um horário de trabalho mais equitativo e um salário aproximadamente suficiente para cobrir as mais imperiosas necessidades, bem como a supressão de qualquer desconto."

Em solidariedade ao movimento paredista a Liga Operária do Belemzinho promove um comício e os grevistas, no dia 29 de junho, realizaram uma passeata pelo centro da cidade, com comícios e excursões pelas redações dos principais jornais. Uma multidão de homens, mulheres e crianças perambulando pela cidade. No princípio de julho novos comícios e passeatas: numa destas manifestações os operários reclamavam a liberdade de um companheiro que havia sido preso, em outra, participaram também os operários grevistas da Estamparia Ipiranga de Nami Jafet. Outras fábricas aderem ao movimento: Lanifício de Antonio Camilis, Companhia de Indústrias Têxteis (que fazem acordo no final de junho apesar da direção ter fechado a fábrica e ter ameaçado de dispensar todos os operários), Pinotti Gamba, a Antartica e marceneiros de várias oficinas. Nesta primeira semana de julho, Crespi propõe um pequeno aumento a uma parte dos seus empregados com o fim de dividi-los. Mas a proposta é rejeitada (é feito acordo na fábrica de Nami Jafet). Outras greves estavam ocorrendo em cidades vizinhas, destacando-se o movimento dos canteiros de Itaqueira, Ribeirão Pires e Cotia. Na capital intensificam-se as manifestações e começam os choques com a polícia. Num destes, a nove

de julho é baleado o sapateiro Antonio Martinez que morre no dia seguinte.

"O enterro do jovem Martinez simboliza o momento da passagem de uma grande greve para uma paralisação total da cidade, com a multiplicação de atos violentos. Sob uma chuva fina, em coluna cerrada, cerca de 10.000 pessoas acompanham o cortejo que sai do Braz em direção ao cemitério do Araçã, na manhã de 11 de julho, devendo passar inevitavelmente pelas ruas centrais.(...) No cemitério a tensão cresce em meio às flores, o choro, os gritos de justiça, os discursos com alusões a Reclus, Malatesta, Kropotkin. (...) Nos três dias seguintes ao enterro a greve se tornaria total. (...) O número de grevistas entre 12 e 15 de julho cresce de 25.000 a 45.000 pessoas, ponto mais alto do movimento." (13)

Quando a greve se generaliza, a polícia, que já vinha agindo, intensifica sua ação realizando inúmeras prisões e fechando todas as ligas e associações operárias. O único local que restou aberto foi o Salão Germinal. Tanto a organização da greve quanto suas reivindicações refletem o esforço característico do anarquismo que vê o confronto na contradição entre os proprietários e a população despossuída (pessoas que ao mesmo tempo são produtores, consumidores e moradores). O programa de reivindicações, preparado pelo Comitê de Defesa Proletária (CDP) e ratificado em assembleia pelos operários, continha os seguintes pontos: aumentos salariais, jornada de oito horas, abolição do trabalho do menor de 14 anos, pagamento pontual dos salários, direito de associação, não dispensa dos operários grevistas e soltura dos presos por motivo de greve, diminuição dos preços dos gêneros de primeira necessidade, redução em 30% dos aluguéis de casa, garantia de trabalho permanente, abolição do trabalho noturno das mulheres, aumento de 50% nos trabalhos extraordinários, requisição dos gêneros indispensáveis à alimentação pública pelo Estado evitando a especulação e medidas contra a adulteração e falsificação dos gêneros alimentícios.

(13) Boris Fausto, "Conflito Social Urbano na República Oligárquica: a Greve de 1917" in Estudos Cebrap, 10, 1974. p.87 a 88

O CDP promoveu o acordo com os industriais e o governo, mediado por um Comitê de Jornalistas formado por representantes dos jornais diários de São Paulo. Os industriais garantiram 20% de aumentos salariais, nenhuma dispensa de grevistas, direito de associação e outras promessas (vagas) de melhoria das condições morais, materiais e econômicas do operariado. O Estado se comprometeu a libertar os presos por motivo de greve, reconhecimento do direito de reunião, cumprimento das leis de proteção ao trabalho dos menores e das mulheres, e a tomada de medidas para controlar os preços dos gêneros alimentícios e impedir a sua adulteração e falsificação.

Feitas as negociações o CDP comunicou as propostas aos operários no dia 16 de julho em três comícios, um na Praça da Concórdia no Braz e os outros dois nos teatros da Lapa e Ipiranga. Fica decidido o retorno ao trabalho nas fábricas cujos industriais houvessem assinado o acordo e o compromisso de retomar a greve caso as promessas não fossem cumpridas ou se as demais empresas o recusassem. É importante notar que este tipo de relacionamento dos operários e Estado não mais ocorrerá em São Paulo, nas paralisações posteriores a repressão vai imperar sem negociações.

Até o final do mês ocorreram ainda muitas paralisações em firmas onde não se tinha chegado ao acordo e a greve repercutiu em todo o interior do Estado e em muitas outras cidades do país. Sem dúvida esta foi a maior greve que São Paulo já conheceu. A cidade ficou completamente paralisada. Casas comerciais foram saqueadas, o trânsito de veículos e de pessoas tornou-se perigoso, bondes foram desviados de seus trajetos, muitos bairros foram tomados pelos grevistas, as autoridades policiais chegaram a ser atacadas, enfrentadas as tropas e até o local de moradia da burguesia chega a ser invadido; a cidade se transforma num palco de revolta, ficou a mercê do ímpeto revolucionário. A violência policial foi gritante.

Terminada a greve, continuou a pairar o fantasma que levava o nome de questão social. As ligas retomam suas atividades, a FOSP foi criada e as greves continuam em especial nas indústrias de tecidos. O medo da organização dos trabalhadores fez com que se especulassem a respeito de uma nova paralisação geral que contaria agora com o apoio do deputado Mauricio de Lacerda (este teria a função de levantar parte do Exército) (14)

(14) Ver o artigo "A Farsa das Conspirações" em O Debate (29-9-17)

Na verdade, quando a situação econômica piora e o governo pressiona com a repressão, a direção da FOSP recomenda calma, nenhum movimento de resistência para não dar maiores pretextos à polícia. Não chamam a greve geral. Este é um momento em que a tarefa organizat6ria se coloca em primeiro plano para os militantes. A n6vel de muitas f6bricas as paralisações v6o ocorrendo num crescendo sendo que muitas vezes n6o 6 a exig6ncia salarial a principal reivindicaç6o (15). A esta resist6ncia da parte dos oper6rios, pelo menos dois tipos de resposta pudemos apreender da parte do patronato: algumas estrat6gias de controle do movimento sindical e demiss6es em massa como na S.P.Railway e na Light. Tanto o Estado como alguns industriais procuram criar sindicatos, como foi o caso do Sindicato de Defesa dos Empregados Ferrovi6rios, que s6o dirigidos por elementos de sua confiança e que visam o esvaziamento das organizaç6es de resist6ncia. Al6m disto, começam a ser introduzidos elementos nas f6bricas com o fim de vigiar e apontar os oper6rios mais combativos. A isto se soma a intensa aça6o repressiva policial que em meados de setembro prende quase a totalidade dos membros da Federaç6o e outros companheiros (16), pro6ibe reuni6es, fecha as sedes das associaç6es e estende sua aça6o at6 as casas dos oper6rios, arrombando e violando domic6lios. O jornal A Plebe 6 invadido e empastelado, 6 ocupado o Sal6o Germinal e todo o mobili6rio e redaç6o do jornal Guerra Sociale apreendidos. Alguns militantes anarquistas s6o deportados e outros sofrem longos processos como foi o caso de Edgard Leuenroth, redator de A Plebe, que 6 acusado de ser o mentor das desordens ocorridas durante a greve geral de julho e, em especial, de ter ordenado o ataque ao Moinho Santista.

(15) Em 22 de outubro, por exemplo, a seç6o de tecelagem da f6brica Matarazzo, do Belemzinho, que somava 300 oper6rias, entra em greve reclamando a demiss6o do revistador de peças e respeito para com as oper6rias. (O Parafuso 27-10-1917). Em setembro a paralisaç6o da Nami Jafet tinha como objetivo a readmiss6o de alguns oper6rios e a aboliç6o do regulamento interno (A Plebe 9-09-1917)

(16) Segundo S.L.Maram, op,cit.,p.137, a relaç6o dos presos, deportados e dos que fugiram para evitar a pris6o talvez fosse igual a dos militantes existentes em S6o Paulo.

Quando foi decretado o estado de sítio que se seguiu à declaração de guerra, todo o esforço bélico agiu principalmente no sentido de conter o "inimigo interno". Ainda da parte dos industriais outras estratégias são desenvolvidas no sentido de conter a resistência. A firma Pereira Ignacio, proprietária da fábrica Votorantim de Sorocaba, por exemplo, tomou a iniciativa de enviar uma carta reservada a todos os industriais de tecidos do Estado onde propõe que estes se reúnam em alguma associação de classe para fazer frente à organização operária. Tendo que enfrentar uma greve de seus operários pede solidariedade dos outros patrões para que nenhum admita pessoal dispensado como grevista:

"A gravidade do fato é de tal ordem que estamos resolvidos a fechar a fábrica mesmo indeterminadamente, a fim de fazermos cumprir as ordens e mostrar que temos o direito de manter o moral da administração, a bem da disciplina." (O Parafuso 17-11-17)

Isto é indicativo de que os empresários vão passar também, como os operários, por um processo organizatório que se concretizará com a criação de associações patronais.

Além disto, outro fato que concorrerá para a desmobilização do operariado neste final de 1917 foi o esforço de constituição de uma ideologia nacionalista que a declaração de guerra reforçou. Ainda devemos ressaltar uma preocupação dos militantes com a presença nas ligas de elementos com propostas reformistas:

"Os operários devem estar acutelados contra as sociedades que se tentam fazer surgir ao lado das ligas operárias e dos sindicatos de classes com fins pouco definidos ou com caráter estritamente corporativista e que entendem de desenvolver a sua ação no limitado âmbito das paredes de uma fábrica. Essas associações de estreitos moldes, que não comportam tendência alguma dos verdadeiros sindicatos de resistência à exploração patronal, começam sempre por criar presidentes, diretores e chefetes cuja principal preocupação é açambarcar as funções da assemblêia geral." (A Plebe 18-08-1917)

ORGANIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO OPERÁRIA NO RIO DE JANEIRO

Em princípios de 1917 cinco sindicatos estavam filiados na Federação Operária do Rio de Janeiro, entidade criada pelo 19 Congresso Operário Brasileiro realizado em 1906 (17). A partir deste núcleo e do Centro Libertário será desencadeada uma mobilização muito intensa que se iniciou já em janeiro de 1917 quando lançam a campanha contra o aumento dos gêneros de primeira necessidade e dos impostos. Nas reuniões que ocorrem neste mês é criado o Comitê Central de Agitação e Propaganda contra a Carestia e o aumento dos Impostos que passa a coordenar as manifestações na cidade e nos subúrbios onde são instalados sub-comitês. Concentram-se na realização de comícios de rua e de praça pública que, aos poucos vão surtindo resultados entre a população; algumas categorias de trabalhadores vão constituindo seus sindicatos. Entre março e junho organizam-se: os têxteis, construção civil, metalúrgicos, alfaiates, entalhadores, vassoureiros e marceneiros.

Também desde os primeiros dias do ano vinham ocorrendo greves isoladas em fábricas de tecidos que vão se intensificando até que em 11 de maio ocorre um violento choque entre policiais, grevistas da fábrica Corcovado e membros do Comitê de Agitação que realizavam um comício na Gávea. Restaram sete policiais e inúmeros trabalhadores feridos motivando a intensificação da repressão com a detenção de vários militantes da Federação, muitos grevistas e a proibição dos comícios e outras manifestações públicas. Com isto, se por um lado a greve que tendia a se generalizar entre os tecelões foi sufocada, por outro, a Federação sai fortalecida e o movimento intensificado de modo geral. (18)

E em meio a este clima de crescente revolta, uma virtualidade lança faísca no descontentamento geral das classes populares. Dia 7 de julho ocorre o desabamento da obra em construção destinada ao New York Hotel, provocando a morte de 38 operá-

(17) Estavam filiados os seguintes sindicatos em inícios de 1917: Sindicato Operário dos Ofícios Vários. Sindicatos dos Sapateiros. Sindicato dos Operários em Pedreiras, Centro dos Operários Marmoristas e a Liga Federal dos Empregados em Padarias.

(18) Cf. Maria Cecília Velasco y Cruz, Amarelo e Negro: Matizes do Comportamento Operário na República Velha. RJ, IUPERJ, 1981. (Dissertação de Mestrado)

rios além de 25 feridos. O sindicato da construção civil encabeça um movimento que fez do enterro das vítimas um ato de protesto:

"A classe operária comparece em massa à solenidade e na tarde de 8 de junho, janelas e sacadas repletas de expectadores vêm o desfilar imponente de uma multidão silenciosa calculada em mais de vinte mil pessoas. Ao cair da noite a calma do cemitério São Francisco Xavier é interrompida pela voz dos oradores que atacam a burguesia, criticam a organização social e denunciam a opressão do Estado, para exaltarem a necessidade de organização, o sentido da liberdade, a grandeza da luta operária e a inevitabilidade da revolução." (M.C.Velasco Y Cruz, op.cit.,p.114)

Logo em seguida, em julho, explode a greve geral em São Paulo. Este acontecimento termina por fazer com que aquele clima de descontentamento se objetive no Distrito Federal; no dia 18 começam a ser deflagradas as greves dos marceneiros, entalhadores, têxteis, sapateiros, construção civil, padeiros, alfaiates, metalúrgicos, costureiras, chapeleiros, trabalhadores em estamparias, e operários de algumas fábricas isoladas. A FORJ formulou um programa de reivindicações semelhante ao do CDP paulista, incluindo exigências também como: fixação do salário mínimo e salário igual a homens e mulheres. A greve foi quase geral, se recusando a aderir, no entanto, importantes setores como aqueles ligados a Federação Marítima.

A repressão foi intensa sendo fechadas a FORJ e o Centro Cosmopolita. Desta forma as negociações foram feitas por categorias ou por unidade produtiva. Algumas tiveram suas reivindicações aceitas, como os trabalhadores em calçados que ganham uma redução na semana de trabalho e os têxteis que, negociando com o Centro Industrial do Brasil, consegue um aumento de 10%, a jornada de nove horas e meia, a semana de trabalho de 56 horas, o reconhecimento da União dos Operários em Fábricas de Tecidos (UOFT) e readmissão de todos os operários. Este sindicato que, antes da greve, praticamente estava restrito à Gavea, sofre uma grande mudança:

"Tendo perdido todas as greves realizadas no início do ano, os têxteis começam agora a somar vitórias e como no final do ano já haviam conseguido criar delegações em todas as seções de todos os estabelecimentos fabris de alguma importancia no ramo, tornam-se capazes de sustentar greves em fábricas isoladas,

através da solidariedade e contribuições dos que se mantêm trabalhando, e da distribuição de alimentos aos grevistas por um, dois três meses, até dobrar industriais antes invencíveis, e obter acordos até então impossíveis." (M.C.Velasco y Cruz, op.cit.,p.126)

As correntes organizatórias

A greve de julho, embora não tenha resultado em grandes concessões para todas as categorias que dela participaram foi, porém, decisiva para o fortalecimento e expansão da organização sindical. Além dos têxteis também conseguem montar organizações fortes, com delegados nas fábricas e sucursais nos bairros, a construção civil, os metalúrgicos, marmoristas, trabalhadores em pedreiras, padeiros, gráficos, etc.(a maioria ligados à FORJ)

Além das organizações que se aproximam do sindicalismo revolucionário, florescem outros sindicatos como aqueles que formam a Federação dos Condutores de Veículos: o Centro dos Chofes, Resistência dos Cocheiros, Carroceiros e Classes Anexas, Resistência dos Motoristas e Centro dos Empregados em Ferrovias. Embora possam ter passado como reformistas em 1917, tanto a Federação como alguns destes sindicatos adotarão no decorrer da conjuntura a ação direta em muitos momentos. Na verdade oscilarão entre um sindicalismo reformista, mas independente, e o sindicalismo revolucionário.

Também ganham força as organizações marítimas e portuárias que, nesta época estão associadas na Federação Marítima Brasileira: Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiches e Cafê, União dos Operários Estivadores, Associação dos Trabalhadores em Carvão e Mineral, União dos Foguistas, Associação dos Marinheiros e Remadores, Centro Marítimo dos Empregados em Câmara, Associação dos Mestres Práticos da Baía do Rio de Janeiro, Congregação dos Oficiais da Marinha Civil, Grêmio dos Maquinistas, União Protetora dos Catraeiros, Sociedade União dos Taifeiros, a Associação dos Rádio-Telegrafistas e Associação dos Carpinteiros Navais. Esta Federação que foi fundada em 1916 e presidida pelo chefe do Tráfego e Navegação do Lloyd Brasileiro - o Comandante Muller dos Reis - é o que tradicionalmente se chamou de amarela. É importante notar, no entanto, que se os objetivos e a ação desta Federação é muito mais o de controlar o movimento operário, se recusando a participar do movimento grevista e contra a carestia organizado pelos libertários, é enganoso encarar todos estes sin-

dicatos a ela federados como amarelos. Alguns são realmente dominados por amarelos, são organizações praticamente criadas e incentivadas pelo patronato, outros porêm oscilaram durante a conjuntura chegando alguns a adotar a ideologia revolucionária. Estas organizações usualmente taxadas como amarelas, na verdade refletem a complexidade do movimento operário, em especial o carioca, que se defronta com um Estado e classes dominantes significativamente mais permeáveis, isto é, que desenvolvem estratégias de controle mais sofisticadas, voltadas para a manipulação da organização sindical. Esta observação, no entanto, não implica no reconhecimento errôneo de que estes operários seriam estatais; tanto o setor portuário como o marítimo são predominantemente privados. O importante a reter é que estas organizações, se sofrem a influência dos amarelos, de políticos, dos coronéis marítimos, tiveram histórias que demonstram um envolvimento político de seus membros e uma combatividade que não pode ser esquecida. A ocorrência de posturas reformistas, o envolvimento com a "politicagem" do Rio em muitos destes sindicatos, não chegou a caracterizar este tipo de trabalho - serviços - em oposição aos trabalhadores industriais; e nem poderia ser tomado como um rótulo definitivo pois, como veremos mais adiante no quarto capítulo, não corresponde a variedade de ações destes operários (19)

Além destas três federações existiam os Sindicatos Profissionais dos Operários Residentes na Gávea e em Vila Isabel. Manifestam o apoio ao programa do sindicalismo-cooperativista condenando o sindicalismo revolucionário. Estes sindicatos participam da Cooperativa de Consumo de Vila Isabel que recebe apoio da Câmara e da Intendência Municipal. Baseados nas idéias de Sarandy RAposo (que criou em 1920 a Confederação Sindicalista Cooperativista Brasileira) defendem a laboriosidade, a propriedade privada, o nacionalismo e são apoiados: pelo Apostolado do Culto ao Traba-

(19) Ver a este respeito o recente trabalho de Marli Brito Moreira Albuquerque, Trabalho e Conflito no Porto do Rio de Janeiro (1904-1920). R.J., 1983 (Dissertação de Mestrado), onde a autora acompanha a evolução de alguns sindicatos portuários mostrando estas oscilações.

lho, o Círculo dos Operários da União, União Beneficente dos Operários da Fábrica de Cartuchos, Sociedade dos Empregados Manipuladores de Tabaco, União Socialista, Centro Comemorativo Primeiro de Maio. (Cf. M.C. Velasco y Cruz, p.131 a 133)

O funcionalismo público, particularmente numérico no Distrito Federal, tinha sérias dificuldades para a mobilização e articulação. Em 1920 dividiam-se entre o Centro Beneficente dos Operários Municipais, a União dos Operários Municipais (esta de orientação sindicalista revolucionária) e o Círculo dos Operários Municipais. O Círculo pode ser chamado de amarelo pois foi resultante de uma articulação entre Mario Frederico da Silva e Petronilho Montez, sendo que este era um dos coronéis marítimos do Rio. As dificuldades que estes trabalhadores enfrentavam para articular um movimento conjunto com as demais categorias, devia-se, entre outras causas as chamadas "regalias" e favoritismos; isto dificultava a formação de laços de solidariedade dos trabalhadores entre si e com os operários privados. O sarcasmo de um gráfico que escreve para o Prefeito Carlos Sampaio é revelador deste problema quando condena a construção de casas somente para funcionários do Estado:

"Não creio que o objetivo do sr. Prefeito seja 'subornar' o funcionalismo para que evite atitudes de indisciplina que o faça decair da graça de Deus e perder a casinha prometida (...)" (Intransigente 1-06-1921)

Movimento complexo era também o dos comerciários que se dividiam entre a Aliança dos Empregados no Comércio, mais próxima dos libertários, e a União dos Empregados no Comércio, esta mais chegada ao reformismo. A divisão se mantinha em cima da distinção entre o alto e o baixo comércio. Num artigo em Voz do Povo (16-02-1920) tentava-se chamar a atenção do comerciário para as semelhanças, em detrimento das diferenças:

"Quem passar às primeiras horas da manhã pelas ruas centrais desta capital verá os empregados de vários ramos de comércio como por exemplo, modas, fazendas, calçados, papelarias, ferragens, escritórios diversos, etc., despidos das suas bem talhadas jaquetas, ocupados na faxina empunhando aristocraticamente uns as vassouras e os baldes com água, outros, tirando direitos aos verdadeiros profissionais desse metier. Finda a faxina, tornam a

vestir-se convenientemente após um constipável suor para dar começo ao serviço habitual: servir a mável e pacientemente o mesmíssimo público que é servido nos armazéns de secos e molhados, nos açougues, nas quitandas e enfim em todos os outros estabelecimentos comerciais chamados do baixo comércio. Após longas doze horas de exaustivos trabalhos, fechadas todas as portas, entretêm-se uns algumas horas mais a enfeitar vitrines, somar os lucros dos patrões, arrumar as mercadorias em seções separadas, aprontar as novidades para os mostruários e levar encomendas em qualquer ponto da cidade, afim de bem servir a freguesia logo, onde está a tal superioridade de empregados do alto comércio aos do baixo ? Ilusão, inconsciência. É mais nada. (...)

Esta tentativa de homogeneização vista como necessária pelo militante libertário que visava uma ação conjunta, devia o olhar para as profundas diferenças entre um bem vestido, educado e limpo balconista de loja (que também era caixa, contador, etc.) e um trabalhador de armazéns de secos e molhados, por exemplo. Uma das principais reivindicações dos trabalhadores em armazéns dizia respeito ao fato de serem obrigados a dormir e fazer refeições em casa dos patrões, ou nos armazéns. Certamente a luta destes trabalhadores se distanciava muito dos engravatados balconistas do alto comércio. Se bem que este mecanismo da homogeneização possa ser entendido como um "cacuete", uma estratégia de luta, também ocorria o oposto que pode ser resumido na frase "dividir para reinar". Num manifesto escrito por um militante da Aliança dos Operários em Calçados e Classes Anexas esta tática pode ser percebida. A criação do Centro dos Artistas Sapateiros, que foi incentivada pelo patronato e levada a cabo por um grupo "(...)de bajuladores que não trepidam em passar por cima da consciência dos trabalhadores, quando estão em luta (...)" (Voz do Povo 16-02-1920), visava o enfraquecimento do sindicato libertário.

Chamar a atenção para as dificuldades organizativas que enfrentavam os operários do Distrito Federal teve a intenção de, além de mostrar a heterogeneidade, refletir acerca das causalidades que são normalmente apontadas. Será que existe uma causa que explique porque certas categorias tenderam mais para o reformismo, ou amarelismo, e outras que ousaram sonhar para além,

para a Anarquia? Antes, porém é preciso colocar uma outra questão. Qual é a medida da combatividade? Normalmente ela é medida pela capacidade de uma categoria, ou um sindicato, em ganhar greves rapidamente, e pelo seu poder de manter as conquistas. Mas como o que privilegia é um sonhar, e não a conquista de vantagens corporativas, esta medida deve ser outra. Certamente qualitativa. A minha leitura do movimento operário nestes anos não revelou nenhuma causalidade que remontada em outro lugar, em outra data, pudesse reproduzir o acontecido. Nem origem étnica, nem composição etária, sexual, ou grau de controle sobre o processo de trabalho (20), setor econômico, reorganização do processo produtivo, ou intensificação da exploração. Estamos no terreno da virtualidade. E mais, um sindicato que hoje norteia sua ação pela luta direta, amanhã pode abrigar sérias divergências internas e depois adotar posturas reformistas ou vice-versa.(21). Esta é uma época de experimentação, de debates.

(20) Recentemente, num texto polêmico, Edgar Salvadori de Decca (A Ciência da Fábrica: o Mundo de Cabeça para Baixo. Campinas, Unicamp, 1983 mimeo) chamou a atenção do historiador para a fala do empresário Roberto Simonsen no opúsculo Trabalho Moderno de 1919 onde este prega a aplicação do taylorismo nas indústrias brasileiras. Para Edgar existiriam indícios de que esta fala revelaria mais que um aconselhamento, mas um processo, que já estaria ocorrendo, de confronto entre patrões e operários dentro das fábricas em torno do controle do processo de trabalho. E isto poderia estar se refletindo no comportamento operário: "(...)as paralisações a partir de 1917 poderiam ser entendidas como um indício significativo de manifestações operárias contra a reorganização do processo de trabalho" (Edgar, op.cit., p.28). Ver também a este respeito a tese de E.Keremitsison de a autora compara o comportamento de três categorias de trabalhadores, têxteis, condutores de bondes e calçados, concluindo pela maior combatividade destes últimos por estes possuírem "(...)a sense of tradition, or 'inherited experiences' which (...) was an essential prerequisite to the development of class consciousness" (The Early Industrial Worker in Rio de Janeiro (1870-1930) New York, Columbia University Press, 1982 (PhD Dissertation)p.140

E o Rio é um terreno em que as experiências têm limites mais amplos que em São Paulo onde a burguesia, por exemplo, vai-se dar conta da necessidade de se organizar mais para o final da conjuntura e onde os acenos para uma política reformista, quando houveram, foram muito mais vagos e então, mais estêreos.

Em meio a esta indeterminação, o virtual é o fazer-se da classe: é a própria ação dos homens, as suas vontades, Talvez desta forma dê para entender as palavras de Zaratustra:

"O que é grande no homem, é que ele é uma ponte e não um fim: o que pode ser amado no homem, é que ele é um passar e um sucumbir.

"Amo aqueles que não sabem viver a não ser como os que sucumbem, pois são os que atravessam"

(F.Nietzsche, "Assim falou Zaratustra" in Os Pensadores. S.P., Abril Cultural, 1978)

Retomarei esta questão no capítulo quatro da Dissertação.

(21) Foi o caso, por exemplo, da Associação Gráfica do Rio de Janeiro que em 1920 sofreu uma cisão com a criação do Sindicato dos Artistas Gráficos de orientação sindicalista revolucionária. A Associação desde 1917 estava polarizada entre um grupo mais radical que consegue se manter embora de modo instável até a saída de Carlos Dias da presidência. Então, os adeptos do chamado sindicalismo "puro" ou tradeunionismo, conseguem proibir até o canto da Internacional dentro do sindicato e se recusam a aderir a Federação dos Trabalhadores que estava se formando. (Cf. a coleção do jornal O Gráfico e Voz do Povo) Entre os têxteis também existiu uma tensão constante em torno da orientação do sindicato. Isto se acirrou a partir da greve perdida de 1919 e em 1920 quando discutiu-se a saída da União da Federação. A resposta dos sindicalistas revolucionários foi acalourada: "Que tem valido aos tecelões os panos quentes com que, ultimamente, se a cobertaram? Que vitória lhe trouxe a aliança com os amarelos? Que resultou de bom da influência dos politiqueros? Que melhorias obtiveram a chefatura de polícia? Que conseguiram, finalmente, suplicando piedade do Presidente da República?" (Voz do Povo 13-03-1920)

Retomada do Movimento no Rio - 1918

A diferença de atividades entre Rio e São Paulo é marcante neste ano e é descrita desta forma pelos militantes anarquistas d'A Plebe São Paulo depois da greve geral de julho de 1917 "()no arrocho de uma inominável censura, ficou sem imprensa libertária, sem associação de propaganda avançada, sem organização operária de resistência. Mas, em compensação, no Rio, o operariado se organizou, produziu um movimento de protesto contra a exploração dos industriais, conquistou melhorias de condições e, também, devido à iniciativa de vários companheiros, fez-se larga publicação de folhetos, boletins, inclusive a d'O Cosmopolita e Cronica Subversiva." (A Plebe 8-03-1919)

A declaração de guerra e o estado de sitio tinha feito retrair o movimento operário, aliado, obviamente, a repressão. No Rio, apesar da mobilização patriótica e nacionalista ter sido mais intensa, foi também mais rápida a retomada do movimento. Já em fevereiro de 1918 a Aliança Anarquista lança o seu Boletim número um onde anunciava, entre outras coisas, a volta à atividade do grupo editor da "Pequena Biblioteca Libertária". Já em março as conferências de propaganda vão se tornando mais frequentes e em abril começa a ser publicado Cronica Subversiva, cujo redator era Astrojildo Pereira. Dia 19 deste mês é constituída a União Geral dos Trabalhadores (UGT) que nasce em substituição à FORJ, que havia sido fechada em 1917. As comemorações do Primeiro de Maio foram preparadas pela UGT que, tendo em vista a proibição de comícios e outras manifestações públicas, reuniu os operários no Teatro Maison Moderne.

Paralelamente à movimentação de propaganda libertária, algumas categorias de trabalhadores também se agitavam, como os fabricantes de calçados e os trabalhadores do serviço de carga e descarga de mercadorias do cais do porto (22). Em agosto ocorre a greve da Companhia Cantareira e da Viação Fluminense que paralisa os transportes de barcas entre Rio e Niterói. Em solidariedade entram também em greve as oficinas da Leopoldina Railway, os condutores e motoneiros de bondes da Cantareira e várias outras firmas de Niterói. A reivindicação principal ligava-se a aumentos salariais; os choques de rua foram frequentes

(22) Ver. A. M. C. Gomes, Burguesia e Trabalho Política e Legislação Social no Brasil (1917-1937). R.J., Editora Campus, 1979

e a greve terminou sem que os operários houvessem conseguido o aumento de 10%. A liderança libertária se envolveu com este movimento sendo presos vários militantes.

O setor têxtil, que havia ganhado um impulso muito forte a partir da greve de julho de 1917, será, no segundo semestre de 1918 o centro das agitações com pelo menos duas paralisações: em agosto e em novembro/dezembro: No primeiro movimento a União dos Operários em Fábricas de Tecidos (UOFT) consegue o seu reconhecimento pelo Centro Industrial do Brasil e um aumento salarial. Em novembro, no entanto, ocorre um racha no patronato que se divide entre aqueles que são favoráveis ao reconhecimento sindical e os que não o aceitam. Estes últimos formarão o Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem do Algodão (CIFTA).

A paralisação da indústria têxtil iniciou-se uma semana antes do término da Guerra estando ainda o país em estado de sítio. Tanto a UGT como os outros sindicatos que foram solidários com o movimento, como a União dos Operários da Construção Civil, a União dos Metalúrgicos e a própria UOFT foram fechados, tendo vários operários sido presos (78 militantes de 18 a 21 de novembro).

Algumas das reivindicações da parede eram as seguintes: a construção civil reivindicava a jornada de oito horas e reconhecimento do sindicato, os tecelões basicamente queriam que fossem cumpridos os acordos feitos nas greves anteriores. As outras categorias voltam logo no final do mês ao trabalho mas os têxteis continuam a greve até dezembro sem terem sido atendidos em suas reivindicações.

Esta greve foi resultante de uma movimentação que vinha crescendo e também da articulação dos trabalhadores com a UGT e o núcleo de militantes libertários que preparavam um levante visando a derrubada do Estado. Na tarde de 18 de novembro os operários deveriam deixar o trabalho, dirigir-se ao Campo de S. Cristovão de onde articulariam a tomada dos palácios do governo e unidades militares.

Segundo a versão oficial o levante foi traído por um informante da polícia. Antes da hora marcada, vários organizadores já estavam presos. Mas, à hora marcada, lá estavam os trabalhadores que enfrentaram uma força descomunal: a polícia, o Exército e a Marinha já estavam em prontidão e permaneceriam nos postos, nas ruas, por muitos dias, prendendo, revistando, dispersando, abortando a até hoje suspeita revolução. É preciso aprofundar a pesquisa deste fato. Teria sido mais uma bernarda? No

Campo de São Cristovão travou-se uma verdadeira batalha. Pela cidade sucediam-se as explosões, tiros, tentativas de atingir alvos militares, de cortar a energia elétrica.

Mas os organizadores não foram a julgamento, foram deportados ou expulsos para outros estados do país, como José Oiticica que foi para Alagoas e Agripino Nazarê para a Bahia. Os operários não foram ouvidos, sabe-se apenas a versão policial. Lima Barreto, no entanto, registrou o seu prazer frente aos acontecimentos: "(...) Ri-me gostosamente do pavor que levaram a todo o Olimpo governamental os acontecimentos de 18" (23). Para um levante traído, surpreende o impacto, a crise que se abriu nestes dias. Lima interpreta a versão policial:

"Parece que o plano foi editado pelo chefe de polícia, devendo tocar nos seguintes pontos: a) acoiçar de estrangeiros os anarquistas e exploradores dos operários brasileiros; b) debochar os seus propósitos e inventar mesmo alguns repugnantes e infames; c) exaltar a doçura e o patriotismo do operariado brasileiro; d) julgar que eles têm razão nas reivindicações, que a dinamite não deve ser empregada, etc., que devem esperar, pois a Câmara vai votar o Código do Trabalho, etc.etc" (24)

Este movimento fica para ser investigado. Mesmo traídos os trabalhadores prosseguiram em greve e com as manifestações; a diretoria da UOFT não conseguiu suspender a paralisação, os trabalhadores queriam continuar mobilizados.

(23) Citado em Moniz Bandeira e outros, O Ano Vermelho... p.140
Ver artigo de o ABC (30-11-1918)

(24) Idem, p.141 Cf. Diário Íntimo de Lima Barreto

O ESTADO E A LEGISLAÇÃO SOCIAL

Reconhecida a questão social, restava silenciá-la. Mas a legislação social e trabalhista parece não ter sido bem vista por uma burguesia acostumada a decidir de outras maneiras os conflitos. Existiam dois tipos de posturas da burguesia urbana frente a questão da regulamentação das relações de trabalho. Uma mais reativa, fundada na repressão ao movimento operário e outra que propunha o estabelecimento de contatos conciliatórios com as organizações moderadas deste movimento. Um exemplo destes dois casos foram as divergências que se acentuaram entre os industriais têxteis a partir do movimento grevista de 18 de novembro. Estas posturas estarão presentes dentro do Estado mas apesar dos debates que a questão social suscitou somente algumas leis, como a de acidentes no trabalho, serão adotadas.

As posições dominantes na Câmara em torno deste debate foram resumidas por Angela Maria de Castro Gomes que viu três linhas principais(25): as posições representadas pela banca paulista, pela gaúcha e pelos "trabalhistas" como Nicanor Nascimento, Maurício de Lacerda e Deodato Maia. Estes últimos tinham uma proposta de atuação do Estado que fosse no sentido de um esvaziamento das questões que provocavam a agitação operária, ou melhor, a defesa da regulamentação capital/trabalho, através da implantação da legislação trabalhista (regulamentação do trabalho feminino e do menor, jornada de oito horas, criação de creches nas indústrias, criação do Departamento Nacional do Trabalho, regulamentação do direito de greve e de associação, etc.) era feita com o propósito explícito de "sanar" a questão social.

A justificativa da proposta girava em torno de três pontos: a carestia da vida (toda culpa era jogada em cima do patronato, do comércio açambarcador e uma indústria "artificial"), do direito de greve e de defesa, da parte do proletariado de seus direitos e do papel do Estado de elaborar a legislação social e, desta forma, desmobilizar o operariado radical. Para eles a regulamentação do trabalho não romperia o princípio da "liberdade de trabalho", somente serviria para manter os trabalhadores no âmbito da luta puramente econômica e reivindicativa.

O fundamental a reter do discurso dos trabalhistas na Câmara é que ele abre um papel de mediação ao Estado e,

(25) A.M.C.Gomes, op.cit., primeira parte, cap.2

como mediador, de agente histórico. Um agente que teria a função de solucionar as tensões existentes entre capital e trabalho, isto é, retirar do recinto da fábrica e dos bairros operários os conflitos mais gritantes.

Quanto ao Executivo a defesa da liberdade de trabalho nunca é questionada mas a ação policial ia no sentido, reconhecidos os direitos de greve, de reunião e de propaganda, de eliminar os "excessos" que eram promovidos por "agitadores incontestáveis" (26). A prisão e expulsão de anarquistas, restabelecendo a ordem, protegeria a classe operária dos elementos subversivos que a impediam de defender os seus interesses livremente. Nos conflitos trabalhistas o Estado sempre se apressava em pedir a Câmara que apressasse a adoção de leis que consagrassem os princípios de legislação social adotados pela Conferência da Paz.

De uns anos para cá a historiografia conseguiu superar os limites do discurso oficial que divulgava a idéia de um Estado doador e mesmo antecipador da legislação trabalhista, resgatando os sinais de protesto dos operários. Resta ainda fazer a genealogia da atuação do Estado que tentava articular ensaios de proteção de paternalismo em relação ao operariado no sentido de canalizar a luta de classes em formas institucionais administradas por ele, já bem antes de 1930.

Outro local onde foi colocada a questão foi o Departamento Estadual do Trabalho do Estado de São Paulo. Lendo os seus Boletins percebemos que este órgão, além de divulgar muitas informações a respeito, por exemplo de como estava sendo aplicada a lei de acidentes no trabalho, teve uma participação ativa na formulação desta lei, bem como de outros projetos que não chegaram a ser aprovados no Congresso. A posição do Departamento pode ser resumida, grosso modo, pela leitura dos seus Boletins: a questão social deveria ser sanada por uma ação combinada que articularia a promulgação de leis e a criação de instituições. Os acidentes no trabalho deveriam ser resolvidos pela adoção de leis mas outras questões, como o do trabalho do menor e a da proteção ao trabalho das mulheres grávidas e aos recém-nascidos deveriam ser resolvidas através de escolas, associações mutuárias, etc.. (27)

(26) Ver Mensagens enviadas ao Congresso Legislativo pelo Presidente Altino Arantes (14-07-1918 e 14-07-1919)

(27) Consultar os Boletins do Departamento Estadual do Trabalho 1912 a 1922

As intenções de um órgão como o Departamento inserem-se dentro de uma tendência de tratar os problemas mais prementes do operariado, esquadrinhando e isolando-os, como bem foi demonstrado pela prática de realização de enquetes.

Ao nível do Legislativo municipal também registraram-se a existência deste tipo de preocupação. Em especial no Distrito Federal ocorreram reações da parte do patronato em relação à execução de alguns decretos argumentando com a sua inconstitucionalidade. Dois exemplos ilustram estas tensões. Em janeiro de 1919 os industriais de tecidos lutam na justiça contra o Decreto Municipal de 11 de agosto de 1917 que regulava o contrato de locação de serviços de menores e ganham a causa. O outro exemplo refere-se a lei de descanso semanal que os garçons do Centro Cosmopolita tentam fazer vigorar encontrando a resistência do Centro dos Proprietários de Hotéis e Classes Anexas que chegam a fechar suas casas como meio de pressionar o Conselho Municipal a voltar atrás. (28)

De modo geral a protelação da adoção da legislação trabalhista, cuja implantação vai sendo ensaiada lentamente pela década de vinte até a sua imposição, juntamente com a estrutura sindical corporativista dos anos Vargas, foi alimentada por um Estado altamente repressivo e uma burguesia que se constituía de forma forte e ágil o suficiente para criar estratégias capazes de desbaratar sistematicamente as manifestações organizadas dos trabalhadores. Um estudo a respeito da correlação de forças existentes entre as classes e entre as frações da classe dominante poderia ser altamente revelador: Provavelmente mostrasse o interior deste amplo campo de possibilidades de efetivação da dominação da força de trabalho que, embora com muita resistência, vingou sem uma política "esclarecida" e institucionalizada de controle, de âmbito nacional. Note-se, no entanto, que a maior parte das tentativas de se instalar uma política reformista partia do Distrito Federal.

(28) Consultar os jornais O Combate (9-01-1919) e Voz do Povo (6-02-1920)

SÃO PAULO VOLTA A SER O CENTRO DAS AGITAÇÕES

O periódico semanal Alba Rossa que inicia sua publicação em janeiro de 1919 faz um balanço do movimento operário em São Paulo: com exceção dos padeiros que lutam pelo descanso semanal, dos ferroviários da S.P.Railway que tentaram efetuar uma greve que foi abortada, e do movimento dos canteiros de Cotia, "il momento è di mistico raccoglimento" (Alba Rossa 31-01-1919). Mas esta condição vai mudando rapidamente. Em fins de fevereiro volta a circular A Plebe que inicia uma campanha pela reorganização sindical e pelo fortalecimento dos sindicatos existentes. Neste primeiro semestre serão organizados os grandes sindicatos como o dos têxteis e o da construção civil, e as manifestações operárias atingirão um ritmo e intensidade sem comparações em toda a história da Primeira República. A presença da classe operária fez extravasar aqueles limites estreitos que os discursos dominantes lhe reservava.

"(...)a Revolução é iminente e deverá ser universal, vencedora na Europa terá que continuar em outros continentes. Aqui teremos problemas menores que nos países europeus, (...) onde o socialismo de Estado chegou a criar raízes nas massas populares, causando obstáculos à marcha do comunismo; (...) aqui existem dois blocos bem divididos, não teremos que vencer as dificuldades causadas pelos revolucionários de última hora" (Spartacus 16-08-1919)

O Primeiro de Maio e a Greve

No Rio aproximadamente 60.000 trabalhadores comemoraram o Primeiro de Maio na Praça Mauã onde foram aprovadas as seguintes moções: solidariedade ao operariado internacional; saudação ao operariado russo, húngaro e germânico e protesto contra as intervenções nestes países; protesto em favor dos presos de novembro de 1918. Cantando, saíram em passeata pela Avenida Rio Branco e terminaram a manifestação na Praça Floriano Peixoto. A organização da manifestação ficou a cargo do recém-criado Partido Comunista Brasileiro, organização anarquista que refletia a empolgação com a Revolução Russa.

Em São Paulo os festejos foram promovidos pela Liga Operária da Mõoca. De manhã houve comícios em municípios vi-

zinhos e bairros mais distantes como São Bernardo, Ribeirão Pires, Cotia, Lapa, Bom Retiro, Braz, etc. Em seguida foram todos unidos para o Largo da Sé (aproximadamente 20.000 pessoas) onde esperaram o comício que começou com a chegada do numeroso e compacto grupo da Mooca que trouxe os organizadores e alguns militantes do Rio. Este grupo tinha à frente um dístico: "PCB de cada qual segundo suas forças, a cada qual conforme suas necessidades".

A paralisação do trabalho foi quase completa. O comércio fechou, trafegando apenas os bondes e automóveis. Para a organização da comemoração havia sido organizado um comitê executivo que contou com a participação de representantes dos sindicatos, ligas, centros libertários, os grupos editoriais dos jornais operários, e a divulgação foi feita através de distribuição de boletins. No comício Edgard Leuenroth leu uma moção, que foi aprovada, onde, entre outras coisas era criada a seção paulista do PCB. A comemoração estava impregnada de um conteúdo internacionalista e com o empolgamento com a "onda vermelha". Mas refletia também as lutas específicas dos trabalhadores de São Paulo e Rio de Janeiro. Foi o coroamento de um intenso trabalho de propaganda e constituiu-se num impulso para a paralisação generalizada da cidade. Também no Rio e em cidades do interior do Estado de São Paulo a greve repercutiu.

No dia seguinte ao Primeiro de Maio um operário da Fábrica Mariângela (Matarazzo) é despedido por ter discursado no comício da Praça da Sé. Seus companheiros deixaram o trabalho, saíram as ruas chamando os operários de outras indústrias para aderir ao movimento. Em poucas horas a parede já contava com 10.000 grevistas das fábricas: Sant'Anna, Comp. Nacional de Tecidos de Juta, Calçados Clark, Crespi e muitas outras.

O comitê que havia promovido os festejos do Primeiro de Maio declarou que não estava à frente do movimento e que não tinha havido premeditação. No segundo dia, os grevistas são proibidos pela polícia de circular pela cidade e de visitar as fábricas ainda em funcionamento. A noite os representantes das corporações em greve se reuniram para tratar da organização e condução do movimento. Decidem que: 1º "cada fábrica, oficina, obra ou atelier, etc, constitua uma comissão de membros das próprias corporações com o fim de encaminhar a sua ação; 2º formar em cada bairro uma comissão local constituída por dois representantes das respectivas casas de trabalho; 3º para uniformizar esforços do operariado em geral, organizar o Conselho Ge-

ral dos Trabalhadores, constituído por representantes de cada comissão de bairro ou classe"

Esta estrutura refletia a força que ainda tinhamas organizações de bairros em São Paulo. E a isto estava sendo superposta a organização sindical: as uniões de ofício e de indústria; mas a impressão que os textos deixaram foi que a propalada espontaneidade do movimento advinha de uma articulação daqueles núcleos mais informais, as ligas de bairro. Estes davam a tônica das reivindicações que, como em 1917 envolviam outros tipos de resistência ao sistema capitalista (como aquelas ligadas a temas como o da carestia e da habitação que davam uma tintura mais popular a movimentação).

No terceiro dia de greve o Conselho Geral dos Operários decide pela constituição, entre seus membros, de uma comissão executiva formada por dois representantes de cada um dos sindicatos operários existentes antes da greve. A essa comissão incumbirá executar as deliberações do Conselho, que por sua vez obedecerá as declarações das corporações por intermédio das comissões de bairro ou de classe. A preocupação com a constituição de uma estrutura organizativa não autoritária e não centralista é básica. A comissão executiva não era deliberativa; cabia ao Conselho Geral tomar as decisões através de consultas às corporações em greve. As reivindicações eram semelhantes as da greve de julho de 1917.

A repressão policial à greve foi constante e bastante intensa. Operários são agredidos nas ruas, nos comícios e muitos foram presos e deportados. A violência era enorme e ocorreram vários conflitos onde os grevistas as vezes respondiam as investidas da polícia. O povo tentava parar os bondes que continuaram a trafegar com a proteção policial. Comissões de operários que tentavam dialogar com os patrões acabavam por serem presas; as associações foram fechadas, até o lar do trabalhador foi invadido, nas vilas operárias muitos foram despejados pelos patrões. Os poucos jornais que mantiveram uma atitude razoavelmente simpática aos grevistas foram acusados de serem responsáveis pela greve; foi o caso de O Estado de São Paulo, O Combate, Fanfulla, Piccollo e O Diário Popular. Até figuras como Nereu Rangel Pestana, que tinha no cerne de seu discurso a idéia da conciliação de classes, isto é, a eliminação do conflito via ação do Estado, foi acusado de subversão.

De modo geral, a atitude da imprensa em relação ao

movimento foi a corriqueira; mesmo os jornais mais simpáticos colocavam como ponto fundamental para a sua defesa o fato das manifestações serem pacíficas. Os operários eram considerados, na melhor das hipóteses como infelizes vítimas dos desmandos do governo ou do capital, mas vítimas pacatas ou pacíficas. Os "excessos" sempre eram produzidos por elementos estranhos - os agitadores estrangeiros e anarquistas - e nessa medida passíveis de punição. E assim justificava-se a repressão. Esta chegou a um ponto em que tornou inviável qualquer acordo em bloco do tipo realizado em 1917. Era impossível reunir-se. Os acordos ou foram feitos diretamente com os patrões, ou com a mediação de jornais, através de sindicatos, ou por intermédio de uma comissão de operários do Rio que veio a São Paulo especialmente para este fim. Isto foi muito sintomático nos conflitos em São Paulo; não foram estas as soluções encontradas na maioria das cidades por onde a greve se alastrou. Em Campinas, por exemplo, as negociações foram mediadas pelo Prefeito, em Jundiaí pelo delegado de polícia e em Santos e Recife foram as associações comerciais que desempenharam estes papéis.

A greve se prolongou por todo o mês de maio e princípios de junho mas, vale notar, que existiam sempre momentos diferentes nas diversas fábricas: enquanto umas estavam terminando a greve, outras estavam iniciando, e outras ainda recomeçando. Estes momentos diversos, fato também comum em 1917, guardam forte relação com sua organização e a repressão. Isto permitia que a imprensa e os industriais tentassem confundir os próprios grevistas a respeito da situação do movimento como um todo. No dia 10 de maio, a despeito das impressões da Grande Imprensa, o jornal A Plebe avaliava o número de grevistas em 50.000.

Quanto aos industriais, os que ofereceram maior resistência foram os da grande indústria. Sua organização se fez em torno da Associação Comercial onde discutiram no dia sete de maio uma proposta de Jorge Street que acabou por ser comunicada pelos jornais: "(...) a ação dos operários os surpreendeu em absoluto visto como nenhuma comunicação prévia lhes havia sido feita sobre os desejos que nutriam os senhores operários relativamente a solução das suas aspirações; e até hoje a quase totalidade dos industriais ainda não foi procurada nem por comissões operárias, nem por pessoa alguma com quem pudessem entender-se." Continuam o manifesto pedindo aos operários para que voltem ao trabalho, lembrando-lhes que já existia um projeto de lei tramitando na Câ

mara no sentido de concretizar as suas reivindicações, E declaram aceitar os princípios da Conferência de Paris:

"Especificamente aceitam o dia de oito horas ou a semana de 48 horas com o descanso semanal obrigatório e o mesmo salário atual; aceitam a proibição do trabalho de menores de 14 anos e do trabalho noturno de mulheres que devem ser protegidas e ter o mesmo salário do homem" (O Estado de São Paulo 8-05-1919)

Em outra reunião, dia oito, no entanto, os industriais afirmam sô ser possível a adoção da jornada de oito horas se fosse uma lei para todo o território da União.

Quanto ao Estado, além de se manifestar através da repressão, o fez também por meio da criação da Comissão Especial de Legislação Social da Câmara e, no final do mês de maio, Altino Arantes (Presidente do Estado) enviou uma moção ao Congresso Nacional pedindo para que fossem transformadas em legislação nacional as conclusões do Decreto Social votadas na Conferência da Paz.

A despeito da forte reação em São Paulo, a vitória coube aos operários e isto se refletirá numa crescente organização sindical da parte destes e num esfoço significativo da parte dos industriais, particularmente os têxteis e metalúrgicos, no sentido de criarem mecanismos comuns para o enfrentamento da força de trabalho. Em contrapartida, o movimento dos trabalhadores irá gradualmente se localizando no âmbito do sindicato em detrimento da organização de bairro (29)

A Greve no Rio de Janeiro

Em meados de maio, em sessão do PCB os operários inteirados dos acontecimentos em São Paulo, saíram do Salão aos gritos de greve geral e, em passeata foram até alguns jornais para informar sobre a situação de São Paulo. Um pouco antes, no

(29) As informações sobre a greve de maio foram extraídas dos seguintes jornais: A Plebe, O Estado de São Paulo, O Combate.

dia dois, os operários da construção civil haviam conquistado as oito horas de trabalho e já estavam em greve os marinheiros do Lloyd Brasileiro que reivindicavam o direito de indicação do pessoal de bordo através de suas associações. Reivindicavam também as oito horas de trabalho diário, aumentos salariais e pagamento em dobro pelo trabalho extraordinário. Também em greve estavam 620 tintureiros cujas reivindicações eram semelhantes as dos marinheiros e, paulatinamente, várias fábricas de tecidos são paralisadas e outras categorias como as costureiras, fabricantes de cerveja, manipuladores de tabaco e outras.

Foguistas, marinheiros, taifeiros e catraeiros da Navegação Costeira e de outras firmas comerciais também paralisam o trabalho, sendo que os armadores se mantiveram resolvidos a não ceder às exigências. No final do mês entram em acordo os marítimos do Lloyd que aceita a proposta de embarque de 75% do pessoal de bordo por indicação das associações operárias. Mas o Lloyd, quando os operários fazem o acordo, se recusa a desembarcar o pessoal que havia sido admitido para furar a greve. Com isto os marítimos prosseguirão mobilizados numa questão que se estendeu até 1921.

Paralelamente à expansão das greves, algumas indústrias e o Estado passam a conceder "espontaneamente" as oito horas de trabalho sem redução do salário. Foi o caso do governo do Estado e o do município de São Paulo e do Distrito Federal, do Centro do Comércio do Café do Rio de Janeiro e da Light.

Mas no final do mês de maio a agitação se intensifica com muitas greves, reuniões, criação ou reorganização de sindicatos e associações de propaganda. Entre estas se destacava o Comitê de Defesa dos Direitos de Greve que era formado pela maioria das associações operárias do Distrito Federal.

No início de junho os tecelões entram em greve geral. A questão central prendia-se ao reconhecimento da União dos Operários em Fábricas de Tecidos (UOFT). Mas a despeito do empenho dos operários, das várias manifestações públicas e de solidariedade de outras categorias de trabalhadores, e da longa duração da greve (que se prolongou por dois meses), os industriais conseguiram manter a recusa do reconhecimento do sindicato. Venceram os industriais do CIFTA. Esta greve marcou um ponto de inflexão no movimento dos têxteis que a partir de então não mais conseguirão paralisar toda a categoria.

Ainda no mês de julho, no Rio e em São Paulo será

feito no dia 21 um movimento de protesto contra os termos do Tra
tado da Paz e contra a intervenção dos governos aliados nos nego-
cios internos da Rússia, Alemanha e Hungria. Este se deu em conso
nância com o movimento europeu que tentou articular uma greve de
 protesto mundial. No Rio, organizada pela Federação dos Trabalha
dores, a greve não foi geral. Em São Paulo, no dia 20, houve uma
 grande manifestação de protesto organizada pela FOSP. Antes dela
 ocorreram diversas reuniões preparatórias nos bairros e nas se-
des de sindicatos apos as quais, milhares de pessoas marcharam a
 te o Largo da Se onde participaram de um comucio. Apos os discur
sos, quando os operurios desfilavam pelas ruas do centro a poli-
cia interviu com numerosas tropas de cavalaria que dissolveram a
 manifestação com muita violuncia. Apos a repressão os membros da
 FOSP se reuniram e decidiram aderir a paralisação que estava sen
do preparada no Rio. Apesar da decisão ter sido tomada as pres-
sas, pelo menos os grandes estabelecimentos industriais da capi-
 tal pararam o trabalho na segunda-feira, alem de terem ocorrido
 protestos no interior do estado.

Este movimento, assim como outros que registramos
 nestes anos, como as comemorações da Tomada da Bastilha, ou os
 protestos contra os assassinatos de Rosa Luxemburgo e Karl
 Liebknecht, ou de Ferrer, refletiram a existuncia de uma atuali-
 dade no movimento operurio brasileiro em relaução ao movimento mun
dial. Os operurios adotavam, adaptando ou nuo, os hinos consagra
dos como A Internacional e a Marselhesa e vurios outros elemen-
 tos da simbologia internacional, como os dusticos, as cores, os
 rituais, etc.. A apropriação de elementos desta tradiução operu-
ria, o que inclui tambem as ideologias, revolucionurias ou refor-
 mistas, demonstrou que o operariado brasileiro possuuia uma atua-
 lidade que muitos historiadores tenderam a negar em nome de uma
 suposta fragilidade organizaturia do sindicalismo revolucionurio
 e do anarquismo.

A Greve de Outubro em São Paulo

Tanto em São Paulo como no Rio de Janeiro a re-
 pressão se intensifica no segundo semestre de 1919. Em 18 de ou-
 tubro A Plebe u invadida pela policia. Dia 19 explodiu uma bomba
 numa casa em São Paulo matando quatro anarquistas. Este fato co
loca nas primeiras puginas dos jornais as grandes manchetes das
bernardas. A greve geral que vinha sendo articulada foi fortemen

te prejudicada por isto e pelo fato dos trabalhadores da Light terem se adiantado, deflagrando a parede antes de completados os esforços tendentes a generalização do movimento. A expulsão de três anarquistas no dia 22 de outubro, ápice de um processo de repressão que vinha se intensificando, culminou com a greve em São Paulo. O referencial imediato desta paralisação seriam ainda todo o desenrolar das greves isoladas que atingiam a capital.

Os operários da Light que tinham um regime de trabalho e vigilância extremamente severos, e que conviviam diariamente com espiões e toda uma gama de esquemas voltados ao extremo para impedir a sua organização, em agosto conseguem fundar a Liga dos Operários da Light. Serão eles que deflagrarão o movimento grevista no dia 23 quando deixam os bairros mais afastados às escuras e obrigam o Corpo de Bombeiros a acender os lampiões no Centro. Além da Light (por volta de 10.000 operários), aderiram também: várias indústrias de tecidos, oficinas, seção de engenharia e seção Bragantina da S.P.Railway, a Cia. de Calçados Clark, a São Paulo Alpargatas, a Telefônica, algumas obras da construção civil, a União Geral dos Chapeleiros, a União Geral dos Ferroviários, etc.. (O Combate 24-10-1919)

Já no primeiro dia, estudantes do quinto e sexto ano da Escola Politécnica ofereceram os seus serviços à Light que os aceitou, passando estes rapazes a serem apoiados também pelos da Faculdade de Direito no serviço de motorneiro e condutor.

No dia 24 a FOSP decretou a greve geral em todo o Estado, mas a paralisação do trabalho foi parcial. A repressão foi muito intensa e a imprensa, convencida da natureza "política" da greve, apoiou a polícia que se dedicava a divulgar a existência de planos insurrecionais. O movimento terminou rapidamente e A Plebe foi assaltada novamente no dia 31 pelos estudantes que estavam sendo duramente criticados por terem furado a greve da Light:

"Durante 30 minutos o trânsito esteve interrompido, fez-se uma algazarra infernal, os móveis e o arquivo d'A Plebe foram postos pela janela afora, como se estivessemos num país de salteadores e de ladrões. A polícia, a dois segundos do local onde se registrou a hedionda exibição de um quadro nefando, não compareceu, embora solicitada de todos os postos" (O Parafuso 4-11-1919)

No dia 30 a greve estava debelada. Na Light as dispensas alcançam 400 operários. Com as demissões, as reclamações em

relação a empresa aumentam, girando em torno das acusações : de que no tráfego faltava pessoal habilitado devido ao alto revezamento da mão-de-obra, de que o pessoal empregado era em número insuficiente, e de que o material rodante estava em mau estado e em quantidade diminuta. Era a questão do controle sobre os trabalhadores que estava em jogo (30)

Mas a repressão, embora intensa, não conseguiu abater a FOSP e os maiores sindicatos como o dos tecelões e o da construção civil; além disto, o jornal A Plebe, depois de três semanas de interrupção volta a circular semanalmente (antes era um jornal diário)

E o movimento operário se prolongará tendo a greve dos têxteis de março-abril de 1920 em São Paulo como um ponto culminante da luta. No Rio de Janeiro a greve da Leopoldina conseguirá paralisar quase toda a cidade.

(30) Uma das estratégias utilizadas para impedir as mobilizações consistia em discriminar os trabalhadores nacionais. Após a greve um condutor denunciava que nas camadas inferiores, em especial a dos jornaleiros, a Light não admitia nem 10% de nacionais. Este fato contradiz uma série de afirmações relativas ao comportamento do trabalhador nacional que primam pelo esforço em mostrá-los dôceis e despolitizados em comparação com os estrangeiros. (O Parafuso 16-12-1919)

capítulo 3 - As Greves de 1920

Neste capítulo analisamos duas grandes greves: a dos tecelões paulistas e a da Leopoldina.

Nas cidades paradas, as pessoas estão sonhando

O SINDICATO DOS TECELÕES EM PERIGO

O movimento dos trabalhadores em São Paulo no início de 1920 ainda se expande. Ocorrem diversas greves na capital como a dos gráficos d'O Estado de São Paulo e da Casa Espindola e a dos chapeleiros. No mês de março várias categorias conseguem obter importantes concessões; são exemplos os trabalhadores municipais da limpeza pública e os alfaiates. O município concede aos trabalhadores da limpeza pública as oito horas de trabalho, fardamento gratuito, cumprimento da lei sobre acidentes no trabalho e várias outras medidas. Esta vitória foi negociada pela União dos Trabalhadores Municipais à despeito do fato da Prefeitura ter quase normalizado o serviço com o auxílio de operários de outras repartições. No caso dos alfaiates a vitória incluía desde a imposição de uma tabela de salários até o reconhecimento do sindicato. No decorrer da paralisação os proprietários conseguem, apesar das dificuldades existentes entre eles, criar a Sociedade dos Negociantes Alfaiates que, de uma posição bastante rígida em relação aos operários, passam a fazer acordos isolados e terminam por reconhecer o sindicato como interlocutor.

Ao mesmo tempo em que ocorrem estas paralisações, várias categorias se organizam constituindo, ou refazendo seus sindicatos. Foi o caso dos operários em fábricas de bebidas (seção da Companhia Antárctica), dos trabalhadores em fábricas de massas alimentícias, dos empregados em cafês e dos ferroviários. Outros estavam em fase de discussão e articulação da resistência, como a Liga dos Manipuladores de Pão (que se mobiliza em torno do descanso semanal) e os gráficos que lutavam pela questão do sa-

lário mínimo.

No ramo têxtil, neste início de ano, ocorrem uma série de agitações, o que incluía greves em estabelecimentos isolados, greve geral na classe, passeatas, assembléias gerais nas sedes do sindicato e várias reuniões de corporações de fábricas. O clima é de grande euforia em meio ao intenso movimento sindical e do funcionamento das comissões internas de fábrica. O jornal A Plebe (28-02-1920) registra o momento com muito entusiasmo:

"Vencendo todas as dificuldades que lhe são opostas pela resistência dos grandes capitalistas da indústria têxtil, bem como os manejos infames da canalha clerical que se esforça por arredar do seu seio os trabalhadores principalmente as operárias e os menores ainda inconscientes, a UOFT prossegue vitoriosamente no trabalho de organização e educação associativa da numerosa classe que agremia, desenvolvendo nesse sentido uma atividade cujos resultados benéficos são evidentes".

Este entusiasmo não era desprovido de sentido tendo em vista os resultados das lutas que estavam ocorrendo. Em fevereiro efetua-se uma paralisação de toda a categoria. Esta se inicia na Fábrica Maria Zélia, tendo esta corporação pedido o auxílio da UOFT que cedeu a sede da sucursal do bairro do Belemzinho, onde se localizava a fábrica, para que os operários realizassem uma reunião. Em meio à assembléia, a sede é invadida pela polícia que procede a várias prisões que incluía o presidente e o secretário da União. Face a estas prisões é decretada a greve geral em todas as fábricas de tecidos que logo termina (deve ter durado dois dias) pois os operários são libertados.

Após a soltura destes trabalhadores, alguns começam a ser dispensados ou perseguidos. Na Fábrica Luzitana, em protesto às perseguições que vinham sofrendo e à dispensa de um companheiro, todos os operários entram em greve. Ainda no final de fevereiro entram em greve também os operários da Crespi e nas negociações que foram entabuladas com UOFT, os trabalhadores conseguem ganhar algumas das reivindicações que basicamente estavam centradas em questões referentes ao regime de trabalho interno.

O movimento seguia dividido entre a resistência centrada nas greves e a tendência, sempre presente em toda a conjuntura, às frequentes perdas das conquistas já efetuadas. Muitas

foram as denúncias de estar sendo quebrada a jornada de oito horas nas fábricas de tecidos, mas a agitação ainda era considerável entre os tecelões neste princípio de ano. Se por um lado haviam derrotas, por outro, os operários continuavam resistindo tendo à frente o seu sindicato. A futura derrota da UOFT, naquele momento, não poderia ter sido prevista como a fatalidade que foi.

Entre os militantes libertários havia uma preocupação, muito grande, nesta época, com a repressão que vinha crescendo em violência e tornando-se mais efetiva e eficaz. Veja-se por exemplo, os acordos que as polícias estaduais estavam fazendo entre si, prevendo trocas de informações, auxílio nas expulsões que eram realizadas para lugares longínquos do próprio país e etc. Os operários discutiam frequentemente as maneiras de resistirem às prisões, deportações, ataques aos operários nas ruas, nas casas, nas associações e ataques à imprensa popular - em fevereiro o jornal A Plebe é proibido de circular pelo correio e teve que ser distribuído pelos próprios consumidores do jornal. A Federação Operária, defende-se continuamente das acusações de "complot" - as famosas bernardas preparadas pelos chefes de polícia ou pelos delegados - e de uso da violência (dinamite), enfim do estigma do "agitador estrangeiro". Propostas de mudanças no tipo de organização só surgirão mais tarde, dentro do quadro do descenso.

Ao entusiasmo que crescia no meio sindical parece ter-se contraposto uma estratégia do patronato têxtil (o mesmo se pode notar entre os metalúrgicos que também estão em agitação nesta época) que foi muito significativa e que foi denunciada pelos jornais operários. Todas as fábricas em princípios de janeiro começaram a trabalhar com duas turmas além de aumentarem as horas de trabalho extraordinário. Isto ocorreu à despeito do fato das empresas já contarem com grandes estoques de tecidos e numa época do ano em que era comum haver diminuição das horas ou dos dias de trabalho, ou mesmo a suspensão das atividades produtivas por ser época de balancete. Para o jornal operário Voz do Povo (19-03-1920) os industriais vinham preparando, há três ou quatro meses o locaute que acabou por ser decretado em março. "Este movimento é perfeitamente igual ao que os industriais do Rio de Janeiro prepararam em fins de 1918, e que inteligentemente foi sustado pela União dos Operários em Fábricas de Tecidos

dos do Rio de Janeiro, com o movimento que se declarou em 18 de novembro do mesmo ano".

É difícil arriscar a respeito da hipótese de que os industriais teriam, deliberadamente e conjuntamente, previsto um aumento dos estoques de tecidos para provocar depois uma paralisação prolongada, com forte poder de barganha, e com o fim de deter a resistência operária organizada pelo sindicato. Pude registrar pelo acompanhamento da atuação do Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem nestes meses, que houve uma articulação dos grandes industriais que compunham este Centro em torno da tomada conjunta de medidas que visavam à desarticulação do controle que o sindicato e as comissões de fábricas vinham obtendo junto à classe dos tecelões e dentro das indústrias. Elas serão mostradas quando descrevermos a greve de março-abril, mas tiveram como eixo central a proibição da cobrança das mensalidades sindicais no interior das fábricas e atacavam as comissões de fábrica que tinham o poder de influir nas decisões sobre demissões até o nível dos cargos de mestres e contra-mestres. Mas nenhuma deliberação do CIFT continha elementos que implicassem na interferência do Centro em questões relacionadas à organização da produção. Aliás este era um limite contra o qual o Centro esbarrava já em meados da década de vinte (1)

Mas se por um lado era difícil articular medidas conjuntas ao nível da organização produtiva, a indústria têxtil conseguiu manter e mesmo aumentar os preços dos tecidos de algodão, apesar de toda a "crise" de estoques pela qual passou desde o final da Primeira Guerra. O nível de crescimento dos preços de tecidos foi muito superior ao do custo de vida e ao dos salários de fábrica. Olhando o final dos anos dez e toda a década de vin-

(1) Com a crise de "superprodução" do final da década de vinte é proposto no CIFT que se reduzisse as horas de trabalho nas indústrias. Mas o próprio Presidente do Centro - o Conde Matarazzo - vai contra a sugestão argumentando que "as associações de classe são formadas para defender interesses gerais e não para se imiscuirem na vida econômica dos seus membros (...)" (CIFT - São Paulo, Ata da Assembléia Geral Extraordinária de 6-07-1926, citado em M.A.R. Ribeiro, op. cit., p.86)

te, destaca-se uma estratégia que combinava preços altos dos tecidos com excessos de estoques. Isto foi fundamental para delimitar o poder de barganha patronal nos conflitos com os operários e constituiu a "pedra de toque" do movimento dirigido pela UOFT em março-abril de 1920. Não queremos com isto menosprezar as dificuldades, toda uma conjuntura de crise da indústria têxtil, que se seguiram ao final do conflito mundial. Com o término da guerra a importação de panos estrangeiros cresceu muito e as indústrias ainda tiveram que resolver os problemas causados pela baixa do câmbio que aumentou significativamente o preço das matérias primas importadas como as anilinas, os ácidos, peças de reposição das máquinas e óleos.

Queremos, no entanto, ressaltar que a forma pela qual a indústria têxtil enfrentou estas dificuldades expressou a resistência que os operários ofereciam tanto dentro das fábricas, através de manifestações não organizadas por instituições como partidos ou sindicatos, ou como através da UOFT. Dentre as opções que existiam no momento, como aquela que aponta W. Cano de diminuição dos preços dos tecidos com vistas a um aumento do mercado de consumo, pareceu-nos extremamente significativo que fosse escolhida aquela que propiciou uma importante arma de combate à crescente influência dos operários nas decisões e no dia a dia das fábricas. A existência de estoques, o sub-aproveitamento da capacidade produtiva, cumpriu um papel essencial na desmobilização dos tecelões nos anos finais da década de dez e, provavelmente, durante quase toda a década de vinte.

A GREVE - A história do movimento

A UOFT mantinha comissões de trabalhadores e representantes em cada fábrica, sendo que os industriais chegaram a reconhecer a sua atuação por algum tempo. As comissões de fábricas tratavam de questões relativas ao trabalho e da dispensa de pessoal de qualquer categoria, o que incluía operários, mestres e contra-mestres. A cobrança das mensalidades sindicais era feita no próprio local de trabalho por um cobrador que, segundo os operários, perdia, no máximo, uma hora de trabalho por este motivo.

Em 10 de março, o jornal O Combate informa que a São Paulo Alpargatas está em greve e explica o motivo: na sema-

na anterior um grupo de operários da segunda turma havia faltado ao trabalho porque tinham uma importante reunião na UOFT. A gerência suspendeu-os por um dia e os operários protestaram. "Intervindo a comissão interna da UOFT, a gerência declarou que proibia categoricamente, qualquer intervenção daquela União em assuntos internos do estabelecimento. Em vista disto, os operários resolveram continuar em greve, abandonando o trabalho."

Em 12-03-1920 O Estado de São Paulo publica um comunicado do CIFT em que este coloca a sua posição em relação à greve da S.P.Alpargatas e comunica as deliberações já tomadas em relação a UOFT, em reunião de 10 de fevereiro:

"Tendo sido noticiado em alguns jornais que a greve da S.P.Alpargatas Comp., foi motivada por aquela Comp. ter proibido a cobrança, dentro do seu estabelecimento, das mensalidades devidas pelos operários às suas associações, enquanto esta cobrança é consentida - nas demais fábricas, cumpre-nos levar ao conhecimento desta ilustrada redação que o Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem já na sua reunião de 10 fevereiro próximo passado deliberou, por unanimidade de votos, não ser permitida a referida cobrança em todas as fábricas.

Assim, a S.P.Alpargatas Comp., nada mais fez do que observar a deliberação deste Centro, a qual teve por objetivo evitar desperdícios de tempo, discussões(...) possíveis desordens, dentro das fábricas, originárias da existência de diversas agremiações operárias mesmo antagônicas.

Em reunião hoje efetuada com o comparecimento de todos os associados, os industriais declararam-se solidários com a S.P.Alpargatas, e não consentindo na dita cobrança."

Os industriais, já em fevereiro, tinham deliberado conter a expansão da UOFT, do seu poderio dentro das fábricas e da sua possível influência dentro do mercado de trabalho. Como primeiro passo haviam decidido impedir a cobrança das mensalidades. Isto abria caminho para pelo menos duas outras formas de ataque ao sindicato. Quando a S.P.Alpargatas entra em greve já estava colocado que o motivo se prendia à não aceitação da atuação da comissão interna. Na Grande Imprensa, no entanto, o CIFT faz publicar somente que era contra a cobrança das mensalidades. Jusu

tifica a medida lembrando a possibilidade de ocorrerem desordens originárias da existência de associações operárias antagônicas. A única associação, porém que se colocava em posição de combate à UOFT era o Centro Operário Católico Metropolitano do Braz. Este Centro, segundo a imprensa operária, era patrocinado pelos patrões e pela Igreja. Localizado no Braz, importante bairro fabril, ele esteve à testa de muitas manifestações religiosas e tinha um jornal chamado O Operário que se especializou, nesta época, em criar polêmicas com os militantes libertários e com a UOFT. Explorando intrigas e possivelmente lançando boatos, atacou com relativo êxito o movimento. Não temos condições de dizer o nível de sucesso que teve entre os tecelões (que certamente engrossaram as fileiras nas comemorações religiosas da Semana Santa que ocorreram em pleno período grevista) mas, sabemos que conseguiu irritar a milícia. Por muito tempo serão grandes os espaços reservados ao combate a ação deste Centro na imprensa radical, e em todas as análises e artigos doutrinários os inimigos por excelência tornam-se o patronato e a Igreja representada pelo Centro Operário Católico. Nesta época combate-se o Centro quando se pensa no inimigo Igreja, que era uma instituição em conluio com os patrões: "Sócio do Centro Católico significa crumiro". Segundo os militantes os padres e patrões criaram este Centro para destruir os centros operários verdadeiros, para arrebanhar os "(...) simples, os fanáticos, os pobres de espírito e transformá-los em traidores dos seus companheiros" (A Plebe 27-03-1920).

Nesta medida, quando os industriais deliberaram contra a cobrança das mensalidades sindicais, visavam ao mesmo tempo a extinção das comissões internas e também abrir a possibilidade da emergência do Centro Católico como interlocutor possível, à despeito do sindicato operário. Abre-se a possibilidade não só ao nível do discurso mas também ocorrem casos de industriais que forçam seus operários a se associarem ao Centro Católico (foi o caso da Fábrica de Juta Sant'Anna).

Logo após o início da greve da Alpargatas, alguns industriais fecham suas fábricas. A Plebe de 13 de março (sábado) comenta que desde o dia oito os industriais haviam iniciado o locaute: Fábrica Labor, Alpargatas, Cotonifício Crespi e Boyes. No dia 12 a Mariângela também fecha. Os industriais argumentam que os operários destas fábricas não tinham

aceito a resolução do CIFT de impedir a cobrança. Paralisam também o trabalho os operários da Companhia Paulista de Aníagens pelo reconhecimento das comissões internas e pela cobrança das mensalidades. Após oito dias parados os operários conseguem um acordo onde ganham as reivindicações e voltam ao trabalho.

Paralelamente entram em greve as fábricas Pereira Ignácio & Cia. Numa delas, a Paulistana, tinha ocorrido uma redução de quase 50% nos salários e os operários da Luzitana também aderem em solidariedade e pelo reconhecimento das comissões e permissão de execução da cobrança.

Com exceção destas greves, A Plebe (13-03-1920) assegura que "(...) se algumas fábricas estão fechadas, isso se dá pela vontade discricionária dos industriais que, segundo parece, vinham preparando de algum tempo para cá esta situação, formando um 'stock' por meio do trabalho extraordinário".

No dia 15 a grande imprensa anuncia a greve geral dos tecelões, mas enfatiza que ela não teria assumido as proporções que se esperavam. Quase todas as fábricas teriam funcionado, limitando-se a parede a uma ou outra seção dos estabelecimentos. As autoridades policiais, já na véspera, haviam tomado providências para conter o movimento. De manhã a polícia teria atuado nas fábricas de Pereira Ignácio onde grevistas tentavam "intimidar" os operários que haviam voltado ao trabalho.

Em resposta à mobilização da UOFT, o Centro Católico publica um protesto denunciando as manobras dos "elementos anarquistas" que dominavam o sindicato:

"O que os revolucionários pretendem é nada menos do que forçar os trabalhadores ordeiros e amigos do seu país a contribuírem para a manutenção de organizações a que não desejam pertencer e para o incremento de uma propaganda subversiva que já tem dado tão tristes resultados (...)"

No mesmo jornal é publicado um comunicado da UOFT (O Estado de São Paulo 16-03-1920) que se defende dizendo que se há estabelecimentos fechados, isto se dá pela vontade dos industriais que os fecharam.

O CIFT publica no dia seguinte (17-03-1920) no O Estado de São Paulo a lista dos industriais que acataram a decisão do Centro de proibir a cobrança das mensalidades nas fábricas. Diz que a medida é geral e que foi adotada por todas as fábri-

cas filiadas e não sō por aquelas que estavam fechadas; nestas elas estariam ocorrendo porque os operários quiseram continuar a efetuar a cobrança em desrespeito à deliberação do Centro. A firmam, ainda, que as demais indústrias estavam funcionando por que os respectivos empregados teriam acatado a sua resolução. Dia 19 o CIFT comunica que as fábrcas que estão fechadas devem reabrir-se. Como garantia, promete que se até o dia 31 de março os operários destas fábrcas não voltassem ao trabalho, todos os demais industriais associados fechariam também as suas fábrcas.

No mesmo dia em que coloca aos seus associados a disposição do Centro de tomar as rédeas da luta, lança um comunicado aos operários onde reitera a disposição de não permitir as cobranças nas fábrcas e também de não aceitar a ingerência de representantes operários nos estabelecimentos ou imposições relativas às dispensas de operários, mestres ou contra-mestres. Aceitam reconhecer as associações operárias, mas facultam-lhes somente a representação junto ao CIFT. A tentativa é de deslocar a representação operária de dentro das fábrcas para o Centro patronal. Prometem a uniformização das tarifas de salários em todas as fábrcas visando ao aumento daqueles salários menores e evitar as greves por motivo econômico. Convidam os trabalhadores a formularem um programa ("racional, prático e dentro das leis") de mudanças. Dia 20 a UOFT lança um manifesto onde se defende de várias acusações, entre elas a principal era a de não ser representativa dos operários têxteis.

Argumenta que a cobrança não atrapalha o serviço e nem causa a desarmonia entre os operários pois é a única organização representativa dos tecelões: "Não se pode tomar em consideração o fato de uma agremiação religiosa pretender falar em nome dos operários, pois que no seu meio podem reunir-se apenas uns poucos homens, por afinidade de crenças e não de profissão" (A Plebe 20-03-1920). Coloca que o Centro Católico não é de forma alguma representante da classe, pois não associa nenhuma corporação proletária, e não arregimenta nem uma ínfima parte sequer dos tecelões:

"Com o fim de alimentar um ambiente desfavorável à nossa sociedade de classe, fala-se de extorsões de uma parte dos salários dos operários, quando é sabido que a União cobra apenas 1\$000 (mil réis) de

cada sôcio para o custeio das despesas do movimento associativo, sendo a administração de seus fundos sociais feita pelos sôcios livremente escolhidos para esse fim em assembléias gerais"

Também para desmoralizar a UOFT afirmava-se que ela não correspondia as aspirações da classe. Para os militantes isto "é concebê-la como um organismo estranho, agindo à revelia da vontade de seus componentes, o que não se dá, pois as suas assembléias são quase diárias (...) com a presença de enormes multidões" (A Plebe 27-03-1920).

Dia 22 a UOFT responde ao comunicado do CIFT, reclamando as seguintes condições:

1º Que, como demonstração de reconhecimento da UOFT, sejam mantidos os seus representantes e comissões internas das fábricas, com a atribuição que tinham até agora, com resultados benéficos para a perfeita regularidade do serviço;

2º Respeito ao direito dos representantes da associação de efetuar a cobrança das mensalidades dos sôcios desta União, sem que com isto seja perturbado a normalidade do serviço, como de resto, até agora tem sido feito;

3º Pagamento dos dias perdidos pelos operários, em consequência da presente paralisação do trabalho, da qual não têm nenhuma responsabilidade, por ter sido oriunda do fechamento declarado pelos industriais.

Quanto a uniformidade dos salários, necessária para se evitar conflitos, cumpre-nos informar que esta agremiação já está compilando uma tarifa única, formuladas pelas comissões técnicas, constituídas dos representantes das várias seções de cada fábrica, tarifa esta que, depois de ser estudada nas nossas assembléias, será apresentada aos industriais(...)"

A UOFT continua dizendo que as paralizações de indústrias se devem ao locaute patronal e não grevista. A greve que havia sido anunciada pela imprensa diária tinha o objetivo de confundir e desacreditar a UOFT. Dia 22 o CIFT envia outro comunicado à UOFT:

"Saudações. Comunico-vos que este Centro, em reunião hoje efetuada, deliberou nomear uma comissão de cinco membros dentre seus sôcios para, com outra Comissão desta União

dos Operários em Fábricas de Tecidos, tratar dos assuntos que interessam às duas associações. Outrossim, a Comissão deste Centro tem atribuições para discutir com essa União os itens constantes do vosso ofício de hoje a mim dirigido. Armando de Virgili - gerente do CIFT (O Estado de São Paulo 23-03-1920)

Neste meio tempo, a fábrica Victória suspendeu o locaute, atendendo às exigências dos empregados.

Na reunião das comissões, do CIFT e da UOFT, que ocorreu no dia 23 os industriais propõem: quanto à questão da cobrança das mensalidades que ela fosse feita pela folha de pagamentos das empresas; em relação às demissões (atributo também das comissões internas) que estas ficavam exclusivamente à cargo da direção das fábricas e que a participação dos operários só seria permitida em casos especiais; reconhecimento da UOFT mas tendo como interlocutor o CIFT nas questões maiores; não aceitavam pagar os dias parados em virtude do locaute patronal.

A comissão dos operários após a reunião discutiu a proposta em assembléia geral dos tecelões onde é decidida a proclamação da greve geral da categoria. A Federação Operária, dia 22 envia um ofício ao CIFT insistindo para que este aceite as reivindicações dos tecelões, em especial o pagamento dos dias parados; dava um prazo de 48 horas para que o Centro respondesse, caso contrário, ameaçava com a greve geral na indústria.

O movimento dos tecelões da capital repercute nas localidades industriais do interior do Estado onde existem fábricas de tecidos. São as cidades de Salto de Itú, Sorocaba, São Caetano e São Bernardo. Em outras cidades como Santos e Campinas também há agitação e na capital quase todas as categorias de trabalhadores já se reuniram e tendem a apoiar o movimento dos tecelões.

A UOFT lança um manifesto ao povo explicando os motivos da agitação, colocando a questão em termos de uma intenção da parte dos patrões de exterminar com o sindicato. Sob este ponto de vista eles não tinham outra alternativa senão lutar e combater as investidas do CIFT neste sentido.

Dia 24 a maioria dos tecelões não compareceu ao trabalho e algumas fábricas funcionaram somente de manhã. Em especial no Braz houve muita agitação com uma forte intervenção policial.

Dia 25 a greve ainda não havia atingido todas as fábricas. O Estado de São Paulo (26-03-1920), preocupado com a agitação, aconselha os operários a considerarem as condições e as possibilidades do país ao fazerem suas exigências e ao patronato aponta a necessidade de adaptar-se "(...) às fatais e, até certo ponto, necessária modificação da mentalidade geral à respeito das relações entre capital e trabalho". O jornal conservador A Pátria defende a idéia de que é preciso, como nos países europeus, cogitar no Brasil, de melhorar as condições econômicas do proletariado tendo em vista que são estes que puxam "o carro do progresso". Afirma que os políticos menosprezam os sofrimentos das classes trabalhadoras e quando tratam da questão é por puro carreirismo:

"É comum no Congresso, surgirem tentativas em favor do chamado problema operário. Esses projetos são verdadeiros fogos de palha, quando não traduzem apenas algum engodo eleitoral, com o fim de caçar os votos da gente ingênua que se deixa embair pela paratenda dos retóricos de improviso" (citado em A Plebe 27-03-1920)

A preocupação da Grande Imprensa vem atrelada a uma intensificação da movimentação operária. Na capital muitos comícios estão sendo promovidos; dia 23, na rua Joly, em frente à sede da UOFT, Angelo Viale (presidente desta União) concita os operários a prosseguirem na luta. Ainda discursam no mesmo sentido duas operárias, uma de 15 anos e uma velha, e outros operários, além do representante da Federação Operária e o da União dos Artífices em Calçados. Discute-se a greve geral em Santos em solidariedade aos tecelões paulistas e aos ferroviários grevistas da Leopoldina no Rio de Janeiro. Em Salto de Itu prossegue a greve e em São Bernardo, Votorantim e Sorocaba os operários estão prontos para se declarar em greve (O Combate 23-03-1920)

Os estabelecimentos fabris da capital atingem a 163 compreendendo-se neste número tanto os pequenos quanto os grandes. Estas fábricas estão assim distribuídas pela Capital:

Cambucy - 46	Luz - 15	Liberdade - 4
Moóca - 16	Santa Efigênia - 22	Distrito do Centro - 14
Braz - 18	Consolação - 8	

Fonte: O Estado de São Paulo de 25-03-1920

Dia 25, nos três bairros fabris de maior concentração operária o movimento nas fábricas de tecidos foi o seguinte (O Estado de São Paulo 26-03-1920):

Braz: funcionaram somente a Fábrica de Tecidos de Juta e a Maria Zélia (2)

Mooca: paralisação completa

Cambucy: o movimento paredista foi apenas parcial estando todas as fábricas abertas com apenas algumas seções paradas.

Foi neste dia que a Federação Operária enviou o ofício ao CIFT. Este Centro convocou todos os associados para uma reunião no dia 26 para responder aos operários. Do dia 25 para o dia 26 o movimento diminui de intensidade tendo ocorrido nesta madrugada a prisão de três operários. Antonio Vasquez, Francisco Martinez (ambos membros da UOFT) e Leopoldo Adamo (membro da União dos Canteiros), foram descobertos em uma casa da rua Itapiraçaba onde haviam bombas e grande quantidade de material explosivo. Segundo a polícia existia um plano insurrecional que aproveitaria a greve dos tecelões para deflagrar a greve geral numa luta sangrenta com a polícia. O jornal O Combate, comentando o caso, nega que haja ligação entre este caso e a UOFT, tendo o seu presidente declarado em entrevista não ter cedido nenhuma ajuda em dinheiro para a fabricação das bombas. Segundo o depoimento dos presos, o plano e os recursos eram somente deles. Comentando o caso Edgar Rodrigues em seu livro Nacionalismo e Cultura Social afirma que esta ação estava ligada ao movimento

(2) Estas duas fábricas de propriedade de Jorge Street se destacavam por ter algumas condições especiais que dificultavam a sua paralisação. Na Maria Zélia parte dos operários viviam em casas da própria indústria; isto constituía um elemento de pressão eficiente pois uma vez em greve os operários eram obrigados a abandonar as casas em que residiam. Segundo um de seus operários, os empregados "(...) residem em casas da Companhia e se fornecem de gêneros nos armazéns da mesma. Declarando-se em greve eles se veriam logo privados de gêneros e de casa, porque seriam despedidos em 24 horas(...)" O Combate 27-03-1920). No caso da fábrica de juta havia uma forte coação no sentido dos operários se associarem ao Centro Católico.

santista e a prisão que ocorreu naquela cidade, de três operários paulistanos, entre os quais se destacava D. Fagundes, editor do jornal O Grito Operário, órgão da Liga da Construção Civil.

Dia 26 os grevistas continuam mobilizados e ocorre outro comício onde os operários decidem esperar até o dia seguinte a resposta do CIFT. Apesar da força policial estar agindo (com as guarnições reforçadas, principalmente nos bairros operários de maior agitação), da ocorrência de algumas prisões, espancamentos e atropelos, e que esteja sendo dificultada as concentrações e piquetes, os operários ainda estavam se reunindo. Neste dia O Estado de São Paulo assim descreve o movimento grevista:

"Até a certa altura do dia de ontem, nada se verificou nos bairros mais operários (...). A situação era a mesma da véspera, funcionando a maior parte das fábricas, embora garantidas pela polícia (tropas de infantaria e de cavalaria), tendo ao serviço menor número de trabalhadores do que era de costume" (O Estado de São Paulo 27-03-1920)

Após uma reunião na sede da UOFT, os grevistas saíram às ruas (por volta das 14 horas), divididos em grupos, percorrendo as diferentes fábricas dos bairros onde ainda se trabalhava e concitavam os operários a abandonarem o serviço.

"(...)Contra os estabelecimentos e até contra os bondes que encontravam eles arremessavam pedradas, de sorte que, por mais de uma vez, a força armada teve que intervir, dispersando os desordeiros (...) Devido ao pânico de que, em geral, estavam possuídos os operários; a grande maioria das fábricas, por escassez de pessoal, teve, pois, que cerrar suas portas." (O Estado de São Paulo 27-03-1920)

A situação em alguns bairros era a seguinte: no Cambucy todas as fábricas pararam; em Vila Prudente as quatro maiores fábricas (entre as quais a Manufatura de Chapéus Ítalo-Brasileira e a Cerâmica do Dr. Ramos de Azevedo) fecharam e na Mõca também as fábricas que não eram do ramo têxtil estavam sob forte proteção policial.

Dia 27 a Federação Operária aceita o convite do CIFT

para uma reunião e num comício já de manhãzinha, um representante da Federação comunicou a decisão tendo partido uma comissão para as negociações. A multidão fica esperando a volta dos companheiros enquanto discursam diversos oradores. Quando a comissão volta e comunica a decisão patronal de que as próprias indústrias efetuariam a cobrança das mensalidades e de que pagariam somente metade do dia de trabalho aos operários das fábricas que passaram pelo locaute, os operários insistem em reivindicar o pagamento integral, além de reivindicarem o pagamento aos operários grevistas. A oferta patronal é rejeitada. A Federação Operária decreta a greve geral de todas as classes organizadas de São Paulo, e publica um programa de reivindicações de caráter geral, com 19 pontos, ao qual cada corporação deveria acrescentar as de interesse particular.

Os gráficos se oferecem como mediadores para tentar um acordo mas o CIFT não lhes dá resposta.

Dia 28 - domingo: as reuniões foram proibidas e as associações operárias estão sendo vigiadas. O comício convocado pela Federação no Largo da Sê, foi dissolvido "à pata de cavalo" e a polícia age com muita violência nas ruas, dissolvendo grupos, espancando e efetuando prisões. Operários que foram à Estação da Luz esperar Maurício de Lacerda são espancados. Este deputado havia sido convidado pela Federação para vir a São Paulo presenciar os acontecimentos e tentar reabrir as associações. Mas ele só chegou no dia seguinte.

Os operários continuam em greve entendendo que as negociações com os industriais estavam sendo encaminhadas de modo lento e com o objetivo de protelar o acordo, com a intenção de enfraquecer a resistência. A comissão de industriais por sua vez é dissolvida pretextando que os operários teriam abandonado as negociações; declaram ter procurado a comissão da Federação (que era composta por Herminio Marcos - secretário -, Antonio Casagrande, Ricardo Benassi, Eurico Bonini e Francisco de Onofrio) nos dias 27 e 28 e que estes não haviam comparecido. Alegam também - que não teria sentido continuar as reuniões uma vez que a União dos Operários em Construção Civil e a dos Metalúrgicos já tinham distribuído um boletim chamando os operários para a greve geral.

Os operários se defendem e argumentam que o não comparecimento à reunião devia-se a situação de insegurança que os circundavam e porque tinham "(...) sobejas razões para temer vio

lências traiçoeiras por parte da polícia" (O Combate 23-03-1920) Reclamam da imprensa que não publicou a notícia da greve geral que havia sido declarada no dia anterior. As indústrias estão paradas.

Segunda feira- dia 29. Segundo o delegado Thyrso Martins a greve não é geral pois falhou a adesão dos empregados em transportes, e de outras classes que preferiram aguardar os acontecimentos (A Plebe 3-04-1920). O Estado de São Paulo (30-03-1920) informa que grande parte das fábricas têxteis teve seu serviço paralisado, "(...)ou porque os patrões, receiando qualquer anormalidade, se recusam a abri-las, ou porque os operários, temendo represálias dos elementos mais exaltados, preferiram ficar em casa" No balanço que este jornal faz, a greve quase que limitou-se às fábricas de fiação e tecelagem, conservando-se na mesma fase de sábado (dia 27). Aderiram à greve: os chapeleiros, os metalúrgicos (3) de algumas casas, algumas fábricas de massas alimentícias, canteiros e marmoristas. Os trabalhadores da construção civil resolveram não trabalhar por 24 horas (dia 30) em solidariedade aos têxteis. A Grande Imprensa comentou que a greve geral não daria resultado porque não contava com as simpatias da população. Ao mesmo tempo dizem que o dia foi de calma nos bairros operários e que os veículos trafegaram normalmente. A polícia estava nas ruas, nas fábricas e os operários continuam proibidos de reunirem-se. À tarde houve reunião dos tecelões em local ignorado pela polícia onde compareceram diversos delegados de associações e dois mil grevistas. A Federação convocou outro comício para o Largo da Sê, às 14 horas do dia seguinte.

Dia 30 o comício foi proibido. A multidão que compareceu foi atropelada do local e foram efetuadas muitas prisões.

Os canteiros e marmoristas, que estiveram parados dia 29 e 30, neste último dia, voltam ao trabalho. Os chapeleiros que

(3) A Associação Paulista das Indústrias Mecânicas e Metalúrgicas resolveu marcar até o dia 31 o prazo para reabertura das oficinas de seus associados que se achavam paralisadas já a alguns dias. Findo este prazo a Associação ameaçava fechar todos os estabelecimentos por prazo indeterminado. A luta era semelhante a da UOFT pois a associação patronal também tentava, através de um regulamento de fábrica, extinguir a União Geral dos Metalúrgicos.

havam decidido aderir à greve, resolveram esperar a sua generalização para abandonarem as fábricas. O mesmo ocorreu com os gráficos. O Estado de São Paulo (31-03.1920) é irônico dizendo que, com exceção das fábricas de tecidos, todos os outros estabelecimentos funcionaram como usualmente:

"Na Braz, na Moóca e no Cambucy tudo correu normalmente, com a garantia da polícia, que como precaução fez postar a infantaria de carabinas embaladas às portas das fábricas e estabeleceu rondas por contingentes de cavalaria (...) Na Lapa, de manhã, somente alguns estabelecimentos estiveram fechados (como a fábrica de louças), mas muitos grupos de grevistas foram dispersados quando tentavam falar com os operários"

Ao meio dia os estabelecimentos fecharam as suas portas porque os operários não voltaram do almoço.

Dia 31 de março, segundo O Estado de São Paulo (1-04 1920), a cidade continuou calma. Somente as fábricas que já estavam paradas continuaram fechadas. Novamente sarcástico este jornal afirma que foram poucos os operários que teimaram em fazer piquetes. Mas a estes a polícia estava dando o tratamento "devido": as prisões. Além do encarceramento a polícia começava a anunciar a preparação dos sumários processos de expulsão.

Nos dias seguintes, que ocupam os feriados religiosos da Semana Santa, o movimento continuou no mesmo ritmo: "O movimento está paralisado. A situação estava, pois, para ser decidida nestes dias. As festas da Semana Santa, porém, paralisaram o movimento, não sendo por isso para estranhar-se o prolongamento - deste estado de coisas até a semana próxima, depois da Páscoa" (O Estado de São Paulo 2-04-1920)

A Associação Paulista dos Industriais Mecânicos e Metalúrgicos pediu aos operários que voltem ao trabalho até terça-feira seguinte e no domingo, dia 4 de abril, a diretoria da União dos Metalúrgicos resolveu dar por findo o movimento, devendo todos voltar ao trabalho no dia indicado pela associação patronal.

Na segunda-feira a Federação Operária decreta o fim da greve geral alegando que o seu fracasso deveu-se ao fato da polícia "ter impedido as reuniões e as comunicações entre as associações operárias, o que as desorientaram" (O Combate 5-03-1920)

Efetivamente sã haviam aderido ao movimento, e mesmo assim por curto espaço de tempo, os sapateiros, os metalúrgicos, os can-teiros e os trabalhadores da construção civil (4) Apesar disto a UOFT distribui um panfleto concitando os tecelões a continua-rem em greve.

Maurício de Lacerda chega a São Paulo a convite da Federação Operária e tenta negociar a reabertura das associa-ções, sem contudo ter sucesso. O delegado geral de polícia, de pois de assegurar ao deputado que a sede da UOFT poderia ser reaberta, espancou e prendeu os trabalhadores que lá comparece-ram para uma reunião. Maurício de Lacerda chega a ser acusado de estar pactuando com a repressão e se defende acusando e de-nunciando as relações violentas existentes em São Paulo entre Estado e classe operária. De uma entrevista na Voz do Povo (10-04-1920):

"Avalie o senhor que o sr. Thyrso Martins, com a-quele seu ar sarrafascal e parvenu, me havia assegurado como ontem declarei ao O Combate, a liberdade de se reunirem os ope-rários. Isso mesmo lhes comuniquei a noite. Trataram de convo-car uma assembléia para o dia seguinte, às 9 horas da manhã em sua sede. Esta, porém, amanheceu sitiada, sendo presos os ope-rários que dela se aproximaram. Ciente disso escrevi ao dr. Car-los de Campos, dizendo que a reunião seria às 2 horas da tarde no mesmo dia e que eu, no Belemzinho, faria uma conferência a convite dos operários, porém que a polícia estava coagindo os operários contrariamente a palavra do casquilho sr. Thyrso, da-da diante dele, e que nessa hipótese nem uma delas se poderia realizar, continuando a greve por falta de se reunirem os tece

(4) "Lutando, porém, num meio em que a reação contra o proleta-riado de a dezenas de anos não tem sofrido solução de continui-dade, suportando os trabalhadores toda sorte de violências, des-de os assaltos e dissoluções dos sindicatos às prisões a esmo, espancamentos, deportações e assassinatos, não deve ser motivo de desânimo nao ter a agitação atingido as proporções deseja-das" (Voz do Povo 7-04-1920). Por seu lado A Plebe (10-04-1920) culpa o governo, agente da repressão, a imprensa por ter co-locado a população contra os operários e os industriais, pelo fracasso da greve geral.

lões para deliberar a volta ao trabalho e retirando-me eu convencido de que em São Paulo não havia direito de propaganda nem para deputados".

A repressão nestes dias é intensa; de um lado começam a prender a liderança operária como Edgard Leuenroth Florentino de Carvalho, Pimenta e Manuel Soares, de outro, policiais invadem residências obrigando os operários a voltarem ao trabalho, prendem mulheres e espancam indiscriminadamente até crianças. A participação de mulheres nas manifestações de rua é intensa. Chega a ser comentada no conservador Correio Paulistano que enfatiza a presença de operárias nos grupos que se formam nas esquinas, em frente às fábricas, nas ruas e enfrentam a força policial com notável carga de coragem. A Plebe (3-04-1920) tenta explicar o fato lembrando que dada a situação de penúria geral eram as mulheres que sentiam mais de perto a escassez de pão nas suas mesas. Mas a fome era algo muito presente para todos os trabalhadores, e não só para as mulheres. Parece que, como em O Germinal de E.Zola, elas se precipitam nos momentos de maior pico do movimento. Parece que seguem a maravilhosa utopia e se lançam de corpo inteiro, completas na luta quando decidem participar. O espaço da movimentação de rua, dos comícios, das festas, das quermesses ou das escolas foi, durante estes anos continuamente invadido por elas. Também foram presentes na luta pelas vítimas da repressão e foram alvo de repressão, chegando também, o que era o cúmulo da agressão para os moralistas anarquistas, a serem presas em celas junto com prostitutas, ladras, etc.:

"O que têm feito com as operárias é simplesmente revoltante. Não compreendendo como estas possam resistir às ordens dos patrões pegam nelas e atiram-nas para o xadrez (...)" (A Plebe 17-4-1920)

Além das prisões, espancamentos, proibições de comícios e reuniões, invasões de associações e domicílios a polícia inicia as expulsões e deportações.

Por outro lado, a Igreja (Centro Católico) concentra a sua força condenando o movimento. Na Fábrica de Juta aparecem boletins concitando os operários a abandonarem a UOFT. Os operários resistem e uma comissão deles vai até a redação de O Combate esclarecendo que o boletim é mentiroso. A Comissão dos Centros Operários da Confederação Católica, em reunião dia 4 de-

cidou apoiar o manifesto do Centro Católico do Braz concitando os operários a voltarem ao trabalho; taxando de desordeira a liderança e convidando a todos a se associarem ao Centro Católico.

Ainda nesta semana, as greves de São Bernardo até o Alto da Serra acabaram. Em São Caetano todas as fábricas funcionam já no dia seis e os quarenta empregados da indústria Matarazzo que não compareceram ao trabalho foram dispensados. Nesta localidade esta era a fábrica de maior mobilização. Em compensação, no local onde as pressões, tanto da parte da polícia, como da parte do Centro Católico e do industrial - Jorge Street - eram grandes, os operários no dia nove, em reunião que contava com grande número de representantes de todas as seções da fábrica decidem não voltar ao trabalho sem que fossem satisfeitas as condições: pagamento dos dias parados, nenhuma dispensa de operários e libertação dos companheiros presos por motivo de greve.

O declínio do movimento em outros setores do operariado não foi linear. Dia oito termina a greve da Metal Gráfica Aliberti (Matarazzo) tendo sido atendidas as reivindicações (reconhecimento da associação de classe e de suas comissões, pagamento dos dias parados por motivo de greve e readmissão dos operários dispensados por causa da parede). O motivo da greve dos metalúrgicos deveu-se a um regulamento interno que tendia a anular o sindicato. Depois de normalizado o trabalho, porém, foram presos vários operários, incluindo o delegado da União dos Metalúrgicos, naquele estabelecimento. E com o tempo o sindicato também entrou em declínio.

A Plebe resume bem a situação (10-04-1920):

"O operariado paulista foi posto fora da lei e é impedido de se reunir e de concertar os meios adequados para obter a vitória de sua causa."

A polícia do Braz dizia estar preparando, através de seu delegado Bandeira de Melo, um "processo monstro" que envolvia todos os militantes ativos e combativos, em especial os representantes dos tecelões:

"O viverdor Arnoni, armado em autoridade em São Bernardo, o Camarguinho, na Lapa e Água Branca, o Schmidt no Braz, o secreta Bruno subvencionado pelo sr, Crespi na Mõoca, estão em febril atividade, desenvolvendo-se uma perseguição feroz aos trabalhadores" (A Plebe 10-04-1920)

Segundo ainda este jornal, o sub-delegado Camarguinho, decretou o "estado de sitio" pois proibiu as pessoas de permanecerem nas ruas à noite e também intimou alguns operários a deixarem o bairro.

No dia 13 de abril os jornais anunciam que a greve já tem um mês e apesar de em algumas fábricas o trabalho ter sido retomado, a maioria dos tecelões continua em greve. As invasões de domicílios prosseguem e quando os operários se recusam a voltar ao trabalho são presos. As delegacias estão abarrotadas, o que incluía mulheres e crianças. Em muitas ruas dos bairros operários, os policiais esperam quando os maridos estão ausentes e então invadem as casas obrigando as mulheres, sob pena de prisão, a voltarem ao trabalho. Estas cenas são registradas pelos jornais operários que as descrevem num clima de horror, classificando-as de deprimentes e envoltas em grande brutalidade.

A UOFT insiste na greve, e ocorrem alguns incidentes como o da Fábrica Luzitana em que entram em choque operários grevistas e grupos que tentam voltar ao trabalho. Predomina a determinação pela greve. Mas algumas fábricas reabrem. Na fábrica de Juta Sant'Anna grupos de crumiros servem também como agentes provocadores e espiões. Eles apontam à polícia os operários mais ativos que são presos ou deportados (ou expulsos de São Paulo para regiões distantes). Na fábrica Mariângela (Matarazzo) os operários protestam contra o fato da gerência ter entregue ao delegado uma lista de nomes e endereços dos membros das comissões internas, a fim de que estes fossem presos (o mesmo ocorre na empresa Boyes).

Onde as máquinas funcionam os industriais já estão impondo o antigo horário de trabalho, como na Fábrica de Juta, onde já se trabalha 10 horas e meia (esta fábrica estava funcionando com a cavalaria dentro do estabelecimento). Na Fábrica Labor o mesmo estava para ocorrer, mas os operários em uma reunião secreta decidem continuar a greve. No dia 12 os operários da Fábrica de Seda Ítalo-Brasileira tomam algumas decisões que o comitê de greve classifica como "envergonhadoras da classe" (5). Em compensação, a primeira fábrica a parar, a S.P.

(5) Os operários desta fábrica se defendem, porém, explicando o motivo do retorno ao trabalho: tendo já retomado o trabalho uns

Alpargatas continua em greve

Em 15 de abril, O Combate assevera que os tecelões continuam firmes na greve. Neste dia somente algumas meninas teriam comparecido ao serviço já permanecendo, porém, por pouco tempo. Neste momento as negociações são feitas por fábrica: comissões de operários e patrões. Como resultado são assinados acordos que, de modo geral, não são cumpridos pelas empresas quando os operários voltam ao trabalho. Foi o caso da fábrica de juta que havia prometido o reconhecimento das comissões internas, jornada de oito horas e nenhuma dispensa por motivo de greve. Já os trabalhadores já estão submetidos a jornada de mais de oito horas, muito estão sendo dispensados e a comissão não está sendo ouvida. Além disto estão sendo obrigados a abandonar a UOFT e associarem-se ao Centro Católico. Também na mesma situação está a Tecelagem de Seda Ítalo-Brasileira.

Na Mariangela os gerentes oferecem 10\$000 de presente às meninas que voltassem ao trabalho; mesmo assim a maioria não retorna ao serviço. Muitas fábricas cujos operários decidem cessar a greve, tornam a ser paralisadas quando os membros das comissões internas são presos; foi o caso da Estamparia Matarazzo do Delemzinho e da Boyes.

Com muita dificuldade os tecelões se reúnem no dia 18 resolvendo que todos aqueles que estivessem trabalhando concorressem com um dia de seu salário para a manutenção dos ainda grevistas. Dia 22, Antonio Viale, presidente da UOFT e alguns de seus familiares são presos. Neste momento, (como testemunha Everardo Dias), os militantes de São Paulo ou estão presos ou estão

400 operários, os restantes resolvem se reunir (por volta de 500 tecelões) e negociar com o patrão a volta ao trabalho. Lembram que nas negociações a maioria das reivindicações havia sido atendida pelo industrial. A questão estava no fato de que havia sido chamado para dirigir as negociações um ex-presidente da UOFT, José Aulucci, que é acusado de "manobrar" com os patrões para forçar o fim da greve. Da forma porém, como este líder e os operários explicam o sucedido a acusação não tinha sentido. No entanto, por muitos meses a imprensa operária vai se referir a traições que teriam ocorrido entre os militantes, provavelmente lembrando-se, entre outros, deste fato.

sendo ameaçados de prisão. A Plebe (24-04-1920) relata a repres-
são:

"As reuniões foram dissolvidas a casco de cavalo, as associações fechadas, presos arbitrariamente os propagandistas da cruzada obreira, detidos os cidadãos, inclusive as mulheres que liam os manifestos ou jornais operários, sequestrados muitos infelizes que menos caíam nas graças das autoridades, muitos lares foram assaltados, violados os móveis e levados para os postos policiais muitos livros, objetos de uso doméstico, sem que se fizesse o respectivo inventário. Os espancamentos foram frequentes, nas ruas e nos calabouços. Não pequeno foi o número de detidos que expiaram na célula o seu amor pela causa da Justiça, e, por último, as expulsões, realizaram-se a granel."

A isto podemos adicionar o fato dos operários estarem sem crédito e sem receberem seus salários por muito tempo. Estão passando fome e algumas famílias começam a pensar em deixar a Capital em direção ao interior à procura de emprego em fazendas de café e algodão que estavam em época de colheita. Também temos que somar o efeito de uma série de denúncias de divisões e traições entre os operários que são feitas pela polícia e pelos industriais e que o Centro Católico divulga, possivelmente ampliando-as. Maurício de Lacerda, praticamente o único parlamentar que tinha a confiança dos militantes paulistas, foi acusado pelas autoridades de ter traído os operários em suas tentativas de reabrir a UOFT. O próprio delegado Bandeira de Melo, que quebrou sua palavra de reabrir a associação, espalhou o boato de que este deputado teria recebido dinheiro para fazer o papel de traidor.

Em relação à UOFT as autoridades indicam fatos que "provavam" haver desvios de verbas, afirmando que os líderes operários viviam às custas dos sindicatos.

O Final da Greve

Aos poucos as indústrias recomeçam o trabalho. Em alguns casos através de acordos que não foram cumpridos e

em outros através da divisão entre os operários. Na fábrica Mariângela, que resistiu a 31 dias de paralisação, um grupo de operários esclarece que a culpa da derrota deveu-se ao fato de alguns mestres tecelões terem furado a greve. Na Fábrica Labor a maioria da comissão interna é acusada de ter furado a greve por terem recebido 35\$000 de gratificação, além de fazerem horas-extras nos teares vagos.

Nas análises dos militantes a culpa do fracasso da greve estava: na polícia (repressão), nos patrões (CIFT), na Igreja (Centro Católico), nas autoridades públicas e naqueles operários "inconscientes" que se transformaram em traidores da classe. Em princípio a orientação da liderança não é discutida. Na verdade, o movimento operário como um todo estava aparentemente se expandindo nos meses iniciais de 1920. Como vimos, muitas fábricas de tecidos estão conseguindo algumas vitórias com suas paralisações e chegam a parar, com êxito, todo o setor pela soltura de alguns presos. A maré mobilizatória estava, em princípio propícia; importantes setores, como a construção civil e metalúrgicos, estavam mobilizados. Isto corroborava uma imagem otimista da situação. Mas esta resistência vinha em resposta à organização dos industriais que por sua vez vinha de encontro ao poder dos sindicatos radicais, como foi o caso dos metalúrgicos e alfaiates.

Na verdade, este é um ponto de inflexão em que os próprios empresários estão conhecendo a força de sua união e ensaiam os primeiros passos em direção ao combate coletivo e organizado ao operariado. Talvez esta seja a grande novidade do momento que culmina com esta greve. Foi difícil, para os dois lados, adaptar-se as novas normas de negociação e luta, tanto que o próprio CIFT não consegue levar até o final as negociações. São que por seu lado, contava com toda uma tradição de confronto basicamente repressiva e um Estado que consegue dar conta com certa indiferença a algumas poucas vozes dissonantes, de seu papel policial. Para os operários a única alternativa viável seria negociar a derrota a partir de uma reavaliação das táticas de luta e orientação da vanguarda. Esta duvidável clareza, mesmo que a posteriori possa ser visualizada, não poderá nunca ser cobrada tendo em vista que durante toda a história da esquerda

brasileira nunca foi possível um acordo em que os interesses de mudança social não ficassem irremediavelmente prejudicados. Veja-se, por exemplo, a atuação do PCB que, segundo S.L.Maram (5) teve a sua sobrevivência garantida através de um pacto que comprometeu radicalmente uma política operária independente:

"A year after its founding in 1922, the Partido made a pact with reformist Confederação Sindicalista Cooperativista Brasileira, a small Labor group that owed its existence largely to the tacit support of the administration of Artur Bernardes. The PCB was hardly blinded to the anti-labor and repressive character of the regime"

Mas a greve dos tecelões esgotou as forças e a fê dos operários na organização sindical, resultou praticamente no extermínio do sindicato por um bom tempo. As sedes da UOFT sô serão reabertas pela polícia em fins de maio, após várias tentativas feitas pelos operários para reabri-las. Durante o ano de 1920 e 1921 várias serão as alusões aos problemas ocorridos dentro da UOFT durante a greve. Em agosto de 1920, por exemplo, A Plebe (28-08-1920) noticia uma reunião de diretoria, das sucursais, do Conselho Fiscal, das comissões e representantes de fábricas para tentar solucionar o problema da crise do sindicato. A reunião havia sido convocada pela Comissão Executiva do Terceiro Congresso Operário Brasileiro e pela recém-fundada União Geral dos Trabalhadores; assim falam da crise:

"O último movimento dos tecelões, que, em virtude das violências inomináveis praticadas pela polícia ao serviço dos grandes capitalistas da indústria têxtil, terminou de maneira desfavorável aos operários, determinando isso dissabores, que alimentaram mal-entendidos, desconfianças e até desarmonias que muito têm prejudicado o movimento da UOFT (...)"

É fundamental notar que, em primeiro lugar, se de

(5) Sheldon L. Maran, "Urban Labor and Social Change in the 1920s" in Luzo-Brazilian Review Vol.16, Nº2 Winter, 1979 p.216

um lado a UOFT perde a sua força entre os operários e diante dos patrões, ela o faz com um discurso que incita à mudanças organizativas dentro do sindicato. Em princípios de setembro (A Plebe 4-09-1920) a UOFT decide fazer uma intensa propaganda (que não surtiu os efeitos esperados) no seio da classe para que se normalizassem os seus trabalhos. Na reunião das comissões realizadas por iniciativa do 39 Congresso e da UGT estabeleceu-se "(...) sobre as normas administrativas que se patentearam como indispensáveis no sentido de identificar de novo os trabalhadores da indústria têxtil com a organização de resistência. Foi nomeada uma comissão de tecelões para redigir esses novos moldes de administração (...)".

Por outro lado esta mudança que é proposta, ocorre no bojo de uma discussão que data já de princípios do ano - quando a liderança anarco-sindicalista se sentia ameaçada e isolada, tanto no seu papel de vanguarda quanto como parte de uma classe que vinha sofrendo o impacto das novas estratégias patronais e policiais. As mudanças que eram sentidas como necessárias visavam uma melhor articulação entre as bases do movimento.

Em segundo lugar, ocorreu uma crescente intromissão da Igreja e do patronato no âmbito sindical. Se bem que o anarquismo no Brasil tenha se caracterizado pelo anti-clericalismo, neste momento é constante a identificação de uma forma bem concreta e específica de intromissão. A ação do Centro Católico se fez sentir com muita intensidade e levantando aspectos diretamente ligados ao mundo sindical. Logo após a reabertura das sedes da UOFT, entram em greve os operários da Fábrica de Juta. Os operários se erguem contra os regulamentos que forçam-nos a abandonar a UOFT e associar-se ao Centro Católico. A greve estourou no dia em que foram ameaçados de dispensa dois operários que protestaram contra a atitude dos agentes daquele Centro que distribuíam um boletim considerado insultuoso à UOFT e ao operariado. O resultado dessa greve é desconhecido mas, notícias do final do ano indicam que Jorge Street ainda não havia desistido do intento que resumiu na frase: "Dentro de minha fábrica quero ordem e moralidade" (A Plebe 5-06-1920). Os operários respondem divulgando o caso que aconteceu com uma tecelã que não convencida pelo mestre do que devesse entrar para o Centro Católico, escuta a promessa de que neste centro lhe seria arrumado um namorado.

O argumento mais comum utilizado pelos militantes para tentar cativar os operários, além do clássico que mostra a

religião e a Igreja como aliadas do patrão, estava centrado com muita ênfase na crítica moral. Em fevereiro de 1920 o jornal O Grito Operário (25-02-1920) condena a participação de operários da Fábrica de Tecidos e Bordados da Lapa na fundação de um Centro Católico neste bairro. Pedem principalmente para as moças que não saíam nestes "centros de alcoviteiros onde vigora a imoralidade", onde padres tiram a honra de donzelas, e aí por diante. Os comentários a respeito de um escândalo na Vila Maria Zélia que envolvia o padre Bastos e a professora da escola é muito explorado pelos jornais. A identificação da mulher religiosa como inconsciente é extremamente forte, como se a religiosidade pudesse ser substituída pela atividade militante. Theresa Escobar (A Plebe 22-03-1920) conclama as mulheres "a jogarem os terços - o cancro da consciência feminina (...)" pois isto impede a manifestação da liberdade de consciência.

Apesar da tão citada "beatice" das mulheres e da sua "fragilidade" em mãos de padres corruptos, nas festas religiosas, curiosamente, eram os homens que carregavam os andores. A religiosidade oferecia às pessoas aquele componente lúdico, passional, que as proibidas manifestações operárias de tendência libertária não poderiam dar conta, por mais que também contassem com toda uma simbologia e rituais que continham também o lúdico; mas não continha o místico.

Além disso, considerar a Igreja como mera aliada dos patrões desmerecia a força do seu projeto de dominação. Em março de 1919 D. João Nery (bispo de Campinas) pregava em São Paulo sobre o tema: "O operariado e o capitalista" (A Plebe de 15-03-1919). Nesta ocasião ele sintetizou a questão dizendo que quem deveria resolver o problema era a Igreja. Em artigo no jornal O Operário (20-03-1921) o Centro Operário Católico Metropolitano condenava o anti-clericalismo deixando clara a existência de um projeto de dominação onde a Igreja era o elo de ligação e, claro, a instituição que poderia unir os povos e as nações, patrão e operários:

"Fraternidade! Onde está esta fraternidade, se as nações continuam separadas por vis interesses econômicos e povos odeiam-se entre si, hoje mais do que nunca ?

"A verdadeira liberdade, igualdade e fraternidade foi proclamada com caracteres de sangue no alto do Gólgota, por Nosso Senhor Jesus Cristo, há quase vinte séculos.

"Em nome pois dos princípios do Evangelho, intensi-
fiquemos as nossas organizações, em todas as cidades, vilas e po-
voados: fundemos cooperativas sob moldes cristãos, bancos popula-
res formados com os nossos modestos recursos, para amparo e pro-
gresso da pequena lavoura, do comércio, de todas as transações
honestas e garantidas; pugnemos pela emancipação dos trabalhado-
res dos campos jungidos às grandes propriedades agrícolas, num
regimen quase igual ao que foi abolido em 13 de maio de 1888.

"Dessa tríplice organização a faremos sobressair u-
ma quarta liga ou partido eleitoral de orientação genuinamente
católica - como se formou na Itália o já poderoso Partido Po-
pular, o qual apenas, dado o toque de reunir, em poucos meses con-
seguiu mudar todo o cenário da política italiana, até então hos-
til à Igreja.

"Das organizações acima esboçadas é que deverão -
sair a Lei redentora do operariado nacional, mais brilhante e glo-
riosa do que a Lei Áurea que libertou um milhão de escravos, a
Lei Social, usada em moldes cristãos, como a delineou o imortal
e grande pontífice Leão XIII (...)"

Este projeto de dominação, que não foi ignorado pe-
los militantes, marcou uma certa eficiência na desmobilização do
movimento operário independente e chegou a fortalecer sua expres-
sividade pela década de vinte quando multiplicam-se o número de
centros e associações católicas por todo o Brasil.

É importante notar também que, o abrupto crepúscu-
lo da UOFT não foi acompanhado de uma desmobilização tão fatal
da classe enquanto resistência em cada fábrica. O processo foi
lento. Em setembro, por exemplo, aconteceu uma greve na fábrica
de tecidos Vitória por motivo de dispensa de cinco operários que
insistiram, apesar da proibição da gerência, em comparecer ao
enterro de um companheiro morto na fábrica de Alpargatas. A gre-
ve, furada com a ajuda de crumiros e crianças, demonstra a conti-
nuidade da resistência operária não só em questões diretamente e-
conômicas. O princípio de mobilização que ocorre neste final de
ano se defronta, no entanto, com a já conhecida situação de exis-
tência de estoques e com a redução dos dias de trabalho (ou da
jornada). Assim se resume a situação das fábricas de tecidos em
janeiro de 1921 (A Plebe 22-01-1921):

"Sob o pretexto da crise comercial, os industriais
que até a pouco tempo faziam os operários trabalhar
dia e noite em duas turmas e em horas extraordiná-

rias, agora, senhores de um grande estoque, já começam a limitar o serviço, sujeitando os trabalhadores a uma situação penosíssima.

Na fábrica Boyes são têm cinco horas de ganho; na fábrica Crespi, na seção de cotonifício, trabalham apenas quatro dias por semana, na fábrica Votorantim estão trabalhando três dias por semana. Fala-se que outras fábricas também vão reduzir os dias de trabalho (...)"

Deste modo as derrotas são muito frequentes. Em fevereiro, a Comp. Paulista aumentou o horário de trabalho para dez horas apesar da rebelião de uma parte do pessoal. Na fábrica Matarazzo do Belemzinho foi retirado o aumento que havia sido conquistado de 57%. Depois de algum tempo foi concedido um aumento de 40% mas somente aos operários de dois teares (e nada para os de quatro). E, apesar da paralisação do trabalho, os operários não reconquistaram os antigos padrões salariais.

Percebe-se que é um movimento descendente (6) com grande perda da parte dos tecelões, o que era extensivo a

(6) A nostalgia ficou marcada na imprensa operária ostensivamente. A Plebe assim descreve as glórias passadas da UOFT: "A ninguém é lícito esquecer os benefícios adquiridos pela União quando esta se encontrava fortemente apoiada na força voluntária da classe em geral. O passado dessa União está na mente e no coração de todos os homens livres e conscientes, inesquecível, como todas as epopéias gloriosas que honram e dignificam o proletariado militante. A classe dos tecelões era coroada por uma Associação, cujas tradições a orgulhavam. Tinham, enfim, a maior entidade operária da América do Sul. Hoje, porém, os lodos da indiferença e da apatia estão querendo envolver a classe vanguardeira, de ontem; a astúcia patronal, aliada à manha e à hipocrisia dos padres, quase que conseguem entorpecer esta multidão, ontem entusiasta e decidida, de trabalhadores, pretendendo arrastá-la aos pântanos de uma atitude traiçoeira e covarde!!! O desprestígio que nasceu desta indiferença, aí está, redundando em prejuízo da própria dignidade de toda uma classe de 30.000 homens e mulheres, reduzidos à impotência pela indecisão, unicamente por sua culpa (...)" (A Plebe 24-07-1920)

quase todo o operariado. E deste ponto em diante será difícil manter uma atividade militante aberta, logo virã a clandestinidade com o governo Bernardes, se estendendo por quase toda a década de vinte; e os núcleos independentes terão sobre si uma repressão constante. A presença da classe operária - a ameaça que ela representava - continuarã, porém, a ser sentida ou como eco de suas manifestações passadas, ou pela ameaça de virã tona através de uma ação organizada. O processo de implantação da "identificação científica" dos operários é ilustrativo desta presença que permeia os anos de refluxo do movimento organizado pelos sindicatos operários.

Nos anos de 1920 e 1921 as indústrias têxteis utilizavam o sistema de "listas negras" como método de erradicação dos "maus-elementos": os agitadores profissionais e os operários que praticavam roubos e furtos nas fãbricas. Com exceção de Sorocaba as indústrias tinham somente esta forma para identificar e reprimir os indesejáveis: o industrial que demitisse algum empregado mandava uma lista dos nomes acompanhados dos motivos da dispensa para o CIFT e este se incumbia de distribuir as informações pelos outros estabelecimentos. Mas como mostra a Circular do CIFT-SP nº 19 (21-05-1921), este sistema não vinha dando bons resultados tendo em vista que muitos operários continuavam "perambulando" pelas fãbricas, a pesar daquele sistema.

As medidas, porém, que o CIFT propõe para sanar a questão dos furtos e roubos, que segundo os industriais estavam se multiplicando, vão se chocar com a resistência de alguns associados. Isto ocorreu, por exemplo, quando o Centro decidiu agir junto à polícia, prendendo os operários que eram pegos furtando e roubando. Uma vez presos, a polícia fornecia uma fotografia ao CIFT que se encarregava de mandar cópias às fãbricas, "com o pedido de afixã-la em lugar visível, para que fosse alcançado um salutar efeito moral" (Boletim de de Informações-CIFT 1922 p.3). Mas nem todos os industriais utilizaram-se do sistema temendo represãlias e complicações da parte dos operários.

A fórmula finalmente apontada para resolver a questão foi a "identificação científica" dos operários. Alertados, porém, pela experiência de Sorocaba, que já havia implantado o sistema, os industriais temiam que os operários resistissem. O CIFT tenta, quando são lançadas as bases do De-

partamento Nacional do Trabalho, fazer com que a identificação fosse imposta a nível nacional "(...)contra a qual nada poderia fazer a má vontade do operariado" (Boletim de Informações CIFT 1922, p.3). Mas como não foram atendidos, o CIFT propõe a identificação nas indústrias têxteis, tarefa que ficaria a seu encargo. Em Sorocaba as fichas haviam sido feitas pela polícia o que causou uma onda de protestos entre os empregados. Em São Paulo o CIFT vai preferir se encarregar da identificação evitando possíveis manifestações contrárias do operariado, e das objeções de alguns empresários. Esta proposta havia sido discutida anteriormente numa Assembléia Geral Extraordinária de trinta de abril de 1920 e tinha sido rejeitada por ser a polícia a executante das fichas. Em 1921, quando é recolocada a discussão, é o próprio CIFT que se encarregaria da execução, a despeito do pronunciamento da polícia que não acreditava na possibilidade de ocorrência de greves gerais. Acreditavam que a maioria dos "agitadores" haviam deixado o país e "(...) que as atuais condições de vida não são de molde a dar ânimo a grevistas e, em suma, na generalidade dos casos, paredes operárias não trarão grande mal às indústrias, que se ressentem do reatamento ora existente nos mercados compradores" (Circular do CIFT nº38 de 23-04-1921).

Em Assembléia Geral Extraordinária de 14 de agosto de 1921 fica decidida a execução da identificação geral pelo CIFT. Alguns cuidados porém serão tomados para evitar as esperadas manifestações de oposição dos operários; um deles foi o de mandar publicar nos jornais mais lidos pelos operários, artigos que preconizassem as vantagens que o operariado encontraria na identificação, e afastassem os seus aspectos antipáticos.

A presença do operariado como classe deixa-se sentir na própria essência do roubo e do furto dentro das fábricas de tecidos. Rouba-se desde fios, espulas, peças de pano e acessórios ou peças de máquinas. A ocorrência do roubo devia ser alta pois os industriais manifestam-se continuamente a este respeito. Maria Alice Rosa Ribeiro em sua tese sobre as condições de trabalho na indústria têxtil (7) descarta a

(7) M.A.R.Ribeiro - Condições de Trabalho na-Indústria Têxtil Paulista (1870-1930). Dissertação de Mestrado, IFCH-UNICAMP, 1980, p.97

hipótese de que o motivo do roubo pudesse ter sido usado para encobrir demissões relacionadas às atividades políticas dos operários. Segundo esta autora "(...) não haveria motivo por que esconder esta expulsão. Era normal e facilmente aceitável a expulsão de operários do trabalho fabril por professarem idéias 'avançadas' ou possuírem atividade política" (M.A.R. Ribeiro, op.cit., p.92).

Tentarei encarar a questão sob um outro ângulo. O movimento dos trabalhadores que sofre uma interrupção com a crise da UOFT em 1920, tendeu a uma continuidade, embora sob novas roupagens. A luta dos industriais e do CIFT pela identificação em massa era colocada como uma maneira de sanear o operariado dos "maus elementos", dos "indesejáveis"; de retirar do meio fabril não só os indivíduos que haviam sido contaminados pelas "arengas dos semeadores de ideais dissolventes" (Circular do CIFT-SP n939, p.3), como também de erradicar das fábricas as "idéias novas inquietadoramente ousadas". Existia toda uma gama de preocupações em torno da formação de uma força de trabalho moralizada, imbuída da ética do capital. Existe a constatação, nas vozes do gerente e do presidente do CIFT de que para os operários "(...) o roubo já não representa delito: o roubo, o furto, representam tributo pago à força pelo patrão". Esta era uma forma de resistência à dominação, retirava-se uma parte do lucro, do trabalho não pago. Em relação a esta questão devia haver uma unanimidade de vistas entre os operários, devia existir uma solidariedade muito especial contra a qual os industriais lutavam. A existência desta solidariedade é que justifica aquela continuidade a que me referi acima. Continuidade de um movimento que assumia roupagens novas, mas que garantia a emergência ou a continuidade do sentimento de classe. O roubo enquanto ato coletivo, que contava com a cumplicidade dos companheiros de trabalho, era um ato político.

As referências que os industriais fazem em relação ao roubo não levam em conta motivos de ordem econômica, parece que ninguém estava preocupado com o furto no seu aspecto concreto. A preocupação ia muito além, era contra a idéia da permissividade e da cumplicidade, que o roubo implicava, que se combatia. Lutava-se de forma muito direta, expulsando os indesejáveis do trabalho fabril (8) e controlando, assim, a

(8) Em 1924, com o sistema de identificação já em pleno funcio

emergência dos laços de solidariedade e de toda uma cultura e instituições operárias, instrumentos necessários para a transformação social.

Outro fato que demonstra a continuidade da presença operária enquanto resistência, organizada ou não, foi o aprimoramento que ao longo do tempo sofreram as relações dos industriais com as autoridades policiais. Isto se inicia de modo marcante com a fundação do CIFT. Existia uma "cordialidade" entre os industriais que pôde ser percebida pela prontidão com que esta intervinha nos conflitos entre patrões e operários. Com o CIFT houve uma ligação entre a gerência da entidade e a polícia que permitia grande eficácia na repressão aos trabalhadores. Este Centro passou a assumir e a liderar a repressão com o deliberado propósito de aparecer como "uma entidade oculta, poderosa, abstrata, cuja força o operário nunca poderá medir" (Circular do CIFT-SP de 2-10-1923). Já em greves que ocorreram em 1921, a gerência do CIFT vai-se fazer presente tomando a seu cargo o serviço de comandar a repressão e figurando como única entidade capaz de encaminhar as negociações, representando os patrões.

As arbitrariedades vão se revelar com uma força descomunal, com os operários sendo presos até preventivamente (segundo ordens do CIFT) quando havia receio de agitação nas fábricas. Isto ocorreu, por exemplo em 1923 quando os tecelões ameaçam aderir à greve dos gráficos; e em 1924, na greve pelas oito horas de trabalho e reajustes salariais. Neste último movimento os industriais só se dispuseram a negociar quando toda a liderança estava presa ou foragida, o operariado infiltrado por crumiros e estando os empregados totalmente impedidos de se reunir. Os operários receberam um pequeno reajuste de 10% nos salários e depois de algum tempo tiveram o seu sindicato, que estava se reorganizando, completamente destruído (a polícia havia aproveitado o movimento militar de 1924 para fechar todas as associações operárias).

Além da completa sintonia existente entre as autoridades policiais e os industriais, seja diretamente, seja atra-

(8) namento, teve início a permuta de fichas de operários "indesejáveis" com o CIFTA do Rio de Janeiro estendendo assim o controle sobre o eixo Rio-São Paulo.

vês do CIFT, existem indícios da existência de uma força parapolicial que servia também ao controle operário. A 12 de maio de 1920 A Plebe informa, por exemplo, que José Maria do Vale, "o famigerado Zê Maria que foi subdelegado do Cambucy", havia enviado uma circular para todos os industriais onde oferecia seus serviços de proteção contra greves, distúrbios e depredações.

O conjunto das relações que descrevemos entre patrões e operários e que passam pelo aparelho de Estado, sua polícia e pela Igreja, também foram marcadas pela presença, e influência, de outros setores da sociedade. Se não chegaram a ter uma influência direta nos fatos das greves dos tecelões, certamente colocaram impedimentos a um aprofundamento do movimento dos operários de modo geral. É importante registrar o esforço das ligas nacionalistas e de alguns centros acadêmicos, grupos femininos, etc., no sentido das campanhas que eram realizadas com a finalidade moralizadora e saneadora das classes populares; enfim, as tentativas de se formar uma mão-de-obra com as vontades dirigidas para o trabalho "dignificante" e produtivo e livre dos vícios da bebida, do fumo e das idéias libertárias.

Tentaremos ver também como o movimento operário, que vinha sendo confinado, desde meados de 1919, nos sindicatos, tendeu, após as derrotas das greves dos meses de março-abril, em especial a dos têxteis e dos metalúrgicos, a assumir outras formas, as vezes na direção dos movimentos populares, como o da Liga do Inquilinato de São Paulo. Esta tentativa será analisada no próximo capítulo.

Por hora vamos nos deter em algumas considerações a respeito do papel que as lideranças desempenharam na conjuntura, no seu desfecho e, mais especificamente na condução da greve dos tecelões.

O Declínio da Atividade Sindical em São Paulo

A greve dos tecelões de março-abril de 1920 em São Paulo foi considerada por alguns autores que analisaram o descenso do movimento operário dos anos de 1920-21, como um ponto de inflexão na mobilização dos operários têxteis e um marco fundamental no declínio do movimento operário em geral. Após esta greve, esta categoria que somava na cidade de São Pau

lo aproximadamente 30.000 tecelões, passarã pela dēcada de vinte com um nīvel muito reduzido de mobilizações.

Se bem que normalmente sejam levados em conta outros fatores que teriam atuado no declīnio do movimento operário nestes anos, como o papel repressivo do Estado, a composição e tamanho da classe operária e as chamadas particularidades da estrutura industrial brasileira, o peso conferido à linha de atuação da liderança sindicalista revolucionária foi bastante enfatizado. Segundo S.L.Maran:

"No ápice de sua força, os anarco-sindicalistas cometeram erros crassos que auxiliaram o Estado a extirpar o movimento que dirigiam (S.L.Maran, p.148). Os militantes conseguiram "(...) convencer os trabalhadores a oferecerem resistência à opressão mas, por diversas vezes, deixaram de prestar-lhes a devida assistência. E cometiam erros táticos a ponto de pregar a realização de greves em meio a sérias crises econômicas, ocasiões em que a classe trabalhadora encontrava-se despreparada, mal organizada, vítima do desemprego em massa" (Maram, p.164)

Boris Fausto sugere que a chamada para a greve geral denotava a fragilidade de um movimento que recusava a via da luta eleitoral-partidária. Insistindo na recusa da formação do partido político e negligenciando possíveis alianças que pudessem fortalecer o movimento, sō restava as lideranças que pregavam a luta direta, o caminho da paralisação do trabalho. A greve porē, num momento em que as fãbricas estavam com estoques, sō fez com que as lideranças se expusessem à devassa da repressão. Assim faz o balanço da orientação do movimento:

"A orientação da vanguarda anarquista teve assim um peso que não pode ser ignorado ao longo da história do movimento operário do período e na conjuntura de 1917 - 1920. Aí se atualizaram as debilidades de uma teoria, às quais se poderiam a crescentar as oscilações entre uma estratégia insurrecional utópica e a mera identificação com as lutas espontâneas, os erros táticos dos quais o mais flagrante - nascido de uma dificuldade de avaliar as relações de força - foi o de tentar organizar greves gerais contra a repressão, em um momento já de refluxo" (Boris Fausto, p.304 e 305)

Uma das contribuições que estes dois autores trouxeram ao estudo da história social da Primeira República, foi a introdução explícita nas análises do movimento operário, do vo-

luntarismo, ou melhor, do significado das orientações. Pode-se assim pensar em classe operária como um fenômeno histórico, se constituindo no processo de luta e resistência ao avanço do capital. Os fatos não estão mais, inexoravelmente, presos, e determinados, pela estrutura produtiva. Nem sempre as cartas estariam marcadas ou dadas de antemão, cabendo aos atores recitar o texto (9). Mas tampouco existem tipos de orientação e organização operária mais eficientes ou promissoras; ou ligadas a um maior "amadurecimento" da classe. Não existem padrões para a consciência de classe. Do mesmo modo podemos pensar na constituição da classe dominante - a burguesia.

É interessante notar que também a burguesia industrial urbana não se exprimia em relação ao Estado diretamente através de partidos políticos. Algumas entidades classistas desempenhavam o papel de canal de pressão e influência sobre o Estado (10). Este fato talvez indique exatamente o inverso do que afirma Boris Fausto que considera que o reconhecimento pelos anarquistas de um único campo de luta - o das relações de produção - constituiu-se num bloqueio ideológico e que isto teria implicado no não reconhecimento de uma questão nacional (da luta política). Para este autor, teria havido no Brasil a implantação de uma ideologia que recolocava ao nível da classe operária uma impossibilidade política-parlamentar que a própria burguesia ressentia. Este teria sido um dos principais entraves à organização das camadas dominadas (11). Será que foi este o "entrave" ?

Embora as táticas de luta anarquista e sindicalista revolucionária tenham sido consideradas ineficazes (ao longo da nossa história e pela historiografia) simplesmente pelo aludido "insucesso histórico", este mesmo "insucesso" guarda muita relação com o "sucesso" dos partidos de tipo bolcheviques que foram criados com a influência da Revolução Russa. Os objetivos a que se propunham tinham pontos de divergência, como também de contato, com o dos libertários. Estes não ti-

(9) Ver a este respeito as obras de E.P.Thompson e C. Castoria dis constantes da bibliografia.

(10) Em seu livro Burguesia e Trabalho..., A.M.C.Gomes faz uma excelente análise deste processo.

(11) Boris Fausto, op.cit., p.303

nham preocupação, aliás rejeitavam, a tomada ou a participação no PODER - eles queriam destruí-lo. E destruir o PODER implicava em negar a estrutura em que este se montava, evitando, inclusive, a recuperação dos princípios básicos de organização nos seus sindicatos e associações políticas: a hierarquia e a subordinação das bases. Isto diferencia comunistas e anarquistas. Neste sentido, o que é de se estranhar é a surpresa que S.L.Maram exprime quando avalia o que ele chamou de "fraqueza e intermitência" dos sindicatos revolucionários. Este autor coloca que os militantes estimulavam o voluntarismo e a persuasão e que rejeitavam todo tipo de regulamentação burocrático-normativa. Conclui dizendo:

"É notável que o movimento socialista brasileiro mais radical do período exigisse tão pouco compromisso e disciplina" (S.L.Maram, p.163)

Na verdade, isto só seria notável na medida em que se assumisse, como faz Boris Fausto (Conflito Social Urbano... p.302), que o que estava sendo colocado em jogo não era a transformação revolucionária da sociedade e sim que o movimento teria se constituído em um momento da luta pelo reconhecimento da cidadania social. Ao reduzir os acontecimentos à somatória dos fatos "objetivamente" ocorridos, ou seja, avaliando somente o que se incluiu no rol das reivindicações nas greves e outras manifestações operárias (e que não foram colocações explicitamente revolucionárias), negligencia-se a representação da luta e de seus objetivos. Acaba-se por ignorar as lideranças. Embora concorde que, grosso modo, a grande maioria dos trabalhadores possuía uma idealização de sua condição que não levava a posturas tidas como revolucionárias (tradicionalmente tidas como tais), e que os laços de solidariedade que se criaram não levariam necessariamente a negação do poder, acredito que o que caracterizou esta conjuntura foi, de fato, o anorecer da possibilidade da negação do poder. Entendo como possibilidade não um conjunto de fatos e relações que tomassem de ponta à ponta o operariado mas como algo que despontou, e não só a nível da vanguarda, e que "chamuscou", "poluiu", invadiu o universo político pouco receptivo as questões populares. Foi algo que colocou os trabalhadores em cena, tornando-se classe. Ver a questão desta forma passa pela consideração da representação que os operários faziam de si mesmos, de sua condição

e de suas possibilidades de intervenção no universo produtivo e político.

Os limites desta possibilidade, no entanto, foram precisos. Mesmo quando formulavam a questão da necessidade de destruição do Estado ligando-a ao ataque às outras instituições como a Igreja ou as ligas nacionalistas, a representação do poder estava presa a uma formulação jurídica e legal. Como em Maquiavel, o reconhecimento do poder como correlações de poder não dispensou a figura do Príncipe. Esta é a grande semelhança entre comunistas e anarquistas - é a forma de encarar o poder que os identifica.

"O poder não é algo que se adquira, arrebate ou compartilhe, algo que se guarde ou deixe escapar; o poder se exerce a partir de inúmeros pontos e em meio a relações desiguais e móveis"; ele possui uma positividade (tem um papel diretamente produtor e não só repressor); e ele vem de baixo, atravessando o conjunto do corpo social. Não existe uma matriz geral que oponha dominadores e dominados. A criação desta matriz pode ser vista como uma estratégia que impediria uma transformação social que partisse destes "poros" do poder, desta rede:

"A racionalidade do poder é a das táticas muitas vezes bem explícitas ao nível limitado em que se inscrevem - cinismo local do poder - que, encadeando-se entre si, invocando-se e se propagando, encontrando em outra parte apoio e condição, esboçam finalmente dispositivos de conjunto: Já, a lógica ainda é perfeitamente clara, as miras decifráveis e, contudo, acontece não haver mais ninguém para tê-las concebido e poucos para formulá-las(...)" Michel Foucault, História da Sexualidade I: a vontade de saber. R.J., Graal, 1977 p.90 e 91.

As correlações de poder têm um caráter estritamente relacional, e elas existem em função de uma multiplicidade de pontos de resistência que estão presentes em toda a rede de poder. De acordo ainda com Foucault, não existiria, com respeito ao poder, um local privilegiado de luta, "um lugar da grande Recusa - alma da revolta, foco de todas as rebeliões, lei pura do revolucionário" (Foucault, p.91), como pensam muitos dirigentes. Se bem que a mudança possa vir de levantes de grupos de indivi-

duos dentro do corpo social de modo localizado, envolvendo determinados tipos de comportamento e certos momentos de vida, é mais comum a pulverização dos pontos de resistência pelas estratificações sociais e pelos indivíduos. Isto se dá à semelhança da forma como a rede de poder se constitui:

como um "(...)tecido espesso que atravessa os aparelhos e as instituições, sem se localizar exatamente neles(...)" (Foucault, p.92)

Levando-se em conta o ideário da luta anarquista ou sindicalista revolucionária que, por ter uma representação jurídica do poder apontava para uma estratégia de luta institucional - o sindicato - será que em março-abril de 1920 houve um erro tático? Na minha opinião não. A instituição que estava em jogo era o próprio sindicato e manter sua representatividade era uma condição fundamental para a continuidade do movimento. Tentei sugerir, ao descrever a greve, que a "derrota" sofrida foi marcada por elementos que estavam circunscritos dentro de uma órbita não essencialmente legal e institucional: o movimento teria que dar conta das várias instâncias de poder e de sua inerente multiplicidade, à despeito do fato de concentrar suas forças numa arma pouco flexível como o sindicato.

Dois conjuntos de questões, que no fundo são faces de uma mesma moeda, pressionavam os operários: de um lado, as estratégias que a sociedade lançou mão para isolar o movimento sindicalista revolucionário que tinha na Igreja, nas indústrias/CIFT, nas ligas nacionalistas, na imprensa e em algumas figuras policiais os seus principais agentes; de outro, o medo e o desânimo (descrença) que ficou impregnado também nas pessoas que sofreram a violência oficial e patronal e sentiram sobre si a mácula do pecado que a Igreja impingiu com seu discurso político-religioso. Não podemos esquecer da terrível objeção que foi construída ao movimento operário organizado, ligando-o à idéia de conspiração estrangeira, por todos aqueles setores sociais. E mais que isto toda uma construção de alternativas de participação política e existencial que no seu conjunto vão desembocar numa política claramente dirigida pelo Estado (mas não só por ele) no pós-trinta. Era o controle das vontades e dos corpos de modo não necessariamente repressivo. Constrói-se o pragmatismo operário, à semelhança do burguês.

Estas estratégias implicaram na condenação de um ideário revolucionário e militante - o anarquismo - como ateu, como transgressor das leis do Estado: como centros de agitação e de propagação de um ideal estrangeiro, exótico. Mas também encaminharam-se no sentido da limitação da questão social ao nível da questão estritamente operária. Em outras palavras, gradativamente, no decorrer da conjuntura, a tendência do movimento foi a de se fixar, com crescente ênfase, no nível da luta tradicionalmente tida como operária - centrou-se nos sindicatos operários. Nesta greve o sindicato foi o centro da luta, e enfrentou condições conjunturais desfavoráveis.

Mas se o movimento radical pagou um preço caro - por esta centralização, ele foi um movimento também incrivelmente dinâmico se levamos em conta, por exemplo, que já em julho de 1920 os libertários estavam dirigindo a luta dos inquilinos de São Paulo.

"Não foi, a rigor, uma greve geral, mas foi contudo, a maior greve que se fez no Rio de Janeiro"(*)

Em março de 1920, num movimento que deixa o centro do Distrito Federal paralisado por alguns dias, fica perfeitamente visível a complexidade e diversidade do movimento operário carioca. Amarelos e negros envolvem-se no movimento dos ferroviários da estrada de ferro Leopoldina e deixam claro seus caminhos e opções. Frente a combatividade dos sindicalistas revolucionários estampa-se o jogo político dos amarelos. Jogo que tenta a anulação da resistência dos trabalhadores e conta com os caminhos da política das classes dominantes. No plano ofensivo das duas correntes tentava-se definir os rumos da luta dos ferroviários grevistas.

É difícil dizer sobre os resultados da contenda. Os ferroviários "perdem" as suas reivindicações, no entanto, por causa delas foi possível toda uma mobilização não só da categoria, como da cidade do Rio de Janeiro. De ponta a ponta, desde o Presidente da República até os moradores de Olaria e outros bairros populares. Os amarelos conseguem o seu intento de terminar "diplomaticamente" a greve. Mas os libertários se convencem da necessidade de um confronto, de uma investida metódica num dos territórios dos coronéis: o porto.

Marítimos e portuários também refletirão sobre o seu posicionamento. A classe operária passa por um momento de sua constituição quando paralisa a cidade.

A greve é reprimida. O Estado envia todos os esforços para bloquear a pressão operária. Desde recursos materiais e humanos para a empresa colocar, embora precariamente, os trens

(*) Astrojildo Pereira, A Greve da Leopoldina. R.J., Coleção Spartacus, 1920

em movimento até a força policial para reprimir todos os manifestantes. São presos em poucos dias quase dois mil operários. O embaixador britânico Ralph Paget mostra-se horrorizado com o nível de violência com que o Estado brasileiro reprime as manifestações. Assusta-se, pois para ele, além do movimento operário não ser organizado, marcado pela fraqueza, a ação dos grevistas apresentava um nível muito baixo de violência. Ele é enfático na condenação das medidas governamentais:

"The Government measures, although effective in Brazil where labour is not organized and has no standing or power, would scarcely have been tolerated in European countries. Troops and non-union men were employed to maintain essential services and in some cases strikers were forcibly compelled by the police to return to work. Persons known to be taking a prominent part in the direction of the strike were arrested and all meetings prohibited. Deprived of their leaders, short of funds, and seeing the determination of the Government not to yield, the strikers came to an agreement on March 27th where by the Government undertook to investigate their grievances on condition that work was immediately resumed!" (Public Record Office, London, F:Q: 371/4436 from Ralph Paget -British Ambassador- to Earl Curzon. London, April 6, 1920)

A Leopoldina

A estrada de ferro Leopoldina Railway Company Ltd. era regida por vários contratos resultantes de concessões de origem e épocas diversas. Todas as concessões desta Companhia, que era de capital inglês, foram tomadas por transferências dos antigos concessionários e o total de suas linhas remontava a 1.754 Km e 236m em 1920. Servia os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Além de servir no transporte suburbano do Distrito Federal e abastecê-lo de gêneros, era o único escoadouro da lavoura de amplas regiões destes estados.

A estrada estava sujeita a uma tripla jurisdição, as dos estados do Rio, Minas Gerais e governo federal; e todo o material circulante, linhas e demais instalações foram adquiridas de antigos concessionários, não tendo a Leopoldina se dedicado a nenhuma construção. Além de serem diversos os contratos, o que determinava a existência de normas diferentes em suas linhas, também diferiam as tarifas; mas de modo geral a Leopoldina era alvo de fortes críticas dos seus usuários quer em relação ao transporte de carga como o de passageiros. Estas críticas cristalizaram-se num discurso de solidariedade empregados quando do movimento grevista de março de 1920. (.)

Os jornais do Rio de Janeiro denunciavam frequentemente a péssima qualidade do serviço o que incluía: atrasos, falta de higiene nos trens, acidentes e tráfego demorado. De modo geral contrários a um aumento de tarifas, eles se inclinam pela encampação da Companhia pelo Estado. O jornal O Paiz, por exemplo, defendendo a encampação argumenta que as regiões servidas pela Leopoldina não poderiam arcar com um acréscimo no preço dos transportes. Levando em conta que tampouco os interesses dos seus acionistas deveriam ser relevados, a única solução seria que o Estado arcasse com o ônus do transporte.

Por sua vez, a direção da Leopoldina lembrava continuamente que encontrava-se numa situação financeira difícil e que estava distribuindo poucos dividendos a seus acionistas. Sua resposta às reclamações dos usuários consistia em apontar três ordens de problemas que se somavam no sentido de

(1) O Jornal A Gazeta de Notícias (15-03-1920) culpa o governo do movimento grevista por ele não estar acompanhando as contínuas infrações dos contratos que a Leopoldina vinha incorrendo.

O Estado de São Paulo (15-03-1920) se refere da seguinte forma à greve que era iminente:

"Não são sō os empregados da Leopoldina a reclamar, é todo o público que ela tem explorado e do qual sō deixa de zombar quando sente que estão em risco as suas rendas. Daí a simpatia que os modestos e pobres funcionários podem inspirar agora, que eles se preparam para reagir contra as explorações de que têm sido vítimas. Infelizmente, porém, se a greve se declarar, os prejuízos serão elevadíssimos".

impedir a realização de um serviço eficiente e lucrativo (2): dificuldades técnicas que se deviam às condições de rampa e de curva, e da penetração de uma linha da Central do Brasil (de Entre Rios a Porto Novo) na região da Leopoldina; dificuldades administrativas oriundas da tríplice fiscalização dos estados do Rio, Minas e Federal e do conseqüente tríplice regime tarifário; e dificuldades econômicas que advinham da situação financeira difícil pela qual passava a região que era servida pela Leopoldina (3).

Um outro argumento da Leopoldina através do qual procurava justificar a má qualidade de seus serviços, era aquele que lembrava do encarecimento de todo o material necessário para a reposição, ampliação e manutenção (como combustíveis) da estrada que foi causado pela guerra.

De um modo geral, mesmo sem uma pesquisa específica sobre a situação financeira da Leopoldina que necessariamente deveria passar pelo estudo dos documentos patronais e oficiais, podemos apontar para a fragilidade de todos esses argumentos. Vejamos primeiro a questão do encarecimento dos produtos.

Durante todo o período da greve os jornais da grande imprensa insistem em salientar que todas as linhas, material circulante, instalações, etc. não eram devidamente repostos, ou ampliados, desde o momento em que a companhia obteve as concessões. Os dormentes estavam podres e nenhuma construção havia sido realizada. Estes fatos sugerem a existência de uma despreocupação da Leopoldina anterior já à guerra e às dificuldades de importação que se seguiram. Provavelmente obedeciam a uma política de aplicação de capital que deliberadamente não previa a conservação da estrada. Outro fato que vem

(2) Veja-se O Jornal (16/03/1920) ou O Estado de São Paulo (17/03/1920).

(3) Ver esta discussão em Ligia Silva, - Movimento Sindical Operário na Primeira República. Campinas, UNICAMP, 1977 (Dissertação de Mestrado)

corroborar esta hipótese refere-se ao fato de existir no Brasil nesta época um esforço no sentido de promover a construção de peças, equipamentos, vagões e todo o material circulante ferroviário. (4) Aliado a isto lembramos que a Leopoldina dispunha de oficinas especializadas em construção de vagões, reparos e consertos de locomotivas e que o grosso do combustível utilizado era de procedência interna.

Maurício de Lacerda, deputado federal que apresentou diversos projetos de legislação social na Câmara, escreveu uma série de artigos no jornal operário Voz do Povo (5). Num deles (15-03-1920) ele afirma que a Leopoldina estava colocando "o governo entre a espada e a parede. De duas uma, diz ele, ou o governo nos dá o aumento de tarifas que de há muito ambicionamos, ou o governo encampa todas as nossas linhas". Posicionando-se à favor da encampação (que fosse feita porém de modo cauteloso pois a Leopoldina guardava muito material de propriedade pública como carros, máquinas da Linha Auxiliar, linhas como as de Porto Novo onde a Central do Brasil pagava todo o pessoal que ali servia, etc.), desmistificava o discurso desta empresa dos deficits e dificuldades crônicas desvendando o seu lado político e tático. Seriam maneiras de exercer pressão sobre o governo e garantir uma certa rentabilidade à despeito da situação do seu pessoal e dos usuários da estrada. Exemplifica com as declarações do Club Agrícola de Miracema (do Estado do Rio de Janeiro-Vale do Paraíba). Este dizia em 1917 que antes que o café passasse a ser embarcado em Santos, a Leopoldina conseguia transportar colheitas até maiores que as atuais, com a mesma capacidade circulante. Com a mudança, a Leopoldina passou a fazer o transporte só até Porto Novo (desta localidade o café seguia para São Paulo pela Central do Brasil). Segundo os associados deste clube foi à partir de então

(4) A pesquisa que vem sendo desenvolvida dentro do Departamento de História da UNICAMP por Maria Lucia Caira Gitahy - com financiamento da FINEP - sobre o Liceu de Artes e Ofícios, tem mostrado que esta instituição procurou fabricar durante a Guerra peças de reposição para as ferrovias paulistas.

(5) Ver números de fevereiro a março de 1920.

que começaram as dificuldades de transporte até Porto Novo.

Outras localidades também se manifestaram denunciando a Leopoldina. De Cataquazes, o Correio da Manhã (19-03-1920) informa:

"A população está apreensiva com a notícia do aumento das tarifas da Leopoldina, que é uma Companhia sem horários, com carros imundos, sem higiene, com tráfego demorado e com falta de trens. Todos vêem com simpatia a proposta feita pelo comércio local da encampação da rede mineira, com que o governo libertará esta zona da Leopoldina, que constitui o mais sério embaraço no seu desenvolvimento e riqueza".

Toda a população que é obrigada a utilizar os serviços desta ferrovia exerce pressões sobre ela que estão estampadas na imprensa. Quando os trabalhadores começaram a agitar-se exigindo melhores condições de trabalho e salários, explicitação das regras de admissão, promoção e demissão de operários, participação e controle parcial nas relações contratuais e de serviço, vários jornais e amplos setores da população serão solidários. Se bem que esta solidariedade tenha durado até o momento em que o movimento grevista começou a tomar feições "perigosas", todas as manifestações de repúdio e ataque à Leopoldina devem ter influenciado tanto na deflagração do movimento como no seu desenrolar. Suponho que este apoio que vinha de uma insatisfação geral em relação à empresa tenha contribuído para a forma como as negociações são encaminhadas tendo o Estado como mediador. O Estado será visto como aquele que pode, e deve, resolver as questões trabalhistas que ganham uma legitimação a nível da sociedade civil. E os próprios operários, a partir do momento em que a greve fica estacionária endossam este mecanismo.

Em São Paulo, na mesma época (de 23 de março a 5 de abril de 1920), ocorre a greve dos empregados da Companhia de Estrada de Ferro Mogiana que, desde o início, é acompanhada de uma repressão avassaladora. Apesar dos grevistas terem comportamentos muito semelhantes e de terem ocorrido nos dois estados atos de depredação, como o corte de fios telegráficos, assalto a estações, retirada de trilhos, etc., os ferroviários da Mogiana sofreram além das prisões, deportações e espancamen

tos, uma repressão que chegou ao massacre de pessoas (como o ocorrido em Casa Branca) e uma negativa total de negociações tanto da parte da empresa como do Estado. As lideranças da Mogiana são deportadas, no Rio elas são dispensadas do emprego e a Leopoldina, no decorrer das negociações, mostrou-se inclinada a ceder em relação aos aumentos salariais. Em momento algum porém, no que teve comportamento semelhante à Mogiana, abriu mão da possibilidade de dispensar o grupo de articuladores da greve onde se destacavam os telegrafistas. Esta é uma questão fundamental para ambas as companhias pois "a continuação desses operários na Leopoldina afetaria muito o espírito de disciplina, senão constituiria mesmo a sua falência total" (Correio da Manhã, 22/03/1920).

Se bem que o regime e as condições de trabalho existentes nas ferrovias paulistas e cariocas fossem igualmente péssimos, visando o controle e a disciplinarização da força de trabalho, a simpatia que as reivindicações dos operários da Leopoldina terão da população, com exceção de setores ultraconservadores (6), certamente se prendeu à insatisfação geral reinante entre os usuários da Estrada.

O apoio que foi dispensado pela população aos grevistas pôde ser percebido através de alguns fatos. Em várias localidades a população se cotiza para manter os grevistas e em outros a vida local fica quase que paralisada dado o entusiasmo que circunda a greve. O comércio de Olaria (subúrbio do Rio de Janeiro onde estavam localizadas as oficinas da Leopoldina no Rio e onde era a sede da União dos Empregados da Leopoldina) se oferece para ajudar na manutenção dos grevistas e fornecer gêneros mediante a apresentação do vale assinado pelo presidente da UEL.

A população dos subúrbios também mostrou-se solidária com os grevistas; estes moradores que utilizavam os serviços da Leopoldina também sentiam-se prejudicados pelos carros antiquados, lotação insuficiente, regime de "borboletas", horário péssimo, atrasos, e outras irregularidades. Chegaram a organizar bandos precatórios que recolhiam pelos bairros doações para os grevistas. Participavam também de manifestações

(6) Exemplos deste pensamento conservador pode ser visto nos jornais: O Paiz e Jornal do Comércio nos dias de greve (15 a 28 de março).

de repúdio aos esforços da Leopoldina que auxiliada pela polícia, tentava furar a greve.

Ainda em relação aos motivos da greve, representantes de alguns setores dominantes da época, como o deputado fluminense Lengruber Filho, diziam que a paralisação do trabalho havia sido incentivada pela própria Leopoldina como meio de pressionar o governo para a obtenção de aumentos de tarifa (7). Considero pouco provável, mesmo levando em conta que a Leopoldina possa ter usado a greve para defender seus interesses, que esta empresa, aliada de uma burguesia que andava às voltas com a presença da questão social nas ruas, nas fábricas, e oficinas, tenha provocado deliberadamente a paralisação do trabalho.

Aliado a isto, quero lembrar também que os trabalhadores sofriam um aumento do custo de vida bastante alto; sã de 1917 a 1920 foi da ordem de 70%. Além disto, os salários estavam sendo reduzidos pela Leopoldina, a jornada diária aumentada e o trabalho intensificado, em particular no interior. Embora, à primeira vista, estes fatos pudessem indicar um reforço aos argumentos do tipo daqueles de Lengruber Filho, em vez de provocação, estão dentro de um padrão de comportamento comum nas estradas de ferro da época. Acima de tudo eles viviam o controle da força de trabalho e a criação de impecilhos à sua organização e expressão política.

A Organização dos Ferroviários da Leopoldina

Os ferroviários do Rio de Janeiro não conseguem na Primeira República ter uma associação unificada seja por ofício, seja por ferrovia (8). Pulverizados e divididos em diversas associações de classe, os ferroviários da Central do

(7) Dados de Lígia Silva, op. cit., p. 182.

(8) Algumas das associações criadas por eles foram: União Operária do Engenho de Dentro, Centro dos Operários do Distrito Federal, Centro dos Maquinistas dos Estados Unidos do Brasil, Centro dos Operários da Locomoção da Central do Brasil, Centro das Classes Operárias, Centros dos Empregados em Ferrovias (dados de Lígia Silva, op. cit., p. 77 e 78).

Brasil (empresa estatal) se dedicaram predominantemente a exercer as formas de pressão ligadas à política de deputados como Maurício de Lacerda e Nicanor Nascimento. Suas principais reivindicações consistiram no pedido de equiparação aos funcionários públicos para garantirem algumas vantagens já "concedidas" a esses trabalhadores (como aposentadoria, 8 horas de trabalho diário, estabilidade no emprego, etc.).

Os empregados da Leopoldina, cujo primeiro grande movimento grevista é o de março de 1920, se colocaram dentro dos padrões de luta direta e mesmo quando aliados de políticos, conseguiram um grau de unificação considerável o que lhes permitiu lançarem-se na greve geral. Sua atividade associativa localizava-se principalmente nos lugares onde funcionavam os depósitos e oficinas da Companhia aproveitando a maior concentração de operários aí existentes. A fundação das associações antecede em poucos meses a decretação da greve e muitas filiais são criadas no seu bojo. Basicamente existiram duas grandes associações com respectivas filiais: a Liga Operária de Além Paraíba (LOAP) e a União dos Empregados na Leopoldina (UEL).

O processo todo foi muito rápido. Segundo Astrogildo Pereira, a rapidez da criação das associações não correspondeu o desenvolvimento de um sistema de comunicação e de deliberação entre os operários. Esta observação de Astrogildo Pereira, então militante do movimento sindicalista revolucionário, embora seja indicativa e corroborada por vários fatos ocorridos no desenrolar da greve e no seu declínio, fica em débito porém, com a prontidão com que no horário marcado para a deflagração da greve a quase totalidade dos operários (da ordem de 8.000 homens), param o trabalho nas linhas, estações e oficinas da Leopoldina. A atitude nas estações também chamou a atenção. Acompanhados por testemunhas, os chefes de estações lacram os cofres, fazem o inventário de todos os pertences e procedem ao fechamento e entrega das chaves às autoridades.

Nos meses que antecederam à greve é criada a Liga Operária de Além Paraíba (LOAP). São José de Além Paraíba era um centro de trabalhadores importante, contava com muitas fábricas e tinha um comércio regularmente desenvolvido. Próximo, em Porto Novo, estavam localizadas as mais importantes oficinas da Companhia. Esta Liga começou com um pequeno núcleo que se reunia para discutir a respeito das suas condições de

trabalho e em dois meses de atividade reunia 1.500 associados. Esta crescente arregimentação provoca uma reação dos ingleses que dispensam alguns operários da Liga. Os trabalhadores, através de sua associação, pedem a readmissão dos operários e ameaçam, se não forem atendidos, de paralisar o trabalho. A companhia cede às pressões dos operários. (Voz do Povo 14-03-1920)

A atividade associativa vai crescendo e abrem-se novos núcleos pelo interior que são centros de discussão e de decisão. A 25 de fevereiro de 1920 é aprovado em assembléia geral na sede central de Alêm Paraíba e nas filiais de Cataguanes, Cachoeiras e Macaê um programa de reivindicações que é entregue à Leopoldina e publicado no dia 7 de março. O prazo para a resposta ia até o dia 15 de março.

Em princípios de fevereiro de 1920 começam os preparativos para a criação da União dos Empregados da Leopoldina (UEL) que terá sede em Olaria - Rio de Janeiro. Na sessão inaugural esteve presente Mauricio de Lacerda (presidente honorário da União) que, discursando, ataca a Leopoldina denunciando as péssimas condições de trabalho e as irregularidades que esta vem cometendo, e incita os operários à greve.

Quando é formada a diretoria é convidado o intendente Beaumont para presidente efetivo mas na reunião do dia 12 de março, quando é decidido a adesão a greve em solidariedade aos trabalhadores de Alêm Paraíba, ele é desmascarado como "politiqueiro" por se declarar contrário ao movimento. Argumentava que a União não teria condições para mantê-la.

Acompanhamos o nascimento e a evolução destas associações pelo jornal Voz do Povo que defende a linha sindicalista revolucionária. Os dados que dizem respeito à definição política-ideológica destes sindicatos não são muito claros e pouco abundantes, mas de modo geral percebemos que suas ações estão imersas nas contradições existentes dentro do próprio movimento operário carioca. Trata-se de um movimento dividido onde ocorrem disputas em torno da cooptação destes trabalhadores para as áreas de influência dos diversos grupos.

Definindo-se como sindicatos combativos não dispensam a participação de políticos como Mauricio de Lacerda que é eleito presidente honorário da UEL. No decorrer da greve aceitam e chegam mesmo a pedir a mediação do Estado, agindo porém com ressalvas quando os mediadores governamentais são diretamente ligados à Leopoldina. Nomearam o jornal Voz do Povo

como seu porta-voz, tiveram a solidariedade dos trabalhadores dos sindicatos de linha radical que entraram em greve geral durante quadro dias, e aceitaram a mediação dos "amarelos" representantes de 14 associações marítimas que compuseram o comitê de "amarelos" que promoveram o acordo final. Na verdade, no curto espaço de tempo entre a sua criação e a derrota na greve, estes sindicatos estiveram imersos e refletiram os conflitos e divisões que existiam no operariado da época no Rio de Janeiro.

Reivindicações e Condições de Trabalho

As principais reivindicações giravam em torno de: aumento de salários, para todos os empregados (a Leopoldina tinha uma política de aumentos que não era equitativa), descanso semanal, jornada de trabalho de oito horas e pagamento dobrado das horas extraordinárias, efetivação depois de seis meses de trabalho, justificacão perante a diretoria da Liga dos motivos de dispensa ou remoção de empregados, suspensão sã por prazo determinado, aumento de pessoal, fiscalizaçã pelos operários da higiene nas oficinas. O prazo para a resposta ia até o dia 15 de março.

Em relação às condições de trabalho na Leopoldina, Maurício de Lacerda, numa série de artigos no jornal Voz do Povo (fevereiro-março de 1920) faz uma descrição detalhada baseando-se no inquérito realizado por ele e apresentado na Câmara em 1919. O tom destes relatos pode ser percebido pelo seguinte:

"Na Leopoldina sã se tem um direito: o de morrer. Isso de dormir, descansar e adoecer ã para os cães de raça que a arrendaram, os outros sã cachorros praieiros, "negros vagabundos", excitados pela cerveja como dizem os ingleses, a quem se deve aplicar o chicote segundo o sr. Taylor da Cantareira.

Quanto aos salários a regra ã pagar bem a uns poucos, principalmente os arranjadores - piratas administrativos - e explorar a maioria, que traz iludida pela desigualdade de vencimento oriunda da falsa relaçaõ ao tempo e ao cargo, e desunida, apesar de uniformemente mal paga, por essa ridícula miragem beneficiatãria".

A jornada de trabalho era extremamente longa, como por exemplo a do vigia que trabalhava 24 horas ordinariamente, quase sempre dobrando o serviço, 30 e até 40 horas. Um guarda-freios trabalhava 21 horas por turno e os manobreiros 24 horas. Folgavam 24 horas quando não havia extraordinário e estes não eram pagos.

As suspensões eram muito frequentes, muitas sem tempo determinado. Qualquer falta poderia implicar em suspensão. Quando o vigia cochilava e não marcava o relógio era suspenso 3 dias, perdendo o salário desses dias parados. Além disto, o vigia era controlado através de uma fiança que era obrigado a prestar de um conto de réis.

A Leopoldina estava diminuindo seus quadros efetivos e obrigando seus operários a acumular funções. Isto acontecia especialmente nas estações do interior. Seu pessoal "se vê reduzido em número e multiplicado em trabalho", ou, se tem substitutos, estes são as crianças, os praticantes gratuitos, os diaristas que "desempenham os mesmos serviços destes veteranos, empregados efetivos e maiores, com lucros extraordinários para a Companhia (...)". As condições de higiene são péssimas, particularmente nas oficinas. Quanto à segurança no trabalho ela é mínima levando em conta que o material da estrada está velho e inseguro. Os dias perdidos por motivo de doença não são remunerados; as outras questões como férias, aposentadoria também não são atendidas (como de resto em todos os outros setores da produção na época).

Os operários estão divididos nas seguintes seções; tráfego, locomoção, via permanente e trabalhadores. Além da hierarquia que separa as funções de mando/técnicas/administrativas (mestre de obras, mestres de linha, engenheiros, feitores de turma) internas à cada seção, os trabalhadores tinham seus salários escalonados, segundo critérios nem sempre claros, dentro de um mesmo cargo ou função. Dentro de vários cargos e funções os operários se dividiam em efetivos e adidos (estes normalmente recebem menos que aqueles e são mais facilmente dispensados ou removidos).

Na única resposta que a Leopoldina dá diretamente aos seus operários relativamente ao programa de reivindicação apresentado, ela evitou o reconhecimento de suas associações de classe que constituíam uma das principais reivindicações. Agindo dessa forma a Companhia repelia a intromissão direta dos operários, mesmo que limitada, na determinação das re

iações de trabalho. Quando recebeu o memorial, a Leopoldina mandou distribuir em todas as suas linhas uma circular (O Estado de São Paulo 15-03-1920) onde explicita sua posição.

Além da negativa do reconhecimento das associações e da participação dos trabalhadores, com esta circular a Leopoldina delimita o terreno da luta. Daí para frente ela devia passar necessariamente pelo Estado; a solução do conflito daí por diante é esperada e será negociada via, num primeiro momento, por representantes do Estado junto à Leopoldina, segundo, pelo Ministro da Viação Pires do Rio e, finalmente, o acordo será feito junto à Presidência da República e a própria direção da Leopoldina, mas os interlocutores não serão mais os representantes de seus funcionários. Neste terceiro momento, depois que a Federação dos Trabalhadores e a Federação dos Condutores de Veículos do Rio de Janeiro decretam a greve geral, marcando assim a presença do movimento operário sindicalista revolucionário, o acordo será promovido através da participação de uma comissão de "amarelos".

A Greve

Entre a publicação do manifesto da LOAP e o início da greve são feitas algumas tentativas, mediadas pelo Estado, de negociação com os operários. As associações declaram estar agindo conjuntamente e resolvem manter uma atitude firme e "refugar qualquer tergiversação da Companhia ou do Governo". A LOAP foi convidada a enviar uma comissão composta por cinco membros para confabular com o engenheiro Abel Ferreira Marques, fiscal do governo junto à Leopoldina. Como a LOAP repelisse a mediação, o presidente Epitacio Pessoa mandou uma comissão de três engenheiros da Inspeção Federal das Estradas. As negociações não surtem nenhum resultado. Ao mesmo tempo a movimentação de tropas é grande.

No dia 15 de março, 8.000 homens estão em greve. É a primeira greve geral na Leopoldina. Dia 16, a linha de Campos adere ao movimento e no dia 17 aderem parte do pessoal do Escritório Central. Dia 20 param mais algumas estações como a de São Pedro de Pequery, Bicas e Entre Rios, em compensação, parte de Petrópolis e quase a totalidade dos de Alto da Serra voltaram ao serviço.

A paralisação nas linhas não chegou a ser total. A Leopoldina contou com o apoio da polícia que obrigou alguns

operários a trabalhar e que montou guarda nos trens e estações até o final do movimento. Contou também com o serviço de condutores da Light, de foguistas e maquinistas da Armada e com tropas federais. Obrigou os carregadores a trabalharem nas linhas sob o risco de perderem suas licenças e através de um sistema de promoções conseguiu que alguns operários seus não aderissem ao movimento. Também foi auxiliada pela Central do Brasil que aumenta o número de trens nos subúrbios e colabora na linha de Petrópolis. Nestas duas linhas a Companhia consegue restabelecer parcialmente o tráfego logo nos primeiros dias da greve, embora com um número reduzido de passageiros. Trechos de algumas linhas restabelecem logo o seu movimento como o ramal de Niterói a Campos.

Além de ter contado com a volta ao trabalho de vários grevistas, a Leopoldina contrata, desde os primeiros dias, muitos trabalhadores entre os desempregados do Rio de Janeiro. Dia 19 formou-se uma verdadeira romaria em Praia Formosa (estação do Rio) e a Companhia chega a recusar a volta ao trabalho de grevistas. No dia 22 já haviam sido admitidos mais de 1.000 novos empregados.

Através de contatos iniciados por Mauricio de Lacerda, começavam as negociações com o Ministro da Viação Pires do Rio. O governo promete estudar a situação financeira da Leopoldina e nomeia uma comissão para esse fim.

Dia 20, comissões de operários das duas grandes associações se reúnem com o Ministro da Viação Pires do Rio que comunica a proposta da Leopoldina de aceitar as reivindicações na medida do possível mas com a possibilidade de demitir os cabeças do movimento (o governo faria as demissões). A proposta não é aceita e as Federações operárias - Federação dos Trabalhadores e Federação dos Condutores de Veículos - declaram-se solidárias com os grevistas e decretam a greve geral para o dia 24. As seguintes categorias entram em greve: construção civil, marceneiros, metalúrgicos, trabalhadores em massas alimentícias, alfaiates, marmoristas, condutores de veículos (cocheiros, motoristas, etc.), padeiros, barbeiros e sapateiros, empregados de bares, cafés e restaurantes e outros. Entre os marítimos aderem os foguistas, os marinheiros e taifeiros.

Segundo Astrogildo Pereira: "Não foi, a rigor, uma greve geral, mas foi, contudo, a maior greve que já se fez no Rio de Janeiro" (em: A Greve da Leopoldina. Coleção Sparta

cus, R.J., 1920). No dia 25 de março não houve limpeza das ruas, nem coleta de lixo ou entrega de pão em casa.

Quando a greve geral começa, paralisando todo o tráfego de mercadorias no Rio de Janeiro, o Presidente da República declara:

"O Governo tem elementos para afirmar que a greve que estalou há dois dias nesta capital, foi preparada há algum tempo. O caso da Leopoldina foi apenas um pretexto. O Governo está informado de que, além disso, a greve foi provocada por sugestões de estrangeiros, a maioria dos quais foi expellido dos seus países, por sua má conduta e aqui vivem, abusando da boa fé dos trabalhadores nacionais e perturbando a nossa ordem interna. Os grevistas não têm limitado a se abster do trabalho; ao contrário, coagindo aqueles que desejam trabalhar, atacando a força pública, praticando depredações, transformam, pois, uma greve pacífica, num claro movimento de desordem.

Em tais condições o governo sente-se no estrito dever de tomar contra esse movimento as mais severas medidas. Para esse objetivo pede ele o apoio da população, afim de que não se perturbe a ação da autoridade, afastando-se dos lugares onde se formarem grupos de grevistas. Este apelo é dirigido também aos trabalhadores ordeiros, que não quiserem continuar a ceder à influência dos maus elementos, voltando tranquilamente ao trabalho." O Estado de São Paulo, 26-03-1920.

A polícia realiza uma operação arrastão com a prisão de um número muito grande de pessoas (pelos dados da imprensa chegou a 2.000 presos), e o fechamento da Federação dos Trabalhadores e um número grande de sindicatos como o da construção civil, Centro Cosmopolita e a União dos Foguistas.

Nas fábricas de tecidos a paralisação não é geral e a União dos Operários em Fábricas de Tecidos decide fechar suas sedes temporariamente para não serem invadidas.

A imprensa que em geral era solidária com os grevistas, com a decretação da greve geral condena o movimento e justifica a repressão dos elementos dissolventes e politiquei-

ros (anarquistas e estrangeiros).

No dia 27 várias associações que haviam aderido à greve começam a voltar ao trabalho como os marítimos, ou a rever suas posições como o sindicato dos tecelões que decide voltar ao trabalho no dia 29 (2a. feira). Os sinais de declínio da greve despontavam.

O movimento na Leopoldina já havia sido parcialmente restabelecido e seus operários voltavam ao trabalho gradativamente, muitos porém permaneciam na greve juntamente com seus sindicatos.

O Acordo

Paralelamente às negociações realizadas entre o governo, a LOAP e a UEL ocorre uma série de entendimentos entre o governo, a Leopoldina e uma comissão de "amarelos" - representantes de 14 associações marítimas. (9) Na maioria desses contatos os membros da UEL estiveram presentes. No segundo dia da greve este comitê já tinha começado a atuar. Eles se movimentam e em reunião que conta com a participação de José Cavalcanti, presidente da UEL, acertam medidas para agir no sentido de liberar operários presos (neste mesmo dia, Eugenio Rocha, "militante da política do Distrito Federal" e membro do comitê consegue soltar um chefe de estação). Várias são as intervenções destes elementos (que eram chamados pelos anarquistas de coronéis marítimos) e são contínuas as denúncias no

(9) As associações eram as seguintes: Centro dos Calafates, dos Padeiros, Centro Marítimo dos Empregados em Câmara, Centro dos Pintores, Associação dos Trabalhadores em Carvão Mineral, Centro dos Trabalhadores do Caes do Porto, Grêmio dos Maquinistas, Sociedade Protetora dos Motoristas Marítimos, Centro dos Caldeireiros em Ferro, Centro dos Motoristas de Guindastes Elétricos, Centro dos Carapinas do Mar e Terra, Centro dos Lustradores, Grêmio dos Ajustadores, Sociedade dos Mestres Práticos da Barra do Rio de Janeiro.

jornal Voz do Povo (10). Elas vão culminar no acordo final feito pela Leopoldina e o Presidente da República.

As cláusulas do acordo são as mesmas da proposta anterior apresentada pelo Ministro da Viação. A Leopoldina promete readmitir todos os operários grevistas com exceção daqueles que estivessem envolvidos em atos criminosos, e atender as reclamações na medida do possível após exame por parte do governo da situação financeira da Companhia. O Presidente Epitácio Pessoa prometeu soltar todos os presos, salvo aqueles envolvidos em processo-crime e reabrir todas as sedes das associações operárias.

No mesmo dia a Federação dos Trabalhadores e a Federação dos Condutores de Veículos, sob protesto contra a repressão que o governo desfechou sobre os operários e suas associações, convoca os trabalhadores a voltarem ao trabalho.

A situação em Além Paraíba é confusa, muitos operários estavam voltando ao trabalho e a notícia do acordo não é muito clara (o jornal A Razão do Rio de Janeiro havia enviado um telegrama para lá em que só citou o acordo sem as objeções feitas pelo Presidente e pela direção da Leopoldina) mas os operários decidem voltar ao trabalho no dia 28.

(10) A União dos Operários da Construção Civil aproveita inclusive para denunciar a criação de sindicatos amarelos que visavam impedir o controle da União sobre o mercado de trabalho, em especial nas oficinas do Lloyd Brasileiro, cuja diretoria apoiava os coronéis:

"Tendo esta associação conhecimento da intromissão industrial dos pseudos Centro União dos Pintores, idem dos Pedreiros e idem dos Carpinteiros, no movimento reivindicador dos nossos irmãos da Leopoldina-Railway, vem a público protestar e desmascarar a felonía do "profiteur" operário Petronilho Montez, alma danada, personificação viva dessas entidades que não existem senão nos títulos, e que a soldo do capital organizado, tenta dessa forma, trazer a desarmonia e a confusão (...)

"Essa união, única representante dos pintores, pedreiros, carpinteiros, etc., não pode deixar despercebido esse golpe audacioso e faz sentir aos calafates do mar, a necessidade imperiosa de dar fim à intromissão de seus sequazes na vida da nossa coletividade. (...)"

(Voz do Povo, 17-03-1920).

Na UEL, o espírito geral era de descrença, os operários duvidavam do cumprimento do acordo feito pela Leopoldina. No dia 28 alguns operários já tinham recebido aviso de dispensa do serviço mas em assembléia decidem retornar ao trabalho no dia 29. A única categoria de marítimos ainda em greve, que era a dos foguistas, também volta ao trabalho.

O acordo não foi seguido pela Leopoldina que dispensou, rebaixou, removeu e reduziu o salário de muitos empregados. O governo demorou para soltar os grevistas e efetuou algumas deportações. Em meados de abril o comitê de amarelos ainda continuava pressionando pela libertação dos presos e consegue a soltura de quase todos com exceção de dois.

Os líderes anarquistas e o presidente da UEL consideraram o acordo uma traição:

"Uns 'coronéis', euzébios, petronilhos e medeiros, dominando a inconsciência e a ingenuidade de algumas classes marítimas, foram os instrumentos que se serviram a Leopoldina e Governo para a prática da miserável traição".

(Astrogildo Pereira, op. cit., p. 19).

De fato, o movimento grevista e o respectivo acordo patrocinado pelos líderes "amarelos" ocorre no bojo de um processo que tem duas faces. De um lado ele é um dos pontos culminantes da conjuntura que se abre em 1917 e que se caracteriza por um grande ascenso do movimento operário de modo geral (incluindo tanto as categorias de trabalhadores cujos sindicatos seguiram a orientação sindicalista revolucionária como aqueles que se denominavam reformistas ou sindicalistas). Por outro lado, este também é o momento em que se cristalizou uma avançada ideológica da parte do Estado, da burguesia e de instituições como a Igreja e as ligas nacionalistas e que visou, acima de tudo, a introjeção de valores disciplinares e morais no operário e a contenção do movimento operário.

A possibilidade da emergência da liderança amarela no cenário da luta de categorias que nem eles próprios pretendiam representar, como a dos ferroviários da Leopoldina, só pode ser entendida dentro deste quadro mais amplo onde são gestadas estratégias para a sujeição do trabalhador ao capital.

Esta investida ideológica estampou-se no discurso proferido pelo representante do Centro dos Empregados em Câmara numa reunião no dia 28 de março (onde estavam presentes

inúmeros representantes das associações operárias, incluindo da UEL) e que é assim relatado no Correio da Manhã (31-03-1920):

Trata da organização das classes marítimas e da desorganização das terrestres, demonstrada na greve e nas suas consequências. Lamenta que entre estes existissem anarquistas gananciosos e sequiosos de transformar a greve numa revolução. "O caminho a seguir no futuro deve ser outro - os operários devem contar unicamente com os operários, deixando à parte os especuladores de momento. Estou convencido de que na greve esteve hasteada uma bandeira vermelha... falsa, porque era desconhecida dos operários. O apoio moral das classes marítimas valeu mais aos verdadeiros grevistas do que a solidariedade de outras classes terrestres".

Além de nem todas as associações marítimas serem reformistas ou "amarelas", e da maioria das associações de terra não estarem sob a influência da esquerda, os próprios marítimos de modo geral desenvolveram um alto padrão de combatividade e de resistência. Nos anos que vão de 1917 a 1921 as diversas associações marítimas lutaram continuamente pelo direito de indicar o pessoal de bordo e conseguiram melhorias salariais consideráveis. É preciso explicitar que o fundamental a reter da forma como foi efetuado o acordo é a estratégia que fez com que as diferenças existentes e construídas dentro da classe operária fossem utilizadas, e reforçadas, no sentido do obscurecimento das semelhanças e das possibilidades de lutas em comum.

As figuras dos coronéis marítimos que encabeçam a comissão eram contraditórias. Ao mesmo tempo que eram executores de discórdias foram também reflexo do modo de agir e de pensar de boa parte dos trabalhadores que estavam associados nos sindicatos amarelos, e das necessidades imediatas dos sindicatos da Leopoldina. Entendo que longe de se constituir numa mera traição ao movimento grevista, a ação dos amarelos cristalizou e referendou um padrão de relacionamento da classe operária com a sociedade como um todo e com o Estado, entendido como um dos aspectos dos esforços de assimilação do movimento operário que marcará o descenso da conjuntura de 1917 a 1921.

OS LIBERTÁRIOS

Não é muito trivial definir o tipo de orientação que até o momento viemos denominando por sindicalista revolucionária, anarco-sindicalista ou simplesmente libertária. Na verdade, não houve uma transposição direta da prática dos movimentos e nem da teoria dos famosos militantes estrangeiros, franceses, espanhóis e italianos. Procuramos entender, através do estudo da trajetória dos operários brasileiros nos anos de 1917 a 1920, o significado das ações e das escolhas feitas ao lado do acompanhamento do discurso doutrinário.

Na doutrina, existiam duas entidades rivais: o Trabalho e o Capital. O operário, o camponês, o caixeiro, o escriturário, o funcionário público, o médico, o engenheiro, etc., eram os produtores. O comerciante, o industrial, o banqueiro, o prestamista, o fazendeiro, etc., são os detentores do Capital, aqueles que vivem do trabalho dos outros. Na interação entre capitalistas e trabalhadores formam-se duas classes distintas, com interesses diferentes e antagônicos. Entre eles, o Estado, a Igreja, as ligas nacionalistas, se colocavam como entidades ligadas aos interesses do capital e inimigas da classe dos produtores. Para revolucionar a sociedade suprimindo as relações capitalistas de produção era necessário extinguir estas instituições burguesas, através da ação direta. A saber: greves, comícios, sabotagens, passeatas e manifestações de rua.

O sindicato para o sindicalismo revolucionário: as associações, ligas, comitês, grupos de teatro, de propaganda, femininos, grupos editoriais, etc., para os anarquistas, eram os veículos mobilizatórios e organizadores do mundo produtivo. Cada qual era autônomo, sem diferenciações hierárquicas internas, e ligados entre si pela federação (confederação) ou alianças gerais. Além de instrumento de mudança social o sindicato era a célula da sociedade do futuro: a Anarquia (alguns grupos idealizavam os soviets que basicamente cumpriram as mesmas funções que o sindicato ocupava dentro do pensamento sindicalista revolucionário).

Tanto a prática concreta desta vanguarda dentro do movimento operário, como as influências do bolchevismo no mundo da época, implicaram em algumas nuances dentro do movimento libertário e também, no limite, numa mudança de orientação de vários e

lementos que passaram por algumas tentativas de envolvimento na fundação de partidos políticos eleitorais (desembocando na criação do PCB em 1922).

Desde a Revolução de Outubro, pudemos acompanhar na imprensa operária discussões relativas ao impacto da teoria marxista e da presença do partido bolchevique entre os militantes. Tanto na imprensa do Rio de Janeiro como em São Paulo alternam-se os artigos defendendo, ou condenando, a adoção de alguns princípios comunistas. As discussões recaíam com maior intensidade nos temas ligados a aceitação, ou não, da ditadura proletária como etapa da transformação da sociedade e na constituição do partido político.

O ano de 1920 concentrará, por ser um ano em que as tentativas de unificação do movimento sindical são mais arrojadas e, nem sempre bem sucedidas, uma tentativa de revisão nas táticas de luta anarco-sindicalistas. Nos trabalhos preparatórios ao Terceiro Congresso Operário Brasileiro (COB) são várias as iniciativas que apontam para uma "despolitização" do movimento sindical como condição fundamental para sua unificação. O delegado da União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo levou para a sessão preparatória do Congresso uma proposta que, além de aludir à necessidade de regulamentação das greves "(...)com escopo de evitar a dispersão das forças proletárias (...)" requeria: "1º que seja permitida aos sindicatos operários a organização de cooperativas; 2º que seja aconselhada a luta política fora dos sindicatos de trabalhadores". (O Combate 24-04-1920). Nas deliberações do 3º COB reafirma-se a proibição da criação de cooperativas dentro dos sindicatos alegando que estas desvirtuam a ação de resistência e colocavam a necessidade de estabelecer caixas separadas para a beneficência e a luta de resistência.

Respondendo ao manifesto do Sindicato gráfico, José Oiticica defende a idéia de que não era suficiente a luta por melhorias econômicas (salários maiores, jornada de 8 horas, etc.) (1). A tática agora deveria ser outra, implicando no controle dos preços das mercadorias não pela ação do Comissariado mas pela a-

(1) Entre outros, Pedro Bastos aconselha as lideranças a incentivarem os trabalhadores a lutarem pelo programa máximo e não se deixar ficar somente no programa mínimo (Voz do Povo 18-02-20)

ção dos próprios empregados do comércio e do público que comprometeriam com os preços de tabelas feitos pelos próprios operários. "A ação neste sentido importaria numa expropriação parcial e numa ingerência direta na administração burguesa" (Voz do Povo 7-03-20).

Quanto à proposta relativa à "despolitização" dos sindicatos, pudemos verificar que ela já está presente em princípios de 1920 quando os militantes paulistanos estão ocupados com a organização da Federação Operária (que havia sido desmantelada com a repressão de fins de 1919). A proposta de alguns elementos sindicais era de que isto fosse feito observando-se uma neutralidade no movimento operário, não lhe dando nenhuma orientação religiosa, política ou filosófica. Alegava-se que os trabalhadores não conseguiam perceber e aceitar o programa avançado da antiga federação fato que causava a dispersão dentro do movimento operário. Em artigo no jornal A Plebe (6-03-20), Florentino de Carvalho responde a esta posição argumentando que mesmo que com isto fosse possível unir todas as organizações elas "seriam babilônias onde todos falariam sem chegarem a nenhuma conclusão, e nada poderiam fazer, além de um movimento irrisório de melhoramento econômico contrabalançado, inutilizado pela voracidade burguesa que, a seu talante, aumenta o preço dos produtos, os aluguéis residenciais, numa palavra: estabelece as condições de distribuição da riqueza social em prejuízo do proletariado".

Os anarco-sindicalistas brasileiros, com isto, negavam-se a aceitar a célebre frase de Maquiavel. Para eles os fins não justificavam os meios, ou melhor, consideravam que, dependendo dos meios que fossem usados para se chegar a um determinado propósito, ou seja, a Revolução Social - a Anarquia - esta não seria possível. Recusavam assim toda uma corrente do pensamento de esquerda que se submete ao etapismo e ao evolucionismo.

Comentando num jornal carioca as deliberações do Congresso Operário, Maurício de Lacerda aplaude a idéia dos trabalhadores de não permitirem a intromissão de elementos estranhos em sua organização por ela ser ainda frágil e incipiente, mas lembra da necessidade da luta pela união de todas as tendências. Para ele a desunião baseava-se principalmente na divisão entre operários terrestres e marítimos no Rio de Janeiro. Os primeiros teriam de modo geral o espírito radical e uma tendência revolucionária enquanto os trabalhadores de transportes, sobretudo os marítimos, seriam mais que moderados ("são mesmo governis-

tas" Voz do Povo 14-02-1920). A união, no entanto, não poderia ser tentada atirando-se tendências, escolas ou filosofias no meio operário, pois elas acirrariam ainda mais as divergências. A utilidade de uma trêgua a estas questões ideológicas era apontada pelo deputado como fundamental num momento em que considerava como primordial a tarefa de organização. Via as decisões do Congresso com relativo otimismo "(...)malgrado sua manifesta tendência por um determinado objetivo social ter ficado indisfarçável" (A Plebe 15-05-1920). E continuando no seu discurso extremamente diplomático faz um alerta aos militantes colocando que a questão social não era um problema estrito dos operários, era muito mais ampla. Por esta razão deveria-se lutar conjuntamente com os elementos "estranhos" à classe, mesmo após realizada a organização operária.

Visando a unificação do operariado do Rio de Janeiro, o Congresso aconselha a sua organização em torno da formação ou desenvolvimento das seguintes federações: a Federação dos Trabalhadores dos Transportes Terrestres, que reuniria as organizações dos obreiros de todos os meios de locomoção e transportes de terra (seria a já existente Federação de Veículos); a Federação dos Trabalhadores do Porto, Marítimos e Fluviais (constituída pelo operariado organizado dos misteres do porto, do mar e dos rios); a a Federação dos Trabalhadores que reunirá as associações de indústria, comércio e classes relacionadas e do campo; e a Federação Operária do Estado do Rio de Janeiro, que reúne as associações de Niterói e mais cidades circunvizinhas da Capital Federal. Acima destas federações seria formado o Conselho Geral dos Trabalhadores do Distrito Federal e do Estado do Rio.

Seguindo estas resoluções, o núcleo de organizadores do Rio concentrarão seus esforços na criação da Federação Marítima desenvolvendo uma guerra contra os coronéis marítimos e as associações amarelas do porto, numa tentativa de ganhar terreno dentro do movimento carioca. Este esforço vai desembocar no movimento grevista dos taifeiros, cozinheiros e padeiros do Lloyd Brasileiro nos meses de agosto e setembro de 1920 e em toda uma série de greves que se estendem até princípios de 1921 entre os marítimos. Estes movimentos terão o apoio de importantes sindicatos "terrestres" como o da construção civil, metalúrgicos e calçados e estabelecem-se frequentes conexões com a Federação dos Trabalhadores em detrimento das antigas mediações com o Estado que se fa-

ziam em cima dos famosos coronéis: "os petronilhos, os euzébios e os montezes..." Estes movimentos serão descritos num outro ítem deste capítulo quando tratarmos da Federação Marítima.

Em São Paulo, curiosamente, as medidas concretas - que serão tomadas visando ao fortalecimento do movimento sindical tenderão, muito mais que no Rio, a considerar as opiniões que viam a necessidade de uma "despolitização" do movimento sindical, a despeito dos esforços dos elementos mais radicais. Após o Congresso, um grupo de militantes se esforçou para criar a Cooperativa Gráfica Popular que, em 1921 imprimirá o jornal A Vanguarda (2). Quando o grupo editorial se constituiu, já em julho de 1920, lançando uma campanha em prol da aquisição de máquinas para a impressão do que planejava-se ser um diário, o definem como um jornal trabalhista sem cor doutrinária ou filosófica. Dizem-se partidários da neutralidade ideológica dos sindicatos operários. Um dos expoentes da tendência mais radical, Florentino de Carvalho colaborador de A Plebe, lamenta esta postura e recoloca a necessidade da ação direta contra uma burguesia que "(...) mais do que pela força (...) domina o proletariado pela escola, pelo livro, pela palavra e, sobretudo, pela imprensa" (A Plebe 31-07-1920).

A preocupação dos libertários mais radicais nesta época em São Paulo girou em torno da condenação da admissão sistemática dos políticos no seio do operariado "(...) pois estes podem comprometer a honestidade ideológica dos libertários, ou desvirtuar os métodos de luta e o brilho das doutrinas" (A Plebe 24-07-1920). Estas palavras são de uma circular - Ação Deletéria dos Políticos no Movimento Social - em que um grupo de militantes se posiciona publicamente contra as possíveis aberturas no movimento libertário em direção ao aparelho de Estado.

Deste modo, um grupo de militantes libertários que chamamos de "mais radicais" resiste, de um lado, à tendência do movimento sindical de descomprometer-se com o anarquismo e, de outro, com as investidas dos grupos que pretendem estabelecer a via de luta parlamentar. A 16-09-1920, o jornal A Folha informa

(2) Este jornal começa a ser publicado em 25 de fevereiro de 1921 e o Arquivo Edgard Leuenroth dispõe da coleção até o número 47 de 16-07-1921.

a existência de articulações, que contariam com figuras do meio político como Maurício de Lacerda, Sarandy Raposo, Agripino Nazareth, Evaristo de Moraes e militantes anarquistas como Álvaro Palmeira e Everardo Dias, com o fim de constituir um partido político que visava eleger um representante na Câmara.

Este partido não chega a ser criado, sofrendo uma forte crítica dos jornais e sindicatos libertários mais radicais. Em São Paulo, o jornal O Combate insiste na importância da formação de um partido operário constitucional e cobra o apoio dos anarquistas a elementos como Maurício de Lacerda que estava sendo aliado do Partido Republicano Fluminense. Os libertários se recusam à participação eleitoral; Florentino de Carvalho desabafa: amaldiçoa a hora em que Maurício de Lacerda (no Parlamento) e Evaristo de Moraes (na Justiça) assumiram a sua defesa da última vez em que esteve preso. Ele se recusa a transigir seus princípios.

Em novembro, organiza-se a Coligação Social, no Rio, com o declarado objetivo de colocar elementos dentro do Estado para denunciar a obra reacionária que este vinha realizando, além de pretender estabelecer relações entre os diversos núcleos de propaganda existentes no país, promover e amparar a ação dos grupos de estudos sociais e preparar um grande congresso da vanguarda social. Faziam parte da Coligação Álvaro Palmeira, Luis Palmeira, Ulrich D'Avilla, Americo Falleiro e outros militantes. (Ver O Combate 23-11-1920)

A divisão dentro do movimento fica explícita numa convocação do Centro Libertário de São Paulo (A Plebe 18-12-1920) para uma conferência que tinha como fim "(...)chegar a um entendimento entre os militantes sobre a organização das nossas forças, como também sobre as várias correntes de opinião surgidas no nosso meio a propósito da ditadura proletária e do bolchevismo (...)" (3). Na mesma época aparecia, entre outros, O Jornal do Subiroff,

(3) O Boletim era dirigido ao Centro de Cultura Social, Centro Feminino Jovens Idealistas, Grupo "Os Revoltados", Grupo "Meno Vasco", Grupo "Os Vermelhos", Grupo Editor de A Plebe e demais anarquistas e simpatizantes.

um órgão que se propunha a defender as doutrinas bolchevistas. Em contrapartida fundam-se novos agrupamentos anarquistas como a "Juventude Anarquista", criada no Rio de Janeiro em dezembro de 1920.

Mais duas correntes, pelo menos, se firmam, caracterizando uma cisão no movimento libertário e que pode ser ilustrada, em primeiro lugar, com a polêmica entre Otávio Brandão e Palmiro Leal, divulgada pela A Plebe em março de 1921. Defendendo o regime dos soviets, Octávio Brandão afirma que: "(...) urge sovietizar todo o proletariado brasileiro, apontando-lhe a Rússia como um paraíso, embora saibamos que lá se morre de fome e que o canhão não cessa de troar ao longo de suas colossais fronteiras" Palmiro Leal lhe responde reafirmando suas convicções anarquistas: "Se não concordamos com aqueles que, por divergência doutrinária, se extremam na crítica ao bolchevismo com a denúncia de fatos cuja veracidade não podemos assegurar com a necessária rigorosidade de escrúpulos, muito menos concordaríamos em glorificar tudo quanto fervilha naquela imensa fornalha revolucionária" (A Plebe 5-03-1921).

Ao lado da divisão anarquistas/futuros comunistas, existia também a polêmica entre os anarquistas e os anarco-sindicalistas. Em abril de 1921 Adalberto Vianna deixa clara a existência de divergências. Para ele, o triunfo revolucionário viria da propaganda escrita e não, como pensam "alguns anarquistas como Carlos Dias do sindicalismo". O ideal seria esquecer "(...) essa mistura de anarquismo com sindicalismo; cada um no seu lugar, pois o ideal não se confunde com mesquinhas ambições de um mil rês. Por que havemos de separá-los? Deixemos que as classes se esqueçam das greves e em breve teremos a revolução pelo excesso de miséria!..." (A Plebe 30-04-1921)

Em maio de 1921 reúnem-se os militantes anarquistas e fazem um balanço da situação e da atuação do Comissão Executiva do 3º COB, concluindo porém pela necessidade de reorganização do operariado. Edgard Leuenroth que havia ficado com a chefia da Comissão reconhece as debilidades da ação desta Comissão. Coloca a culpa, no entanto, de um lado, na repressão governamental e patronal e, de outro, nas falhas da organização que se depara com uma "incompreensão geral, nos meios obreiros do Brasil, de seu papel e seus fins." As falhas estariam circunscritas ao âmbito organizacional que baseava-se na articulação federativa (que segundo um outro militante - Elias - seria um "corpo inarticulado e sem vida"). A solução poderia consistir na organização uni-

ca. "Dois caminhos, aliás convergentes, poderemos enfrentar: a organização geral única e o sindicato único e nacional da indústria" (A Plebe 29-05-1921). Tinha-se em mente o estudo das organizações sindicais estrangeiras como a espanhola, a portuguesa e a americana. Ainda nesta mesma reunião, outro anarquista, Astrojildo Pereira, apontando as falhas organizacionais, faz uma apresentação detalhada da organização americana, a IWW (o jornal A Vanguarda, nesta época, reproduz na íntegra o texto que Astrojildo se baseia para a exposição onde estão os princípios, métodos e objetivos da IWW).

Estes caminhos, porém não serão trilhados pelo anarquismo brasileiro que, sob uma forte repressão policial, que se intensifica cada vez mais até atingir um ápice com o governo Bernardes, terá um espaço muito pequeno de atuação. Em fins de 1921, Rodolpho Felipe parece ser pouco realista na cobrança que faz aos seus companheiros: "Devemos sair da torre de marfim e voltar para o meio dos trabalhadores a semear as nossas convicções" (A Plebe 15-10-1921). No mesmo jornal, Demócrito, num artigo intitulado "Ovo ou Galinha", reconhecia o esvaziamento dos sindicatos. Admitia que o problema do movimento operário não era de organização mas sim da mentalidade dos operários que não se dispunham a participar da luta pela transformação da sociedade.

Momentaneamente, a força dirigente desta vanguarda estava esvaziada, perdia-se o contato com a população a quem pretendiam representar. Os trabalhadores voltavam aos seus afazeres cotidianos, resistindo neste espaço das relações informais, lugar pouco reconhecido e talvez desconhecido pelos militantes da vanguarda organizada.

Uma outra resolução do Terceiro Congresso foi a retomada do movimento popular. Em especial em São Paulo, os militantes tentarão uma nova mobilização em torno do tema da habitação.

OS INQUILINOS

A agitação em meados de 1920 assume uma forma peculiar, incorporando novamente parte daquela dimensão que havia se embaçado com o florescer dos sindicatos operários (em especial, em São Paulo). São criadas no Rio de Janeiro e São Paulo, com algumas diferenças marcantes, as Ligas do Inquilinato. Estas ligas tentarão recuperar o universo de resistência do homem urbano enquanto consumidor, reassumindo um espaço mais amplo de luta: o da população despossuída urbana como um todo. Em 1920 somente 19% dos prédios de São Paulo era de propriedade de seus moradores. Durante toda a conjuntura são contínuas as denúncias relativas ao preço dos aluguéis de casa, as péssimas condições de moradia e aos conflitos constantes e violentos ligados à chamada "ganância" dos locadores de casa. Junto a denuncia da chamada ganância dos proprietários, que era explicada dadas as restrições que a indústria de construção civil enfrentava na época (o que implicava na alta dos aluguéis), culpava-se também o governo por não tomar providências frente as arbitrariedades que sofriam os inquilinos e por permitir que estes fossem vítimas de uma legislação extremamente penosa que centrava-se nas ações judiciais de despejo. O jornal O Estado de São Paulo, por exemplo, continuamente aponta a necessidade do governo solucionar o problema da habitação, colocando que a ganância dos proprietários de prédios e casas de aluguel constituía uma séria ameaça de agitação social. Condena o Estado que temia as represálias dos proprietários que eram os signatários dos seus votos e da sua permanência no poder. Esta visão, no entanto, parece-nos um pouco simplificador da questão.

O problema da moradia vinha sendo debatido pelas autoridades tanto pela premência que é sentida enquanto fonte de aguçamento das agitações populares como pelo seu lado fiscal. Em 1920 o Prefeito de São Paulo lutava para que o imposto predial fosse arrecadado a nível municipal, como ditava a Constituição. Em São Paulo, no entanto, havia um acordo em que o governo do Estado executava a tributação oferecendo em troca, para a municipalidade a iluminação pública, com sérias desvantagens para a arrecadação municipal.

Ao lado da mudança tributária que São Paulo almejava, o Prefeito do Distrito Federal, dr. Carlos Sampaio, neste mesmo ano, enviava mensagem ao Conselho Municipal pedindo para que lhe fosse autorizado fazer com que a "luva" (importância paga pelos inquilinos

nos, à título de indenização ou bonificação, no início ou renovação de contratos de locação de prédios) fosse computada no cálculo do imposto predial. Segundo a mensagem a luva, na prática, era uma forma dos proprietários de prédios e casas de aluguel lesarem o fisco. Em agosto, o Conselho Municipal cria o imposto sobre as luvas que passa a ser arrecadado conjuntamente com o imposto predial. Se de um lado isto faz com que os aluguéis reais não sejam mais, nominalmente, majorados através deste artifício, por outro lado, com esta medida a luva é institucionalizada, legalmente adicionada aos aluguéis.

Mas como já indicamos acima a preocupação do Estado em relação à habitação era real, além de extrapolar uma mera política que identificasse seus interesses com os das classes dominantes. À 4 de maio de 1920 a Associação dos Empregados no Comércio de São Paulo endereçou um pedido à Câmara que é transformado em projeto pelo vereador Almeirindo Gonçalves. Neste projeto que entrou em discussão dia 10 de julho pedia-se a autorização para a construção de 5.000 casas populares pela Prefeitura. Justificava-se o projeto em nome da crise da habitação que vinha se agravando e atingindo todos os trabalhadores, desde o operário aos caixeiros e empregados, atingindo os artífices do pensamento até o funcionário público. À exemplo de outros países como Alemanha e Inglaterra, a questão deveria ser resolvida pelo Estado pois:

"A cidade moderna tem palácios e monumentos, mas não pode descuidar a vivenda modesta, para que todos os seus habitantes possam levar uma existência fácil, higiênica, alegre e artística, São condições para o seu progresso" (O Combate 12-07-1920)

Segundo a própria municipalidade o ritmo das construções havia diminuído com a Guerra, e, apesar da recuperação que vinha se registrando com o término do conflito, esta não era suficiente para dar conta do ritmo de crescimento populacional. Segundo o jornal O Combate (12-07-1920) o número de desalojados na cidade de São Paulo totalizava umas cem mil pessoas. Ainda no mesmo artigo encontramos uns números indicativos da gravidade da crise de moradias que se abre com a Guerra.

Nº de casa construídas em São Paulo

1913	5.792	1916	1.091
1914	3.142	1917	1.043
1915	1.282	1918	610

A média de construções na cidade que era de quatro a cinco mil casas por ano antes da guerra, cai a 610 construídas em 1918. O mesmo parece ter ocorrido no Rio de Janeiro.

Assim, a questão da moradia vinha inquietando e mobilizando as autoridades e a imprensa que se preocupa tanto com o encarecimento do custo de vida (e a alta dos preços dos aluguéis) que vinha configurando durante toda a conjuntura uma atmosfera de agitação social, como seu lado quase que estratégico, isto é, começam-se a discutir e a lançar projetos de habitação operária e populares com a preocupação de definir uma política de moradia condizente com os novos problemas que o Estado e as classes dominantes vinham sofrendo frente ao aquecimento das agitações urbanas, lembrando, inclusive, as práticas já correntes entre alguns industriais (que já haviam construído várias vilas operárias) e os governos de alguns países como França, Alemanha e Inglaterra.

Ainda o problema da habitação vinha agitando os locatários em vários países como na Argentina e Estados Unidos. Em meados de 20 ocorre, por exemplo, uma greve de inquilinos em Nova York, no bairro operário do "East Side". Os inquilinos colocaram os móveis nas ruas passando a não morar em sinal de protesto contra os aumentos dos aluguéis.

A Moradia Popular

Até fins da década de 10 eram os cortiços, casas - de fundo, porões e pensões (construções geralmente de um piso, com uso intenso do lote) as áreas especialmente construídas para abrigar a "ralê".

Os cortiços, porões e similares constituíam o primeiro patamar da hierarquia da habitação. Nesta hierarquia o palacete era o degrau mais alto. E entre eles estavam as vilas operárias, particulares ou diretamente ligadas às fábricas. De comum entre o cortiço e a vila estava o fato de serem todos lu-

gares pequenos, mal iluminados, mal ventilados, sujos, etc. Com a diferença de que nas casas das vilas não havia a zona de serviços comum (cada casa tinha a sua área de serviço, o seu banheiro) e as pessoas se distribuíam dentro delas segundo critérios que marcavam o sexo, a idade, o estado civil, etc.. Era bem menor a promiscuidade - seguia-se mais de perto o estilo de morar burguês: higiênico, moralizado e "limpo". Segundo Raquel Rolnik (5) os moradores das vilas de São Paulo - os operários de fábrica, artesãos, pequenos comerciantes, funcionários públicos, professores, comerciários, etc. - oscilavam "entre se identificar com o cortiço, seu vizinho mais próximo, e dele fugir, olhos postos no sonho dos sobrados e palacetes" (R.Rolnik, p.68).

As "diferenças" entre moradores em cortiços e os das vilas são aquelas que se inscrevem no próprio espaço da moradia. O cotidiano do morador de um e de outro é o mesmo: tomam o mesmo bonde, bebem no mesmo botequim; as marcas e estigmas que os separavam são construções que se deixam entrever no próprio modo de morar, aliás, se instalavam nele. Ao "privilégio" de se morar numa vila construída pela própria fábrica se contrapunha a vulnerabilidade da família operária. No caso de qualquer irregularidade no trabalho todos os membros corriam o risco de serem despejados. Neste caso, é a própria reprodução da família, policiando-se internamente, que reproduz o trabalho disciplinado. E como nos lembra Raquel Rolnik, não é o número de vilas existentes que revela a sua importância. Ela é fundamental na criação de uma estratificação entre os próprios moradores com base nos padrões burgueses do "morar operário":

"A importância das vilas cidadelas não está em seu número. Do ponto de vista puramente quantitativo, as vilas cidades de São Paulo eram insignificantes como formas de habitação popular. No entanto funcionavam como uma espécie de espelho, que oferecia uma imagem em tijolo e cimento das fantasias burguesas da servidão operária, sadia e harmoniosa. Seus habitantes representavam também um grupo, no conjunto das classes populares: compunham, juntamente com os operários/pequenos proprietários de casas nos arrabaldes, a "aristocracia operária", vista por si mesma e pelos de mais grupos como a parcela mais "civilizada" da pôbreza" (R.Rolnik, p.80)

(5) Raquel Rolnik, Cada um em seu lugar, S.P., USP, 1981 (Dissertação de Mestrado)

Mas as classes populares estavam alojadas de modo denso e concentrado, o que facilitou, nos momentos de crise, a união dos moradores de vilas e cortiços. Em alguns anos particularmente difíceis, vastos territórios populares da cidade se sublevaram. Algumas manifestações tiveram o apoio organizatório dos militantes libertários. Para eles, a propriedade privada, seja dos meios de produção, seja dos terrenos, casas de aluguel ou estabelecimentos comerciais, marcava a distinção entre dominadores e dominados. Ao lado da exploração interna à fábrica, às obras, às oficinas, estava a exploração urbana da população despossuída.

Em 1912 foi criada a Liga Popular de Agitação contra a Carestia da Vida (6) numa união entre anarquistas (La Battaolia e Barricata) e socialistas (Avanti) tendo à frente o Centro Libertário e a Aliança Anarquista de São Paulo. Promovem assembléias e comícios primeiramente em salões alugados e gradativamente vão ganhando as ruas à medida que espalham-se os subcomitês nos bairros. Os territórios populares vão gradativamente se erguendo, primeiro o Braz e depois: Bom Retiro, Barra Funda, Lapa, Vila Mariana, Ponte Grande, Ipiranga, Belemzinho, Mõoca, Bexiga e Cambucy.

Neste movimento unem-se desde a "ralê" (que se dedica crescentemente a ações do tipo do roubo, saques e ataques aos "bens públicos" como postes, bondes, trens, etc.) até pequenos especuladores imobiliários e empreendedores de vilas e cortiços (estes desejavam isenções fiscais para a construção de casas operárias). O tipo de manifestação que estes últimos desejavam diferia cada vez mais dos rumos que o movimento vinha tomando. "Estes queriam a 'ordem' no movimento que vinha explodindo pelos bairros em 1913 e planejava ganhar o centro da cidade" (R. Rolnik, p.148)

Embora com esta dualidade interna marcou-se uma série de comícios nos bairros em 20 de abril de 1913 que convergiriam para o centro da cidade (Largo São Francisco) com o acompanhamento de mulheres e crianças. Esta manifestação foi proibida, as tropas da polícia ocuparam as praças e numa ação que envolveu muitos tiros e prisões o povo foi reprimido.

O nível de movimentação cai, reanimando-se novamente em meados de 1914, entrando em refluxo novamente. Neste descenso teve papel importante também, além da repressão policial, a cria-

(6) Sobre a descrição dos movimentos anteriores a 1917 ver R. Rolnik, op.cit., cap.III

ção da Comissão de Socorros para as Classes menos Favorecidas de iniciativa da imprensa (se destacando o jornal O Correio Paulistano). A base da ação desta comissão esteve na organização da caridade pública. Com os recursos obtidos através da arrecadação de donativos entre os grandes capitalistas, organizaram-se comissões distritais e cozinhas econômicas nos bairros.

Momentaneamente o movimento se paralisa voltando à normalidade os territórios populares. O Comitê contra a carestia no entanto, terá uma continuidade nas movimentações que se reiniciam em fins de 1916 e princípios de 1917, num misto de movimento popular e organização sindical.

Em 1920 reanimam-se novamente os bairros enquanto uma negação da miséria das moradias da cidade, cercadas de promiscuidade e fome. São graves as denúncias de despejos, pessoas que de repente têm que se mudar para lugares mais e mais miseráveis.

1920

A 8 de julho de 1920, na redação do jornal O Combate que vinha denunciando já a algum tempo a ação dos proprietários de casas que vinham a muitos meses aumentando demasiadamente os aluguéis, é formada a comissão provisória das Ligas dos Inquilinos de São Paulo. Era composta por: Nereu Rangel Pestana, Felipe De Lima e A. Piacitelli.

Um dos frequentes colaboradores desse jornal, Carlos Escobar (que também escrevia em jornais operários como A Plebe) - num artigo de doze de agosto de 1920 deixa entrever o tipo de projeto político que animava esses homens:

"A nação não é um corpo indivisível. São duas metades: o Estado político (governo) e o Estado social (governados)". Para ele o primeiro tinha os seus órgãos: o legislativo, o executivo e o judiciário, mas ao segundo faltava órgãos de discussão, de decisão e canais que o ligasse ao Estado. Era necessário que fossem criados esses órgãos e sua sugestão ficava centrada na constituição de três conselhos: o Conselho Econômico, o Jurídico e o do Ensino. Eles deveriam ser permanentes e teriam basicamente uma função social como órgãos consultivos de governo. Por trás desse "projeto" existiam pelo menos duas ideias, ou constatações que quero assinalar: de um lado, fica clara a descrença no Estado Bra

sileiro como poder representativo e como órgão onde fosse viável a participação direta de forma efetiva (apesar de não negarem a participação eleitoral), de outro, fica nítida também a descrença na revolução "que era apregoada em alguns meios". Segundo ainda Carlos Escobar ela "seria contraproducente nesse momento".

A Liga dos Inquilinos define-se como um núcleo onde deveriam partir os "protestos dos que ainda acreditam na força das leis e das autoridades." Mas se posiciona ao mesmo tempo um pouco além desse lema: "é indispensável também que ela dirija a reação contra os abutres, no dia em que esgotarem-se todos os paliativos governamentais. O povo precisa opor uma barreira à exploração, recusando a sua cumplicidade aos que lesam o fisco pela ocultação dos aluguéis; denunciando as transgressões às leis sanitárias expondo à execração pública os senhores sem entranhas (...), fiscalizando, enfim, todos aqueles que tiram renda abusiva de uma propriedade qualquer" (O Combate - 15/07/1920).

Apesar de existir a crença numa ação legal e institucional, era presente uma disposição para uma luta muito ativa e imediata. Como em outros países, pensava-se em pressionar efetivamente o governo já que "da gente que governa pouco há que esperar" (7) pois eles próprios são locadores e não decretariam leis que os prejudicassem. A via de luta apontada era a da recusa ao pagamento dos aluguéis majorados arbitrariamente, pagando-os em juízo e obrigando os oficiais de justiça a lidarem com o problema de um despejo em massa.

Ao mesmo tempo, decidem enviar telegramas aos deputados Maurício de Lacerda e Nicanor Nascimento, pedindo para que fosse apreçada na Câmara a discussão e aprovação do projeto de lei do inquilinato apresentado por Nicanor.

(7) Os grandes proprietários de casas de aluguel da cidade eram homens ligados diretamente ao governo, à indústria, à agricultura, eram os Penteados, os Prados, Prates, Matarazzos, Larras, etc. (O Combate 16/07/20).

Logo que a comissão provisória entra em atividade recebe o apoio de jornais como O Estado de São Paulo, Il Piccolo e Fanfulla. Também aderem ao movimento a Liga Socialista de São Paulo e a comissão chama os sindicatos de trabalhadores "pois são os operários os mais afetados pela ganância dos proprietários" (O Combate 10-07-1920) para que esses venham a aderir.

Os dirigentes sindicais realizam uma reunião dia vinte cinco de julho e formam uma outra comissão da Liga dos Inquilinos. Para esta reunião não foram convocados os membros da Liga anteriormente fundada.

A partir daí este movimento passa a ser dirigido pelos militantes operários, em especial os de orientação sindicalista revolucionária. Tendo em seu núcleo dirigentes anarquistas como Deoclécio Fagundes da Liga Operária da Construção Civil. O Combate parece aceitar este posicionamento dos libertários sem grandes problemas e passa a informar sobre as atividades da nova Liga, sendo escolhido como seu órgão oficial. Esta se estrutura segundo os moldes dos sindicatos libertários e logo passa a constituir suas sucursais de bairros. Dia 9 de agosto já contava com mil inscritos, e afirma que se tivesse condições de realizar rapidamente as inscrições certamente já contaria com uns cinco mil sócios. São fundadas neste mês as sucursais da Mõoca, do Braz, Bom Retiro, Cambucy, Belemzinho e Lapa. O movimento vai assumindo maiores dimensões mas não mais com a participação de seus antigos iniciadores; conta agora com o seu apoio que, segundo pudemos ver, se limita a propaganda de suas atividades através do jornal O Combate.

Os libertários realizam reuniões nas sedes das sucursais dos bairros e preparam comícios. Ainda quando estão nesta fase fundando sucursais, realizando assembléias (dia 8 de agosto numa assembléia reuniram três mil pessoas), enfim, num movimento de coordenação daquelas insatisfações que explodem em toda a cidade com inúmeros exemplos de casos que chegam até a assassinatos nas brigas entre proprietários e inquilinos, o Centro Operário Católico Metropolitano promove uma manifestação também no sentido de discutir medidas tendentes a combater o problema (8). Dia 15 de

(8) No seu jornal O Operário este centro acusa a radicalidade dos participantes da Liga dos Inquilinos. Mostra que são os mesmos militantes que estão sendo procurados pela polícia, desqualificando-os.

agosto os representantes das filiais desse centro reúnem-se no Largo do Bráz seguindo depois para a Curia Metropolitana. Quando aí - chegam os manifestantes, acompanhados por uma quantidade pequena de pessoas são lhes apresentados os membros do Tribunal da Paz e discursam vários oradores sobre a questão dos alugueis. Essa iniciativa é denunciada pela Liga dos Inquilinos argumentando que a Curia era, ela própria, proprietária de casas de aluguel, desaconselhando assim a ligação dos operários com aquela manifestação.

Os comícios programados pela Liga, no entanto começam a ser proibidos justamente quando se pensava uma manifestação de grandes proporções (9). A Liga prossegue suas atividades desenvolvendo uma campanha para que o Estado não consentisse com os despejos. Em setembro envia ofícios aos juizes das varas cíveis pedindo mais equidade nos despejos. Ocorrem alguns casos de juizes que negam pedidos de despejos mas o movimento nesse sentido não terá continuidade. Em outubro a Liga envia uma representação ao congresso nacional onde coloca que em nome de seus quinze mil associados solicitava que fosse votada uma lei que, à exemplo dos Estados Unidos, Itália e França, obrigasse os proprietários a cobrarem os mesmos alugueis anteriores a guerra e que também modificasse a legislação referente ao despejo.

Em onze de novembro temos a última notícia da Liga dos Inquilinos de São Paulo. Assim é analisado o refluxo do movimento - pelos libertários, aceita-se o descenso:

"O povo paulista desacostumado como está às grandes reivindicações, apenas percebeu que este seria um movimento de grandes proporções, que se desenrolasse - num meio apropriado podia até ameaçar as sacratíssimas raízes da propriedade privada ... estremeceu diante - da própria obra, apavorou-se do seu vulto, e ... prefere deixar se explorar muito carneirescamente.

Ora, a Comissão Executiva da Liga dos Inquilinos para

(9) Como em 1913 tentava-se a ocupação do centro da cidade como - uma forma de colocar em evidência as diferenças entre o morar popular e o burguês. "Este ocupar é menos a tentativa de tomar posse - de um certo espaço, senão desmascara-lo, denunciando como espaço/do poder; o espaço objeto da ocupação física assim marcado em relação ao urbano circundante. Essa operação torna 'visível' uma ordem invisível porque dispersa no cotidiano da cidade labirinto" (R. Rolnik, p.163)

contentar uma parte de seus associados que ainda crêem na ação dos governos, e para que não se dissesse que os seus intuitos eram apenas arruaceiros, enviou uma mensagem em termos 'convenientes' mas 'enérgicos' ao Congresso Federal, expondo-lhe a situação aflitiva do inquilinato de São Paulo (...). (A Plebe 11-11-1920)

Até fins de 1920, no entanto, nenhuma medida será tomada pelo Legislativo no sentido de minimizar os problemas causados - pela escassez de moradias. Em dezembro o projeto de Lei do Inquilinato sai da Câmara para o Senado com algumas modificações que tendiam a anular as medidas propostas de resolução da questão. Isto já era vislumbrado por Nicanor Nascimento que em um discurso feito na Liga dos Inquilinos do Rio de Janeiro condenava a resolução do governo de dar a empreiteiros a realização das obras de casas populares, colocando que isto contribuiria para o seu encarecimento e a não resolução do problema do barateamento destas casas. Ainda afirmava não acreditar que o projeto por ele apresentado na Câmara pudesse ser ao menos colocado em discussão. Afirmou desacreditar de qualquer solução constitucional e aconselhava a saída revolucionária.

Do mesmo modo um militante, Claudio Azas, assim se refere ao projeto de construção das casas populares: "além de serem uma afronta à classe trabalhadora que também tem o direito de morar em casas higiênicas e ajardinadas, trarão como consequência a consolidação do sistema de propriedade privada e a ocasião de os capitalistas aumentarem as suas riquezas" (A Plebe 31-07-1920).

A Liga dos Inquilinos e Consumidores do Rio de Janeiro que é criada na mesma época da de São Paulo contava com a presença de políticos como o deputado Nicanor Nascimento, o senador Metello Junior e o intendente Ernesto Garcez. Todos políticos que tinham um discurso liberal (reformista). Contava também em suas reuniões com a presença de sindicalistas como os representantes da Associação - Gráfica do Rio de Janeiro, a União dos Motoristas, etc., todos de linha "trabalhista".

Os libertários se colocaram contra o movimento. No jornal da Federação dos Trabalhadores - Voz do Povo (17-08-1920) explicam sua posição: sua atitude prendia-se ao fato de existirem na Liga indivíduos de "mã qualidade" como o seu diretor Custodio Pedroso Guimarães ("que é um autêntico explorador dos operários") e também ao seu aspecto limitado, não constituindo um movimento de massa: para que fosse uma organização de combate teria que ser "constituída

pela maioria, senão totalidade, dos interessados - os inquilinos pobres do Rio de Janeiro, operários, empregados no comércio, na indústria, pequenos funcionários públicos, soldados, etc. A Liga teria que estender-se pelos bairros e periferia.

Também a Liga dos Inquilinos de São Paulo critica a Liga do Rio taxando a sua atuação de branda, apesar de resoluto. Estas atitudes brandas eram as seguintes: a Liga havia decidido lutar para que todos os inquilinos pagassem, 30\$000 a menos do que estavam pagando aos proprietários; constituiu um corpo de advogados e políticos, comunicando ao povo os seus nomes para que estes pudessem procurá-los; e ainda decidiu enviar um memorial ao Presidente da República pedindo sua intervenção para que a situação de alta dos aluguéis se modificasse.

É interessante notar que até jornais como o Jornal do Brasil alertam os trabalhadores para que não se deixassem se iludir com os acenos dos políticos que estavam apresentando ao Conselho Municipal uma série de projetos visando o barateamento dos aluguéis.

Ao mesmo tempo, porém em que tomava-se estas medidas brandas, planejava-se uma grande passeata que não chega a se realizar provavelmente devido a proibições policiais. Também se incentiva um movimento de resistência dos inquilinos moradores na rua Cardoso Marinho. Isto ocorreu nos meses de agosto e setembro quando a Liga promoveu uma série de comícios nesta rua instruindo os moradores a pagarem os aluguéis em juízo sem o aumento exorbitante que estava sendo exigido pelo proprietário. O aumento termina por ser anulado numa vitória da Liga.

Quanto ao memorial de reclamações entregue ao Presidente Epitácio Pessoa, eram os seguintes os principais pontos de demanda: 1º exigiam aluguéis de 30\$ a 60\$ mensais para os que recebiam até 10\$ diários; 2º exigiam leis que impedissem a armazenagem de gêneros por mais de 15 dias; 3º proibição da exportação de gêneros; 4º que fossem auxiliados os pequenos lavradores que se comprometessem a vender pelos preços de uma tabela que deveria ser organizada por eles, pelo governo e pela Liga dos Inquilinos e Consumidores; 5º que as casas de cômodo tivessem uma tabela em cada quarto, determinando o máximo de aluguel a cobrar; 6º que os senhorios são pudessem alugar seus prédios pelo justo valor.

Feitas estas reivindicações a atuação desta Liga diminui tendendo ao esquecimento, valendo a pena salientar um seu reaparecimento em novembro deste mesmo ano quando aconselha o po

vo a não pagar as contas de luz da Light and Power.

Os dois casos

Ficou claro que em São Paulo ocorreu uma emancipação do movimento em relação ao impulso inicial que se concentrava em parte da imprensa diária mais simpática aos movimentos populares. Este redirecionamento que ocorre quando o grupo de militantes sindicais revolucionários assumem a Liga dos Inquilinos, se por um lado pareceu proporcionar um alargamento dos limites em que o movimento se situava, pois ele passa a apontar para uma luta com objetivos mais amplos (seria uma parte da luta mais geral contra o Estado e o Capital), por outro, apontava um estreitamento dos seus pontos de apoio na sociedade como um todo.

Poderíamos interpretar este fato como resultante de uma falta de flexibilidade e capacidade de aproveitamento, da parte dos militantes libertários, das possibilidades de realização - de alianças para cima, em direção a outras camadas da sociedade. Serã que a manutenção de um sindicalismo e de uma militância relativamente independente das malhas da política partidária e de grupos de pressão como a imprensa de tendência liberal foi uma estratégia depressora do movimento ?

É importante notar que, à despeito das diferenças entre os elementos dirigentes da Liga do Rio e a de São Paulo, não houve distinção entre a ação delas em termos da luta inquilinos / proprietários. As ações de maior vulto acabaram se concentrando - nas demandas junto ao legislativo para que este promulgasse leis que beneficiassem os inquilinos e as tentativas de minar a força dos proprietários através da recusa do pagamento dos aluguéis majorados (a greve dos inquilinos que pagavam os aluguéis em juízo). A diferença se centrou no plano organizatório na medida em que a Liga paulista promoveu toda uma mobilização nos bairros que, em última instância abria a possibilidade de expressão das classes populares. No Rio de Janeiro isto não ocorreu. Parece que não havia conciliação possível entre libertários e reformistas. A abertura para uma política de alianças significava a cooptação e "amortecimento" da revolta popular. Parece que para os libertários esta possibilidade ficava relativamente clara e constituía um limite que eles não quiseram romper.

MARÍTIMOS

"São da Gazeta de Notícias as palavras abaixo, insuspeitas pela fonte de que partem, e que pedimos venia para reproduzir:

'É curioso ver-se como certos indivíduos, que ninguém sabe quem são, procuram atrair importancia para as suas desconhecidas pessoas, sem dūvida com os olhos fixos em proventos que a sua idoneidade e obscuridade não lhes poderiam nunca assegurar.

'No tempo do sr. Wenceslau Braz apareceu aqui um sr. Américo Medeiros, improvisado em leader das classes marítimas, sem nunca ter sido marítimo nem coisa parecida. Era inteiramente estranho a essas classes, mas por meios hábeis, ou por arte de berliques ou berloques, em pouco tempo, se achava à frente delas, como o representante máximo das suas idéias, do seu pensamento, das suas aspirações. Ganhôu com isto notoriedade e prestígio. Até uma boa função lhe foi dada no Lloyd, porque, como facilmente se percebe, o homem não tinha emprego...

'Como, porém, tudo passa neste mundo, o prestígio e a notoriedade do sr. Medeiros passaram. Ele certamente, não se queixa por isso. E convenhamos que não haja motivos de queixas, porque até o já demasiado célebre sr. Joseph Caillaux, se dá por contente com a direção de um Banco do Brasil, depois de ter sido presidente do Conselho de Ministros da França e muitas outras coisas.

'Mas o interessante é que o substituto do sr. Medeiros já surgiu: é um Euzébio Martins Rocha tão marítimo quanto ele. Era o sr. Rocha, antigamente, empregado da Prefeitura. Perdendo o lugar, "cavou" uma lei no Conselho Municipal, mandando reintegrá-lo. A lei porém, foi vetada. E como ss. não pode ficar sem fazer nada enquanto surge um prefeito camarada que lhe restitua o emprego, entendeu de ser 'leader' das classes marítimas, - 'cargo' que se achava vago com o afastamento ou ostracismo do Sr. Medeiros!

"E eis aí a história."

("Os Coronéis" - Voz do Povo 8-05-1920)

Quando se pensa nos marítimos e portuários no Rio de Janeiro a característica que logo é salientada, em muitos autores, é a relativa ao seu comportamento político. A lembrança é a da cor: o amarelismo. A análise do movimento de algumas destas categorias, no entanto, revelou que este rótulo é muito impreciso. Em 1920-1921, o amarelo é aquele líder sindical que se sustenta como tal, por ter ligações pessoais com os patrões, que por sua vez usam destas relações para ter o controle da resistência operária. No caso do porto, os patrões que mais se destacaram como patrocinadores destes mecanismos foram o Lloyd Brasileiro e a Compagnie du Port do Rio de Janeiro.

Deste modo visualizo algumas distinções dentro das correntes não revolucionárias do Rio: de um lado temos o reformismo com uma postura independente tanto do Estado como dos patrões; de outro, os amarelos que se fundamentam na relação pessoal e discriminativa com os patrões. Neste extremo, temos as figuras dos coronéis marítimos.

Sindicatos amarelos são aqueles que nascem e agem com o patrocínio dos patrões e este tipo de sindicalismo pode ser visto, nestes anos, como uma estratégia patronal que possibilitava o controle do movimento operário organizado. Isto é muito diferente dos sindicatos que adotam posturas não revolucionárias, isto é, que tendem a agir de modo puramente trabalhista, sem o que hoje chamamos de peleguismo. Neste caso temos uma opção por se restringir as intenções nas lutas, mas não temos aquele aspecto do sindicato ser uma arma patronal contra os interesses dos operários; é só um sonhar diferente do libertário, e como vimos, um mesmo sindicato pode oscilar entre posturas reformistas e revolucionárias no decorrer de sua história.

No caso dos sindicatos amarelos, no entanto, eles só existem como iniciativa patronal e se enraizam numa rede de ligações pessoais em que alguns trabalhadores são usados para instaurar as divisões e impedir a solidariedade entre eles. A implantação deste tipo de associação normalmente passava pelas figuras dos coronéis marítimos (os petronilhos, eusébios e medeiros...) que são figuras que mantêm ligações com o Estado, tanto a nível do governo municipal como federal (alguns deles tinham en

trada livre no Catete). A descrição do coronel Euzébio Rocha - o mãozinha - é muito ilustrativa destes personagens e de sua atuação; a legitimidade destas figuras provavelmente vinha das suas possibilidades em arranjar colocações ou resolver problemas que os operários pudessem ter com a burocracia. A analogia com os coronéis do campo pode ser relevante. São indivíduos que se promovem por conhecerem posições privilegiadas na administração pública e por servirem de mediadores entre patrões, ou o Estado, e os operários.

"MÃOZINHA"

"Mãozinha é um sujeito de nenhuma instrução e muita cretinice, que se fez pai de muitos filhos para se tornar compadre de quem lhe pudesse servir no presente e no futuro.

"Demitido de Agente da Prefeitura pour cause, jurou ao seu braço direito esquerdo que havia de ser readmitido. E daí servir incondicionalmente aos seus compadres, padrinhos de seus filhos, formar "Ligas" Prós e "Juntas", desde Barbosa Lima e Hermes a Epitácio. E enquanto isso cavava nas sociedades duvido sas o rebanho de "patos" que formariam o batalhão de seu prestígio...

"Coronel dos mais broncos, também sabe fazer rir os escreventes e juizes tais os termos e o português que emprega nos seus insultos advocatícios.

"Agora, a subida de um compadre à corrucopia da residência: furado pelo ato do Prefeito no embrulho em que se meteu o Conselho com o projeto de sua reintegração no lugar de Agente, agarrou-se ao ofício terre a terre de esbirro do Presidente Tio Pita, diz-se chefe de polícia particular de sua exa. (foi para isso que reforçaram a verba do Catete) e esforça-se por dar a entender que o compadre não confiamuto no pessoal da rua da Relação.

"O perfil não está completo, sem os traços mais perigosos, pois sem eles os trabalhadores não ficarão aptos para reconhecê-lo por aí, quando andar no exercício da sua nobre profissão de secreta...

"Apesar de sô ter um braço que pode mover (dizem que ele é que, foi à Inspeção de Saúde com o nome de Epitácio, quando foi da aposentadoria de s.ex.) é

muito perigoso nos pontos de espera dos bondes onde costuma dar-se o vício de experimentar a qualidade das fazendas das mulheres (...)

"E é este tipo, estilo Sargento Gouvêa e fuão Penedo, que, na sombra, em segredo como o segredo da sua polícia, sem que os trabalhadores soubessem, improvisou a "comissão de marítimos" que sob sua introdução policial diplomática foi ao Catete passar a rasteira nos trabalhadores grevistas.

"O vulgo de mãozinha foi-lhe posto pelos seus camaradas da Saúde, no tempo do quebra-lampião, e o coronelato vem-lhe da revolta, em que se fez soldado da polícia do Epitácio.

"Aí têm os trabalhadores mais um secreta com o retrato e as características." (Voz do Povo 2-4-1920)

Esta figura, Euzébio Martins Rocha, que, como vimos no texto "Os Coronéis" é o sucessor do grande coronel Américo Me deiros, participou, ao lado dos amarelos do porto, de várias negociações e firmou acordos que puseram fim a movimentos reivindicativos operários e populares. A área de atuação dos coronéis acabou se estendendo para fora do porto e se legitimou dentro de uma rede de relações pessoais, que nem chegavam a estranhar o fato de estes coronéis nem serem marítimos de profissão. Eram funcionários do Estado ou membros da guarda pessoal do Presidente da República. Personagens que foram criados e utilizados por um Estado que precisava lançar mão de outros processos de controle sobre as classes dominadas. Eles foram odiados pelos libertários que se esforçaram por anular o seu poderio junto às várias categorias de trabalhadores em nome de relações pessoais, de apadrinhamentos e favoritismos.

A convivência do operariado com o Executivo e os outros órgãos do aparelho de Estado, possibilitou a construção desta malha complexa em que se baseou a atuação de, principalmente, marítimos e os ferroviários da Central do Brasil, e que tinham como esteio as relações informais de submissão (chegando a aquela pecha de ser a burocracia estatal um cabide de empregos) e de apadrinhamentos.

A dificuldade, porém, em identificar como se davam concretamente estas ligações são imensas. Este é o terreno da informalidade e as melhores pistas que temos são as que nos deixa-

ram os libertários que, naturalmente, impregnaram suas falas de uma irritação enorme em relação aos amarelos ou aos coronéis. Do mesmo modo é extremamente complicado reconhecer as orientações dos sindicatos e impossível identificar o que estes trabalhadores pensavam. O que restou foram algumas marcas dos seus sonhos e algumas intenções.

Em relação a historiografia, na grande maioria dos trabalhos insiste-se em compor um quadro onde se opõem: de um lado, os trabalhadores da indústria privada que seriam anarquistas (formados predominantemente por estrangeiros); de outro, os trabalhadores em transportes estatal onde predominavam o reformismo ou o amarelismo (com predominância de nacionais). Estas correlações, no entanto, devem ser repensadas.

Quanto ao fato de haver uma predominância de operários nacionais no setor de transportes em 1920, devemos lembrar que, segundo o censo deste ano, os nacionais predominavam em quase todas as profissões existentes no Distrito Federal, com exceção significativa do comércio que era feito principalmente por portugueses. Aliás, esta predominância de nacionais, como podemos ver pela tabela abaixo, não é nada estranha numa cidade que possui somente 240.392 estrangeiros - 20,8% contra 79,2% de brasileiros. Também é curioso notar que entre os operários em transportes terrestres e aéreos privado, existia uma preponderância de estrangeiros com um sindicato de linha basicamente reformista. Isto vai radicalmente contra a idéia corrente de que é possível a correlação entre operário estrangeiro e radicalismo político (1)

No estudo das orientações sindicais ficou nítido que o reformismo nem é típico do trabalhador de origem nacional e nem de um setor econômico determinado. Estas características da composição do operariado não suportam uma correlação com o comportamento político. Dentro do setor de transportes encontramos categorias que adotam a ideologia libertária, e entre os trabalhadores industriais nos deparamos com várias categorias que se identificam com o reformismo. Mas nem todas elas tiveram em seu meio os amarelos; isto, grosso modo, podemos afirmar. O número de amarelos no setor de transportes foi grande, só que também esteve presente em outros lugares, como entre os têxteis, em menor escala. Em todo caso, se isto é válido para o Rio, certamente não o é para São Paulo e Santos, onde este setor é marcadamente radical.

(1) Uma discussão a respeito destas correlações pode ser avaliada no trabalho de Maria Cecilia Velasco y Cruz, *op.cit.*, cap IV

PÓPULAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL SEGUNDO AS PROFISSÕES E NACIONALIDADE

		brasileiros		estrangeiros			
		1906	1920	1906	1920		
Indústrias	segundo a natureza da matéria prima	têxteis	2.030	11.464	904	3.436	
		couros, peles e outros	28	1.184	35	379	
		madeiras	701	8.492	538	8.510	
		metalurgia	4.368	11.353	2.766	4.540	
		cerâmica	231	342	430	364	
		segundo a aplicação da matéria prima	produtos químicos e análogos	110	281	62	164
		alimentação	1.652	2.800	1.923	3.003	
		vestuário e toucador	17.661	35.761	13.977	19.110	
		mobiliário	560	624	196	614	
		edificação	14.810	16.222	16.954	10.153	
		aparelhos de transporte	487	207	182	115	
		produção e transmissão de forças físicas	3.549	3.229	1.649	910	
		relativas às ciências letras e artes	2.836	5.812	879	1.656	
total de indústrias		49.023	97.771	40.495	52.954		
Transportes	marítimos e fluviais	487	12.180	2.995	4.839		
	terrestres e aéreos	5.524	11.619	8.752	12.115		
	correios, telegrafos e telefones	1.647	3.024	225	209		
total de transportes		7.658	26.823	11.972	17.163		
Comércio	bancos, câmbio, etc.	566	1.986	143	851		
	comércio propriamente dito	25.750	34.205	36.202	45.156		
	outras espécies de comércio	-	4.129	-	1.945		
total de comércio		26.326	40.320	36.345	47.952		
Total		83.007	164.914	88.812	118.069		

Fontes: Recenseamento do Rio de Janeiro (Distrito Federal) realizado em 20 de setembro de 1906. R.J., 1907

Recenseamento Geral do Brasil realizado em 19 de Setembro de 1920. R.J., 1923 Vol.II (1a. parte)

Outra variável lembrada pelos pesquisadores para explicar o reformismo dentro do movimento operário carioca, seria o comportamento do Estado frente às questões trabalhistas. A relação seria: setor privado - anarquista e setor de transportes - estatal - reformista. O porto, em especial, por ser um ponto estratégico dentro da economia, teria, da parte do Estado, merecido uma política trabalhista que iria além da repressão policial; haveria a necessidade de uma política de cooptação do Estado em direção à massa de trabalhadores; assim se explicaria a presença dos amarelos (e dos coronéis marítimos) neste setor.

Esta questão em Ligia Silva, por exemplo, aparece no sentido da autora precisar explicar não porque os marítimos teriam sido reformistas, mas o porquê do anarco-sindicalismo dos operários do setor industrial privado. Para ela o radicalismo teria origem na suposta fraqueza da burguesia industrial nascente (o capitalismo tardio) e na sua incapacidade de assumir um papel dirigente na sociedade como um todo, incluindo a impossibilidade de "movimentar" a classe operária no sentido de utilizar o movimento operário para os seus próprios objetivos. Em contraposição, o Estado, dentro de um setor estratégico da economia, afinal era pelo porto que a produção era escoada, teve que assumir a "questão operária", investindo numa política reformista. (2)

Neste discurso, além do Estado e das classes dominantes serem os únicos agentes históricos, e absolutos, pouco importam os problemas relativos a veracidade, ou não, do dado: setor de transporte - estatal. Entre os operários do cais do porto, por exemplo, os operários estatais são praticamente inexistentes. Entre as companhias de navegação em 1919 no Rio destacavam-se: o Lloyd Brasileiro (originalmente estatal mas transformado em sociedade anônima no final desta conjuntura), a Empresa de Navegação Costeira (dos Irmãos Lage), a Companhia Comércio e Navegação do Rio de Janeiro (Pereira Carneiro) e o Lloyd Nacional (Martinelli). De fato, os trabalhadores estatais praticamente estavam limitados aos do Lloyd Brasileiro. Argumenta-se que, como este é um setor "patrocinado" pelo Estado, através de uma política de subvenções e isenções de direitos aduaneiros, na verdade seria ele que daria a dinâmica do confronto que envolvia patrões e operários.

(2) Ligia Silva, Movimento Sindical Operário na Primeira República. Campinas, Unicamp, 1977 (dissertação de Mestrado)

Temos assim uma empresa que tem como norma de conduta um gerenciamento das organizações operárias, incentivando, e fortalecendo, as figuras dos amarelos e coronéis marítimos.

Em muitos aspectos, concordo que o Lloyd (que não era mais estatal em 1920-1921) desenvolvia uma política operária diferente daquela adotada por boa parte dos industriais, como por exemplo, pela Docas de Santos. Pudemos observar que no Lloyd Brasileiro, nesta conjuntura, houve um número muito grande de manifestações operárias: greves, reclamações, acusações relativas às péssimas condições de trabalho, atrasos nos pagamentos e denúncias de existência de corrupção em sua diretoria. Sem dúvida era uma empresa muito visada, continuamente denunciada por causa de sua linha de atuação frente aos empregados. Sua influência se espalhava por todo o setor; mesmo nas greves que paralisavam outras empresas de navegação, por vezes os acordos eram firmados com o Lloyd, ou por seu intermédio (sendo na maioria das vezes patrocinado por sua direção). O Lloyd devia ter uma certa ascendência sobre as outras empresas, talvez constituísse um referencial para os salários ou normas relativas ao trabalho, tanto para os operários, quanto para os outros empregadores do setor. Em relação a sua política junto aos operários, ele promovia a criação de centros e sindicatos amarelos que visavam a desmobilização tanto dos marítimos como de outras categorias de trabalhadores de terra, como os da construção civil (como exemplo temos a criação do Centro dos Pintores ou o dos Carpinteiros)

A este respeito, a única afirmação que posso arriscar, no momento, é que o Lloyd Brasileiro realizava uma política de controle operário mais sofisticada. Pesquisas posteriores possivelmente revelem a existência deste mesmo tipo de postura em outras empresas como a Estrada de Ferro Central do Brasil mas, certamente, isto não foi uma característica só de empresas estatais. Como vimos, dentro do setor têxtil, por exemplo, existiam alguns industriais, como aqueles ligados ao Centro Industrial do Brasil, que acenavam com uma política reformista aos trabalhadores. Também é importante lembrar a existência de empresas, como a América Fabril, que criaram associações amarelas, ou a Bangu que aprimorava esquemas de gerenciamento científico da vida e até do lazer operário.

Estas tentativas, ainda pontuais, foram muito mais comuns no Rio de Janeiro que em São Paulo e prendeu-se as diferenças em termos culturais, econômicos e políticos prevaletes

nas duas cidades. A despeito destes aspectos peculiares ao Lloyd, não considero que este tipo de atuação decorra sō do fato da empresa ter uma forte ligação com o Estado. Posso lembrar de pelo menos dois argumentos nesta direção. A Docas, por exemplo, possuía um monopólio de exploração do porto de Santos que resultava de sua proximidade com os órgãos do governo federal. Seus proprietários, diretores, seus escritórios, ficavam no Rio de Janeiro e tinham um acesso muito fácil ao gabinete do Presidente da República. Sō que sua conduta frente aos trabalhadores era de total negação de negociações; a Docas não se abriu para uma política reformista. A repressão aberta era, via de regra, a única arma utilizada por esta empresa. Na greve que se inicia em dezembro de 1920 e se prolonga até princípios de fevereiro de 1921, a direção da Docas se recusa o tempo todo a reconhecer que o porto estivesse parado.

O segundo argumento diz respeito a um tipo de atitude frente a classe operária que, se não era completamente adotado por toda a burguesia carioca (era um comportamento ainda pontual), reflete uma especificidade desta cidade. Podemos ilustrar com um exemplo. Nos bairros onde moravam os marítimos e portuários do Rio de Janeiro atuava uma associação The People's Central Institute, norte-americana, que se encarregava de fazer um assistencialismo que ia desde a distribuição de alimentos, organização de festas, escolas, até a pregação religiosa, moral e, claro, da laboriosidade - do trabalho como fonte de salvação. Este instituto tentava esvaziar parte das reivindicações do sindicato e atuava sobre a família operária.(3)

Obviamente estes argumentos não esgotam as explicações do porquê do reformismo (em São Paulo, como vimos, a Igreja Católica também penetrava nos bairros populares assim como as ligas nacionalistas, etc.), mas ilustram a fragilidade da correlação reformismo- setor estatal e de transportes. Também devemos nos lembrar que, se existia uma política mais ilustrada, ou melhor, mais sofisticada na área do porto do Rio de Janeiro que permitia um comportamento reformista da parte dos trabalhadores, isto não ficava restrito a este setor. Em outras palavras, obedecia a um

(3) Sobre este instituto ver maiores informações em Marli Brito Moreira de Albuquerque, Trabalho e Conflito no Porto do Rio de Janeiro 1904-1920. Rio de Janeiro, 1983(dissertação de mestrado)

processo de conscientização de partes dos grupos dominantes que, talvez pelo próprio fato de serem mais heterogêneos que em São Paulo, forçava-os a adotar métodos mais modernos no trato com as classes populares.

Por seu lado o operariado também vivia dentro de uma heterogeneidade maior, pode-se falar no Rio das "gentes" como nos lembra Lima Barreto. Em São Paulo a distinção explorador/explorado era mais visível, mais crua e aí predominou uma ideologia de confronto direto, menos permeável as negociações e mediações.

Disto tudo, salta aos olhos, porém, a necessidade de maiores pesquisas que não sã escapem a tentação de estabelecer correlações simples entre variáveis econômicas e políticas e comportamento operário; mas que permitam o contato com o passado dos homens, de modo a se perceber como ele se constitui. Isto implica em perseguir os passos através dos quais a burguesia e o operariado chegam a se conhecer e se reconhecer como classe. Seriam os passos do pensar e do sentir de cada grupo.

O olhar retrospectivo sobre o movimento destes trabalhadores indica uma linha de atuação basicamente reformista. Em 1917 a distinção é nítida: portuários e marítimos se recusam a aderir a movimentação influenciada pelos libertários da Federação dos Trabalhadores. Quando da greve de julho a Federação Marítima Brasileira informou a imprensa que os seus quarenta mil associados, representados por doze sindicatos, não iam aderir a greve. Recusam-se a participar do movimento contra a carestia e foram sistematicamente contrários a militancia libertária independente. A União dos Trabalhadores em Estivas procurou o chefe de polícia, Aurelino Leal, negando a sua participação ou sua solidariedade ao movimento grevista (Correio da Manhã 20-07-1917)

Maria Cecília Velasco y Cruz mostrou-se intrigada com um contraste: enquanto os trabalhadores industriais privados estão nas ruas, "(...)permitindo que o discurso operário flua para um espaço público do qual em geral está ausente(...)", os portuários e marítimos "(...)repelem o protesto político em benefício da ordem (...)" (4) Todos os trabalhadores estariam sendo atingidos pela carestia, pela depreciação dos salários, mas alguns setores se mantinham passivos durante o movimento ofensivo de julho. A autora se pergunta sobre o porquê do reformismo des-

(4) M.C.V.Cruz, Amarelo e Negro: Matizes do Comportamento Operário na República Velha; R.J., IUPERJ, 1981, p.145

tes trabalhadores. Mas será que existia esta oposição tão rígida, ou melhor, será que podemos pensar num reformismo inerente aos marítimos na conjuntura de 1917 a 1921 ?

Com a Primeira Guerra Mundial o setor de navegação conheceu um período de prosperidade tendo se beneficiado com isto não só os marítimos como também os portuários. Em especial os primeiros conseguem obter algumas melhorias salariais possibilitadas pela existência dos grandes lucros que as empresas de navegação vinham obtendo. Mas com o final do conflito, a situação vai se modificando e os níveis salariais deterioram, assim como as condições de trabalho. Será principalmente a partir de 1919 que se destacarão as lutas desta categoria que conseguirão obter alguns aumentos salariais por decorrência de uma série de paralisações do trabalho (5) Esta movimentação levará os marítimos a colocarem em cheque aquela estrutura sindical reformista, a presença dos amarelos e dos famosos coronéis marítimos. Isto se dará principalmente em cima da luta pelo direito de indicação do pessoal de bordo que alguns sindicatos vão reivindicar.

Digo isto porque entendo que as reivindicações de reconhecimento sindical e de indicação de pessoal de bordo, tiveram como alvo o controle operário sobre o mercado de trabalho que estava em mãos de amarelos. Este controle não era o relativo ao ingresso de novos trabalhadores na profissão, mas controle sobre quais dos profissionais existentes teriam emprego nos navios e quais não. O reconhecimento pelo patronato de sindicatos independentes implicava na desarticulação daquela rede de relações pessoais onde se baseavam os amarelos e coronéis marítimos. Por este motivo privilegiei o estudo do movimento destes trabalhadores, além do fato de que, em alguns momentos, algumas categorias de marítimos ousaram sonhar com a Anarquia. Isto demonstra que não houve uma tendência reformista inerente ao setor; no final da conjuntura os marítimos se envolveram num movimento que tinha, pelo menos inicialmente, e potencialmente, uma tendência radical, de confronto com o poder.

A neutralização desta tendência foi fruto, entre outras causas, da existência de um entrosamento consideravelmente forte do Estado com o empresariado do setor (que se reforçava com a presença do Lloyd Brasileiro) e que ia além da mera ação repressiva. A repressão ao movimento operário independente tornava

(5) Dados em Ligia Silva, op.cit. em especial o capítulo três.

-se especialmente eficaz devido a este entrosamento, um dos exemplos foi a greve dos operários associados a União dos Trabalhadores do Caes do Porto. Em julho de 1920 o Superintendente da "Compagnie du Port" despediu todos os diretores daquela União com a visível intenção de desorganizar o sindicato que vinha realizando pressões no sentido da introdução de mudanças no regime de trabalho. Iniciada a greve pela readmissão dos companheiros que haviam sido dispensados, o árbitro na questão foi o Presidente da República. Isto ocorreu graças a intervenção do coronel marítimo Euzébio Rocha - o mãozinha - que promoveu o encontro dos grevistas com Epitacio que terminou o conflito, readmitindo todos os operários, mas proibindo-lhes a reabertura do sindicato.

Neste movimento, bem como em outros que se seguirão até 1921, ficou clara a existência de um esforço patronal e oficial no sentido de prejudicar as tentativas de organização independentes dos trabalhadores. Nem sempre, porém, foram eficientes na despolitização dos sindicatos sô pelos meios indiretos. Primeiro tiveram que derrotá-los na maioria das vezes pela completa degola de seus membros (no que eram ajudados pelas facilidades existentes para uma ação repressiva aberta e pela situação do mercado de trabalho que permitia a substituição dos trabalhadores grevistas e o restabelecimento da "normalidade" do trabalho nos navios) para depois implantarem ou recolocarem os amarelos em seus lugares.

Estas ofensivas temdem a tornar-se cada vez mais frequentes quanto mais nos aproximamos do final do ano de 1920 e inícios de 1921 frente a escalada dos marítimos e portuários em direção a um movimento independente. Neste período as denúncias ao amarelismo de algumas associações tornam-se cada vez mais frequentes. Um dos exemplos é o caso do Grêmio dos Maquinistas da Marinha Civil, um sindicato amarelo, que controlava o embarque dos associados nos navios segundo os interesses dos patrões:

"(...)protela-se por todas as formas o envio dos associados do Grêmio, para que o número de desempregados vá crescendo até que os maquinistas desertem do Grêmio, e sejam obrigados a pedir emprego oferecendo-se por menor ordenado aos armadores (...)" (Voz do Povo 29-09-1920)

Um dos motivos da emergência do movimento contrário a ação dos amarelos prendeu-se ao esforço que os libertários viam desenvolvendo para penetrar neste setor com a criação da Fe-

deração dos Marítimos e Classes Anexas. O apelo dos libertários foi sentido e desenvolveu-se todo um esforço para a mudança da orientação sindical e desenvolvimento de um espírito comunitário e não setorizado entre os marítimos e terrestres:

"É preciso que nos convençamos de uma vez por todas de que não somos mais nada menos que assalariados e como isso irmão e dependente dos nossos companheiros terrestres (...). Faz-se mister que percamos este tolo e errôneo preconceito de quereremos ser "únicos" sem coadjuvação dos demais, assim como quereremos ser sô a vencer nossas dificuldades. Este amor próprio que por desgraça nossa sentimos com respeito aos nossos companheiros terrestres, e que, malevolamente, vive sendo aguçado por meia dúzia de politiqueros que proliferam em nosso meio, já é tempo de procurarmos bani-lo, e fazermos dele uma arma de combate, não contra os nossos irmãos de sofrimentos tão solícitos a nos prestigiar e socorrer mas contra estes indivíduos que em nosso meio vivem"

(Voz do Povo 26-09-1920)

Entre os marítimos, após a criação da Federação de orientação libertária, o primeiro movimento que se dá sem a intervenção dos coronéis foi em agosto de 1920 na greve dos taifeiros, cozinheiros de bordo e padeiros do Lloyd Brasileiro, que se iniciou em 19 de agosto e durou 42 dias. O Centro Marítimo dos Empregados em Câmara reivindicava a jornada de oito horas, o privilégio de indicar o pessoal de bordo, o reconhecimento do sindicato, etc.. A greve chegou a se alastrar por outras companhias de navegação mas o seu desfecho foi o acordo feito por uma comissão de marinheiros e o Lloyd em que este atendia boa parte das reivindicações. No decorrer da luta os operários chegam a montar um restaurante que servia refeições aos marítimos parados. A repressão foi intensa, contando com muitas prisões (inclusive os membros da diretoria do Centro) e invasão do sindicato.

A mobilização dos marítimos continuará até junho de 1921 e esteve centrada principalmente nesta categoria. Em dezembro de 1920 eles voltam a se agitar pelo cumprimento do acordo feito com o Lloyd no final da última greve da categoria. Exigia-se o desembarque dos crumiros que haviam sido admitidos nos serviços de bordo. O sindicato, por intermédio de uma comissão, promovia o desembarque dos crumiros e providenciava o embarque de seus associados. Mas esta medida vinha dando motivos a uma série

de incidentes e prisões dos membros da comissão.

Este movimento vai-se arrastando isoladamente a despeito dos esforços da Federação dos Marítimos que tentava generalizar a greve entre seus associados. Ainda em fins de janeiro de 1921 condenava-se a ação dos "leaders" e dos "políticos profissionais" no seio da classe. Mas em fevereiro alastra-se o movimento com a adesão dos marinheiros e remadores. Após 48 horas da entrada em greve da Associação dos Marinheiros e Remadores, quase todas as associações de terra e mar se manifestam solidárias e, grativamente, vão aderindo os outros sindicatos componentes da Federação dos Marítimos que decreta a greve geral destas categorias.

Paralelamente, a União dos Operários em Construção Civil que vinha se mantendo já a algum tempo em agitação, entra também em greve. Este sindicato tenta "puxar" um movimento em solidariedade aos marítimos da parte dos sindicatos de terra, e não espera a decretação da greve pela Federação dos Trabalhadores:

"A nossa solidariedade para com os marítimos há de ser um fato contra a vontade dos nossos adversários. Precisamos mostrar, aos que ainda dominam o Brasil, a força da nossa organização. Havemos de ir até o fim, até a vitória do proletariado! Devemos ir à revolução, à destruição de tudo o que impede que nos libertemos..." (Correio da Manhã 10-02-1921)

A intenção da União é clara, tenta-se adentrar pelos caminhos revolucionários. Alguns dias após este posicionamento, a polícia toma de assalto o sindicato, auxiliada por soldados da infantaria, cavalaria e "esbirros de toda sorte", além do Corpo de Bombeiros. Antes disto a polícia havia passado pela Associação dos Marinheiros e Remadores mas não chegou a tomá-la. Mais tarde a construção civil se reúne na sede da Resistência dos Cocheiros, Carroceiros e Classes Anexas e a polícia ordena a dissolução da assembléia e a evacuação do salão. Em resposta a esta atitude agressiva, todas as categorias de trabalhadores se reúnem e as federações permanecem em sessão permanente criando um comitê central que acaba por decretar a greve geral. Mas antes que fossem efetuadas as articulações necessárias para a paralisação geral, a polícia começa a prender os trabalhadores, em especial os militantes que são enviados ou para a Colônia Correccional, ou são deportados. As autoridades ordenam abertamente a repressão a parede. Os trabalhadores voltam atrás e suspendem a greve geral. O governo já havia mandado prender e processar todos os associados da União dos Operários em Construção Civil. Ainda, neste momento, explodem

algumas bombas que tornam "justificáveis" as medidas repressivas.

No porto também a repressão é intensa. Os taifeiros que já haviam entrado no movimento bastante enfraquecidos pela última greve (quando tiveram a sede do sindicato assaltada e arrebatada pela polícia, além de terem sofrido a perseguição e aprisionamento de vários de seus membros) estavam muito debilitados. Quando os marinheiros aderem, reanima-se a agitação, mas logo se retraem:

"(...)aterrorizados com a intensidade e desdobramento da luta e o aniquilamento imprevisto e prematuro dos reforços que contavam como decisivos (greve geral), os marinheiros pensaram em recuar para as primitivas posições, tendo entretanto uns restinhos de dignidade e escrúpulos em abandonar os taifeiros."

(A Plebe 18-06-1921)

Neste momento entram os foguistas na luta - dia 17 de março. Somam-se ao todo mais de 15.000 grevistas. Os foguistas reivindicavam: aumentos salariais, jornada de oito horas, melhorias nas condições de trabalho e observância dos estatutos da Sociedade União dos Foguistas (este regulamento estava sendo observado até a administração anterior do Lloyd).

O Estado, como de costume vai substituindo o pessoal de todas as companhias, colocando os navios em movimento até com a utilização de foguistas da marinha de guerra.. O Ministro da Marinha suspendeu a exigência de licença para embarque e o Lloyd, após enviar uma proposta de acordo para a Associação dos Marinheiros e Remadores, que foi recusada, anunciou que a greve tinha terminado, que a frota estava em movimento e que o problema era da própria Associação que não estaria seguindo a vontade da categoria que seria a favor do término da greve.

Apesar de quase todas as outras associações marítimas estarem reivindicando melhorias, nem todas aderem à greve. Como exemplo de atitude diversa temos o Grêmio dos Maquinistas da Marinha Civil que manteve um diálogo com o Ministro da Viação - Pires do Rio - pleiteando a diminuição das horas de trabalho e aumentos de vencimentos. (6)

(6) Este Grêmio se caracterizou em toda a conjuntura pela ação dos amarelos. Em abril de 1920 um grupo de maquinistas faz um pro

Até o final de março a greve prossegue praticamente sem negociações, até que no dia 29 houve um encontro entre o diretor do Lloyd (Buarque de Macedo), o Ministro da Viação e o "consultor jurídico das várias associações marítimas", o deputado Afrânio de Mello Franco. Neste contato envolveram-se também alguns jornalistas, já era a velha política de manipulação dos sindicatos do porto que se fazia sentir, junto com os amarelos. Como resultado deste encontro ficou a promessa do governo de construir casas para os marítimos. O jornal A Vanguarda (13-05-1921) aponta o esvaziamento da direção libertária:

"Desde o momento em que vimos a intervenção dos tais cavadores advogados das associações marítimas em confabulações com os diretores das empresas de navegação e com o Ministro da Viação, já algum resultado desastroso para os marítimos ou o seu completo fiasco (...)"

A perda de influência dos libertários neste movimento se caracterizará também pela aproximação da alternativa do nacionalismo, que já vinha se enraizando no operariado. São contrapostos, de um lado o anarquismo (internacionalismo), de outro, o nacionalismo. Em 1919 e 1920 foram fundadas no Rio de Janeiro (e em São Paulo), muitas vezes em continuação aquelas criadas durante a guerra, algumas instituições que se dedicaram a estimular e propagar os ideais nacionalistas. Alguns exemplos são: a Ação Social Nacionalista, a Defesa Social Nacionalista, a Cruzada Social, a Legião da Mulher Brasileira, a Liga de Defesa Nacional, o Centro Acadêmico Nacionalista, a Liga da Boa Imprensa e muitos outros.

Estas instituições, que se dedicaram a pregação patriótica, tinham uma função clara que os militantes libertários insistiram em desvendar: a contenção e enquadramento do movimento operário dentro de limites onde fosse possível o seu controle pelas classes dominantes. Em relação a Ação Social Nacionalista, o jornal A Plebe é categórico neste sentido; quando da sua fundação:

"(...)por conspícuos políticos do Rio de Janeiro u-

(6) continuação da página anterior

testo contra seu presidente por dois motivos: pela sua participação ao lado dos coronéis marítimos no caso da greve da Leopoldina; e porque acusavam-no de ter-se vendido no ano anterior quando houve uma tentativa patronal de acabar com o sindicato. (Voz do Povo 11-04-1920)

ma instituição destinada a contrapor a sua obra de patriotismo, de nacionalismo e de nativismo, tudo isto puro chauvinismo e do mais extremado, a obra de propaganda social, ao trabalho de organização sindical e de arregimentação associativa levada a cabo pelos operários (...) Com a idéia de patriotismo, a burguesia, em lugar de incorporar o operariado a civilização e a sociedade de que faz parte, pretende mantê-lo indefinidamente na ignorância e preso a exploração" (A Plebe 8-05-1920)

A preocupação com a chamada "questão social" é uma constante e fundamenta a ação destas ligas. Em fevereiro de 1920 em São Paulo, por exemplo, o Dr. Frederico Vergueiro Steidel, presidente da Liga Nacionalista, nomeou uma comissão, formada por nomes de destaque no mundo dos negócios, como Francisco Morato, Jorge Street e Mario Pinto Serva para se pronunciarem a respeito de uma moção apresentada por A.A. de Covello sobre a questão social no Brasil (O Estado de São Paulo 29-02-1920). Aliava-se o patriotismo a resolução da questão social, assim como ele era ligado a questão da saúde e do saneamento. Ainda em 1920 o Centro Acadêmico "Oswaldo Cruz" desenvolvia uma campanha com o fim de reabrir por sua própria conta os postos de profilaxia da sífilis. Para isto, organizam um bando precatório que percorreu a cidade com cartazes que pregavam:

"Pela saúde dos pobres; pela grandeza da Pátria; Vós que tendes dinheiro e não tendes sífilis, ajudai-nos a socorrer os que têm sífilis e não têm dinheiro" (O Combate 30-08-1920)

Este movimento que se caracterizava por uma ingenuidade na vida e no pensamento das classes populares marcará a sua parcela na derrota dos marítimos em junho de 1921; mais que isto, neste momento marca-se os limites da ação dos libertários no seio de um operariado já contagiado em alguma medida pelo pensamento nacionalista. A negação dos ideais de luta libertários se concretizará quando membros da Associação dos Marinheiros e Remadores vão até o jornal O Dia para declarar que não eram anarquistas e sim nacionalistas. Desta forma isolava-se a tendência mais radical que se localizava principalmente entre os taifeiros, culinários e panificadores marítimos.

A intromissão dos nacionalistas promoverá o acordo que finaliza a greve. As negociações se deram entre Delamare, o chefe da Ação Social Nacionalista, e o Presidente Epitacio Pessoa. Os libertários tomaram este acordo como uma traição:

"Já me eram insuportáveis, no entanto, as notícias dos jornais, dizendo que nas assembleias dos grevistas, os oradores sistematicamente, aludiam ao 'patriotismo' próprio da classe, ou dos mediadores e armadores.

"Invocaram o patriotismo para obterem compaixão e vencerem a greve, agora invocam o sedição, falho, e comprovadamente nulo patriotismo, para perderem a greve, 'honrosa e patrioticamente'.

"Parece aquela história das beatas, que prometem uma vela a um santo qualquer para ganharem no bicho e que, perdendo, acendem a mesma vela, para que não se despeite e conceda o favor de outra vez" (A Plebe 18-06-1921)

E no ápice do que foi considerado e comentado pelos trabalhadores como uma grande derrota, foi feita uma manifestação ao Presidente, no Catete, em agradecimento pela sua participação nas negociações que praticamente nenhum proveito trouxe aos grevistas. Esta manifestação foi amplamente noticiada pela Grande Imprensa apesar dos protestos dos taifeiros, culinários e panificadores marítimos (e também dos marinheiros) que declararam não terem se envolvido nela. Segundo A Vanguarda (23-6-1921) foram os maquinistas e os foguistas, as categorias mais prejudicadas pelo acordo, que engrossaram a manifestação.

Como na greve dos ferroviários da Leopoldina, foi com a intervenção de "elementos estranhos à classe" (como eram chamados os amarelos, políticos e nacionalistas) que se encontrou o desfecho das paralisações. Finais de luta em que a derrota foi sofrida duplamente: pelos libertários de terra que almejavam a unificação do movimento operário carioca e que são praticamente abatidos pelo envolvimento que tiveram com estas greves; e pelos marítimos, que não ganharam a batalha com os amarelos.

Penetrar na política do porto, vencer o amarelismo existente entre os marítimos, não foi uma idéia consumada pelos libertários. Mas será que os marítimos do Rio de Janeiro foram eminentemente reformistas, ou amarelos? Considero que o insucesso de uma categoria pertencente a uma classe vencida (diariamente) não nos diz muito sobre a sua consciência ou sobre o seu poder de sonhar. A história da classe operária foi, muitas vezes, um sucesso de planos que não se concretizaram, de homens que foram ven-

cidos pelos fatos. A contemplação somente do êxito e o esquecimento a respeito das tentativas que foram esboçadas e das possibilidades que se abriram, é uma atitude que pode ser conveniente, mas que acaba por se distanciar da idéia de uma história como algo que se constrói no seu "dia a dia". Se a medida for o êxito, porque estudar a história das classes dominadas ?

Concluindo, não vejo motivos para insistir na divisão amarelos e negros (operários de terra e de mar, ou de serviços e industriais, ou estatais e privados) tomando esta condição como ponto de partida para a reflexão histórica. Da mesma forma como existiam sindicatos reformistas e amarelos entre os marítimos, registra-se o mesmo em terra. Circunscrever uma origem, no caso, identificar o reformismo com o tipo de trabalho - setor de serviços versus industrial - ou com a origem étnica, ou com a ligação com o Estado (setor privado versus estatal), prende-se a uma história que prefere identificar os resultados, ou melhor, no fundo o que é virtual, com o que se insiste em colocar na origem. "(...)o ser histórico ultrapassa o ser simplesmente vivo porque ele pode dar novas respostas às 'mesmas' situações ou então criar novas situações" (7) Refletir sobre posições políticas, alternativas sindicais ou consciência de classe, implica em pensá-las como algo que aparece num campo que, além de imprevisível, se circuncreve dentro daquilo que Cornelius Castoriadis chama de poder "criador" das classes. Não podemos pensar a história segundo um determinismo que tem implícito a negação exatamente deste poder criador; penso que seja isto que o exame do movimento operário nesta conjuntura pôde ensinar. É impossível deduzir o comportamento destes operários a partir de alguma relação de causalidade.

Ao partir destas determinações, os trabalhos historiográficos existentes acabaram, muitas vezes, por se transformar em meras análises críticas das orientações. Ao insistir nesta linha de trabalho, constrói-se uma "ética do sucesso". A história destes trabalhadores foi um suceder de conflitos, de agrupamentos, mudanças de orientação e direção. Não foi um contínuo que indicasse que sô seria possível aos trabalhadores dobrarem a cabeça diante de algum poder, seja da burguesia ou de alguma vanguarda.

(7) Cornelius Castoriadis, A Instituição Imaginária da Sociedade, R.J., Paz e Terra, 1982. p.58

Uma Brilhante Utopia - conclusão

Antes que reclamem que este título é muito vago, vou esclarecê-lo. O sonhar libertário foi uma utopia - algo próximo do mítico. Mas foi uma daquelas vontades que fazem com o estudo da história do movimento operário tenha algum sabor para o estudante candidato à Academia. Sem alguma valorização pessoal em relação a este sonhar, que foi também notavelmente moralista, disciplinador e utópico, seria impossível encontrar alguma razão, que não meramente acadêmica, para esta Dissertação.

O moralismo e o dogmatismo que impregnaram o discurso e a ação destes operários são inegáveis. Foram tão fortes que, ao realizar a pesquisa e decidir os recortes, enfim, ao relatar a aventura libertária, me recusei, quase que totalmente, a comentá-los. Decidi por valorizar a resistência e indicar algumas pistas para os motivos que levaram os trabalhadores a sucumbirem. É importante notar que, apesar das aparências e de alguns "deslizes", não tive a intenção de fazer uma recuperação, ou uma exaltação, do anarquismo. Pelo contrário, só tentei salientar que, com esta ideologia, apesar dela e dos seus limites, este foi um momento de constituição da classe operária.

Os momentos em que os trabalhadores aparecem como classe, são aqueles em que eles se recusam, coletivamente, à dominação. Falo em momentos de constituição porque esta recusa assume formas limitadas e diferentes nos diversos tempos e lugares. O que existe de comum entre eles é aquilo que apavora os governantes e mantém tensos os empreendedores e exploradores; é algo coletivo, e frequentemente inexplicável. Uma revolta que, além da negação do poder, passa pela crítica das instituições que o conformam. É algo que pode ter o seu aparecimento ligado ao trabalho organizatório dos militantes operários, mas que nem eles próprios têm domínio.

Avaliar a história do movimento operário nos anos de 1917 a 1921 no Rio de Janeiro e São Paulo, mostrou que é impossível ligar o ascenso das lutas a uma causa, ou a um conjunto delas. Sempre sobra aquele componente de indeterminação. Isto porque vem do coletivo que é, basicamente, circunstancial e virtual. Porque em julho de 1917, por exemplo, as respostas do movimento operário são diferentes no Rio de Janeiro e em São Paulo ?

Refletir acerca daqueles trabalhadores que pararam as máquinas, ou as boicotaram; diminuíram seus ritmos, impediram suas velocidades; transformaram os bairros e as cidades em espaços públicos, os politizaram; criaram espaços; refletir sobre eles é reconhecer as suas vontades. O que os fez objeto de atenção do historiador é que em meio a sua heterogeneidade, apesar de destinados à submissão, a laboriosidade, é que eles, em alguns momentos, se permitiram ter vontades. Isto apareceu de maneiras diferentes nas duas cidades e em cada categoria profissional (ou mesmo dentro de cada uma). Privilegiar, portanto, a diferença dos motivos e das ocasiões, não igualar o que é desigual, significa entender classe no seu sentido histórico e não como algo dado à partir de alguma determinação objetiva.

De modo oposto, no entanto, tendi a encarar a questão do descenso. Embora não seja direta e simplesmente causal, a revolta foi amainada, a dominação se impôs. Este sentido me pareceu óbvio e transparente, embora igualmente complexo. Se efetivou de modo não só repressivo, mas também pela introjeção de valores e crenças (através da construção da alternativa nacionalista, da religiosidade, do sindicalismo amarelo, das instituições beneficentes, das escolas, etc.). A dominação imposta foi auto-justificada, ou melhor, assumiu-se valores que levavam ao auto-controle, à aceitação da vida de exploração, e o capital. Claro que a dominação não se colocou por completo, em definitivo; as lutas prosseguirão pela década de vinte, mas num ritmo diferente, por vezes em esferas distintas, com resistências e ideologias operárias diversas. Creio que este final de conjuntura marcou os limites do sonhar libertário. Ele foi provado pelos valores religiosos, pelo nacionalismo, pelo pragmatismo, o reformismo, por uma política de corrupção que sustentava amarelos e coronéis marítimos, pelo gerenciamento científico, etc..

Foi uma provação que refletiu muito mais a extensão da introjeção dos valores dominantes nos trabalhadores e o "poder do capital" em se impôr, do que os limites teóricos, estratégicos ou táticos da ideologia anarquista e sindicalista revolucionária. No meu entender, é absurda a pergunta a respeito da não adoção de outra ideologia revolucionária, nestes anos. Simplesmente ela não ocorreu.

O sonhar libertário, para nós dos anos oitenta, foi moralista, ético, dogmático. Mas possivelmente menos do que os valores burgueses da sociedade da época. Foi um sonhar razoavel-

mente flexível, que permitiu que as lutas assumissem diversas formas através do tempo (ligas de bairro, comissões de fábrica, sindicatos, greves, comícios, escolas, orquestras, teatros, grupos de estudo e de propaganda, ligas de inquilinos, comitês, etc.) e refletiram um entendimento e informação a respeito da conjuntura nacional e internacional (os militantes conheciam outras ideologias operárias como o comunismo e o socialismo).

Não formaram um grupo de desgarrados da Revolução Industrial, não foram sô utopistas de uma sociedade de pequenos produtores independentes, igualitária, sem conflitos. Pelo contrário, foram tragados pelo progresso, pelas máquinas, pelo taylorismo, pela legislação trabalhista, a heteronomia sindical, e depois, pelo Estado Novo. Perdedores, porém, sustentaram uma bandeira negra de autonomia, liberdade e igualdade. Por tudo isto, foram abatidos.

Em São Paulo a extensão da influência libertária no movimento operário foi maior que no Rio de Janeiro. Não apresento, novamente, respostas para a diferença; somente verifiquei a não veracidade das explicações usuais, do tipo origem étnica do operariado, setor econômico ou capital estatal versus privado. Constattei uma diversidade entre as duas cidades. Algo que deverá ser apreendido nos distintos processos de constituição, na relativamente maior variedade de ocupações profissionais no Rio de Janeiro, na também relativa maior importância das atividades prestadoras de serviços (comércio, transporte e administração), da composição dos grupos dominantes, do peso das atividades econômicas, etc.. Tudo isto forma um todo que reflete aquele modo carioca de ser e que é distinto do paulistano. Este jeito carioca comporta uma maior diversidade, heterogeneidade, e ficou impresso na resistência operária. Isto também se deu com o patronato, o Estado, o eleitorado, a polícia, etc..

Além da necessidade de maiores pesquisas para que possamos arriscar algumas explicações (como, por exemplo, um aprofundamento a respeito das políticas municipais em relação as classes populares), tenho claro que qualquer hipótese não deve partir de um determinismo qualquer, seja do econômico, ou do político, ou das orientações do movimento operário; deve implicar na recusa da aquela postura confortável, mas errônea e violenta, que procura colocar as singularidades do passado dentro de um modelo universal. É reconhecer as diferenças em todos os níveis e não forçar a concordância. Aliás, mesmo em condições extremamente semelhantes, são

possíveis (e efetivamente ocorrem) respostas diferentes dos grupos e das classes sociais. Este é o seu historicismo; assemelha-se mais a um jogo de dados, a história explode as regras da previsibilidade do futuro e do passado... E por ser assim, tive como correto considerar estes anos como potencialmente revolucionários; os dados lançados, por alguns instantes, ameaçaram. Caídos em terra, porém, vingou a dominação...

Também não guardo nenhuma ousadia de considerar que tenha esgotado os possíveis mergulhos neste passado; compreender esta história em toda a sua complexidade significaria ter que dissecá-la, transformá-la num cadáver. A história é viva. O velho quando olha para a sua vida e faz um balanço dos fatos positivos, dos maus caminhos, dos desenganos, só o faz porque está próximo da morte. Ao ficar imaginando como poderia ter sido se outras tivessem sido as escolhas, ele se coloca num papel de quem conhece a totalidade, de quem sabe a verdade. Saber toda a verdade significa a morte da história.

BIBLIOGRAFIALIVROS

- ALBUQUERQUE, M.B.M. - Trabalho e Conflito no Porto do Rio de Janeiro (1904-1920). R.J., 1983 (Dissertação de Mestrado)
- ARVON, H. - El Anarquismo. Buenos Aires, Paidós, 1971
- BANDECCHI, B. - "Liga Nacionalista" in Cadernos de História, 14 1980
- BANDEIRA, M., MELO, C., ANDRADE, A.T. - O Ano Vermelho - A Revolução Russa e seus Reflexos no Brasil. R.J., Civilização Brasileira, 1967
- BARROS, M.S.L. - As Mulheres e o Anarquismo no Brasil. Campinas, Unicamp, 1979 (Dissertação de Mestrado)
- BARRETO, Lima - Triste Fim de Policarpo Quaresma. R.J., Mérito, 1948
- Clara dos Anjos. R.J., Mérito, 1948
- BEIGUELMAN, P. - Os Companheiros de São Paulo. São Paulo, Símbolo, 1977
- BODEA, M. - A Greve Geral de 1917 e as Origens do Sindicalismo Gaúcho. Porto Alegre, L&PM, 1979
- BRANDÃO, O. - Combates e Batalhas. S.P., Alfa-Omega, 1978
- BRESCIANE, M.S.M. - Londres e Paris no Século XIX. S.P., Brasiliense, 1982
- CANO, W. - Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. S.P., Difel, 1977
- CAPELATO, M.H., PRADO, M.L. - O Bravo Matutino. S.P., Alfa-Omega, 1980
- CARDOSO, F.H. - "Proletariado no Brasil - Situação e Comportamento" in Mudanças Sociais na América Latina. S.P., 1977
- CARONE, E. - A República Velha (Instituições e Classes Sociais). S.P., Difel, 1970
- Movimento Operário no Brasil (1877-1944). S.P., Difel, 1979
- CASTORIADIS, C. - A Instituição Imaginária da Sociedade. R.J., Paz e Terra, 1982

- COLE, G.D.H. - Historia del Pensamiento Socialista, México
- DAMIANI, Gigi - I Paesi nei quali non si deve emigrare - la Questione Sociale nel Brasile. Milão, Umanità Nova, 1920
- DEAN, W. - A Industrialização de São Paulo. S.P., Difel, 1971
- DECCA, E.S. - A Ciência da Fábrica: o Mundo de Cabeça para Baixo. Campinas, Unicamp, 1983 (mimeo)
 - O Silêncio dos Vencidos. S.P., Brasiliense, 1981
 - O Nascimento das Fábricas. S.P., Brasiliense, 1982
- DIAS, E. - História das Lutas Sociais no Brasil. S.P., Editora Edaglit, 1962
- DULLES, J.W.F. - Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900-1935) R.J., Nova Fronteira, 1977
- ENGELS, F. - A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra. Porto, Afrontamento, 1975
- FAORO, R. - Os Donos do Poder. S.P., Globo/Edusp, 1975
- FAUSTO, B. - Trabalho Urbano e Conflito Social (1890-1920) - S.P., Difel, 1976
 - "Conflito Social Urbano na República Oligárquica: a Greve de 1917" in Estudos Cebrap nº 10, 1974
- FERREIRA, M.N. - A Imprensa Operária no Brasil (1880-1920). Petrópolis, Vozes, 1978
- FISHLOW, A. - "Origens e Consequências da Substituição de Importações no Brasil" in Estudos Econômicos nº 2, 1972
- FOUCAULT, M. - História da Sexualidade: a vontade de saber. R.J., Graal, 1977
 - Microfísica do Poder. R.J., Graal, 1979
- GAGNEBIN, J.M. - Walter Benjamin - Os Cacos da História. S.P., Brasiliense, 1982
- GATTAI, Z. - Anarquistas, Graças a Deus. R.J., Record, 1980
- GOMES, A.M.C. - Burguesia e Trabalho: Política e Legislação Social no Brasil (1917-1937). R.J., Editora Campus, 1979
- GORDON, E. - Anarchism in Brazil: Theory and Practice 1890-1920 Tulane University, 1978 (PhD. Dissertation)
- HALL, M.M. - "Imigração e Classe Operária em São Paulo". Campinas, Unicamp (mimeo)

- "Italianos em São Paulo (1880-1920) in Anais do Museu Paulista S.P., Tomo XXIX, 1979
- HALL, M.M. e PINHEIRO, P.S. - A Classe Operária no Brasil (1889-1930). S.P., Alfa-Omega, 1979 2 volumes
- "On Widening the Scope of Latin American Working-Class History: Some General Considerations and a Brazilian Case Study". New York, 1983 (mimeo)
- "The Clartê Group in Brazil" in Le Mouv. Soc. n°111, 1980
- HARDMAN, F.F. - Nem Pátria, Nem Patrão ! (Vida Operária e Cultura Anarquista no Brasil) S.P., Brasiliense, 1983
- HOBBSBAWN, E.J. - Os Trabalhadores. R.J., Paz e Terra, 1981
- JOHNSON, R. - "Edward Thompson, Eugene Genovese and Socialist-Humanist History" in History Workshop
- KEREMITSIS, E. - The Early Industrial Worker in Rio de Janeiro (1890-1930). New York, Columbia University Press, 1982 (PhD. Dissertation)
- KHOURY, Y.A. - As Greves de 1917 em São Paulo e o Processo de Organização Proletária. S.P., PUC, 1978 (Dissertação de Mestrado)
- As Greves de 1917 em São Paulo. S.P., Cortez, 1981
- KRIEGEL, A. e outros - "Sources et Méthodes pour une histoire sociale de la classe ouvrière" in Le Mouv. Soc. n°40, 1962
- KOVAL, B. - A Grande Revolução de Outubro e a América Latina. S.P., Alfa-Omega, 1980
- LEUENROTH, E. - Anarquismo: Roteiro de Libertação Social. R.J., Mundo Livre, 1963
- LOBO, E.M.L. - História do Rio de Janeiro. R.J., IBMEC, 1978 (2 volumes)
- LOBO, E.M.L. e outros - "Estudo das Categorias Sôcio-Profissionais, dos Salários e do custo de alimentação no Rio de Janeiro de 1820 a 1930" in Revista Brasileira de Economia, vol.27, n°4, 1973
- LUXEMBURGO, R. - Greve de Massas, Partidos e Sindicatos. S.P., Cairôs, 1969
- MACCONARTY, J. - The Defense of the Working Class in the

- Brazilian Chamber of Deputies, Tulane University, 1973
(M.A. Thesis)
- MAGNANI, S.I.L. - O Movimento Anarquista em São Paulo (1906-1917). S.P., Brasiliense, 1982
- MARAM, S.L. - Anarquistas, Imigrantes e Movimento Operário. R.J., Paz e Terra, 1978
- "Urban Labor and Social Change in the 1920's" in Luzo-Brazilian Review vol.16, nº2, 1979
- MARX, K. - Le Capital. Ed. Sociales, 1962
- MACHADO, A.A. - Novelas Paulistas. R.J., J.Olympio, 1973
- MAURA, J.R. - La Rosa de Fuego. Barcelona, 1975
- NIETZSCHE, F. - Os Pensadores. S.P., Abril Cultural, 1978
- NOGUEIRA, O. - O Desenvolvimento de São Paulo: Imigração Estrangeira e Nacional. S.P., CBPU, 1964
- OITICICA, J. - Ação Direta (Meio Século de Pregação Libertária) R.J., Germinál, 1970
- PEREIRA, A. - A Greve da Leopoldina. R.J., Coleção Spartacus, 1920
- PEREIRA, A. - "Lutas Operárias que antecederam a fundação do PCB" in Problemas nº 39, 1952
- PEREIRA, L. - Trabalho e Desenvolvimento no Brasil. S.P., 1965
- PERRROT, M. - "Mouvement Ouvrier et Conjonctures économiques" in Le Mouv. Soc. nº 48, 1964
- "Grèves, grévistes et conjoncture: vieux problème" in Le Mouv. Soc. nº 63, 1968
- PINHEIRO, P.S. - "Trabalho Industrial no Brasil: uma revisão" in Estudos Cebrap nº14, 1975
- "Mr. Dulles Rides Again" in Estudos Cebrap nº 9, 1974
- "O Proletariado Industrial na Primeira República" in História Geral da Civilização Brasileira. S.P., Difel, 1977 vol. 9
- ROCK, D. - "Lucha Civil em la Argentina. La Semana Tragica de enero de 1919" in Desarrollo Económico Nº 42-44, 1971-1972
- "La Semana Tragica y los Usos de la Historia" in Desarrollo Económico nº 45, 1972

- RODRIGUES, E. - Socialismo e Sindicalismo no Brasil. R.J., Laemmert, 1969
- Nacionalismo e Cultura Social 1913-1922. R.J., Laemmert, 1972
- Trabalho e Conflito: pesquisa (1906-1937). R.J., Arte Moderna, s.d.
- Alvorada Operária. R.J., Mundo Livre, 1979
- ABC do Anarquismo. Lisboa, Assírio Alvim, 1975
- RODRIGUES, J.A. - Sindicato e Desenvolvimento no Brasil. S.P., Difel, 1978
- RODRIGUES, L.M. - Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil. S.P., Difel, 1966
- (org.) Sindicalismo e Sociedade. S.P., Difel, 1968
- Trabalhadores, Sindicatos e Industrialização. S.P., Brasiliense, 1974
- ROLNIK, R. - Cada um em seu Lugar. S.P., USP, 1981 (Dissertação de Mestrado)
- RIBEIRO, M.A.R. - Condições de Trabalho na Indústria Têxtil (1870-1930). Campinas, Unicamp, 1980 (Dissertação de Mestrado)
- SAES, D.A.M. - Classe Média e Política na Primeira República Brasileira. Petrópolis, Vozes, 1975
- SEVCENKO, N. - Literatura como Missão. S.P., Brasiliense, 1983
- SCHMIDT, A. - São Paulo dos meus Amores. S.P., Clube do Livro, 1954
- Obras. S.P., Brasiliense, s.d. (10 volumes)
- A Fornalha. S.P., 1923
- SILVA, L. - Movimento Sindical Operário na Primeira República. Campinas, Unicamp, 1977 (Dissertação de Mestrado)
- SILVA, S. - Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil. S.P., Alfa-Omega, 1976
- SIMÃO, A. - Sindicato e Estado. S.P., Ática, 1981
- THOMPSON, E.P. - La Formacion Historica de la Clase Obrera In glaterra: 1780-1832. Barcelona, Editorial Laia, 1977
- Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase ; Estudios sobre la crisis de la sociedad pre-industrial. Barcelona, Critica/Grijalbo, 1979

- VELASCO Y CRUZ, M.C. - Amarelo e Negro: Matizes do Comportamento Operário na República Velha. R.J., IUPERJ, 1981 (Dissertação de Mestrado)
- VERSIANI, F.R. e VERSIANI, M.T. - "A Industrialização Brasileira antes de 1930" in Estudos Econômicos nº 5, 1975
- VEYNE, P. - "A História Conceitual" in História: Novos Conceitos
- VILLELA, A. - Surto Industrial durante a Guerra de 1914-1918. R.J., 1974
- VILLELA, A. e SUZIGAN, W. - Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira (1889-1945). R.J., 1973
- WEFFORT, F.C. - Sindicato e Política. S.P., USP, 1973 (Tese de Livre-Docência)
- WOODCOCK, G. - Anarchism. New York, 1962

JORNAIS, REVISTAS, BOLETINS, OUTROS DOCUMENTOS

O JORNAL

O COMBATE

O ESTADO DE SÃO PAULO

CORREIO DA MANHÃ

JORNAL DO COMÉRCIO

GUERRA SOCIALE - S.P., Ed. Ângelo Bandoni, 1915/1917

A PLEBE - S.P., Ed. Edgard Leuenroth, 1917, 1919/1921

O CHAPELEIRO - S.P., 1918

ALBA ROSSA - S.P., Ed. Ângelo Bandoni, 1919

AVANTI! - S.P., Ed. Alceste de Ambrys, 1917

GERMINAL - S.P., Ed. Ângelo Bandoni, Florentino de Carvalho e Rodolfo Felipe

O GRITO OPERÁRIO - S.P., Ed. D.Fagundes, 1919 e 1920

O OPERÁRIO - S.P., Ed. E.Guisard, A.Braga, R.Moraes e outros, 1920

O ALFAIATE - S.P., Órgão da União dos Alfaiates, 1920

O METALÚRGICO - S.P., Órgão da União dos Metalúrgicos, 1920

A OBRA - S.P., Ed. Florentino de Carvalho e Antonio de Olivei-

ra, 1920

- A PATULEIA - S.P., 1920
- O TRABALHADOR GRÁFICO - S.P., 1920
- O COSMOPOLITA - R.J., Órgão dos Empregados em Hotéis, Restaurantes, cafês, bares e classes congêneres), 1916-1918
- O GRÁFICO - R.J., Órgão da Associação Gráfica do Rio de Janeiro, 1917/1920
- LIBERDADE - R.J., Ed. Pedro Matera, 1917
- BOLETIM DA ALIANÇA ANARQUISTA DO RIO DE JANEIRO - R.J., 1918
- CRÔNICA SUBVERSIVA - R.J., Ed. Astrojildo Pereira, 1918
- FOLHA NOVA - R.J., Ed. Nestor P. de Oliveira, 1919
- O JERMINAL - R.J., 1919
- SPARTACUS - R.J., Eds. José Oiticica, Astrojildo Pereira, Salvador Alacid e outros, 1919/1920
- RENOVAÇÃO - R.J., Eds. Mancio Teixeira e J. Freitas
- VOZ DO POVO - R.J., Ed. Carlos Dias, 1920/1921
- A VANGUARDA - S.P., Ed. Motta Assunção, 1921
- O DEBATE - R.J., Ed. Adolpho Porto e Astrojildo Pereira
- D.QUIXOTE - R.J., Ed. Luiz Pastorino, 1917/1918 e 1920/1922
- ESTUDOS SOCIAIS - R.J., Ed. Astrojildo Pereira, 1959, 1962, 1963
- O GAROTO - S.P., 1919
- O JORNAL DO SUBIROFF - S.P., Ed. Nereu Rangel Pestana, 1920
- NOSSA TERRA - R.J., Ed. Raphael Pinheiro e Marques Pinheiro, 1919/1920
- NOSSA ERA - S.P., 1919
- O PARAFUSO - S.P., Ed. Benedito de Andrade, 1917, 1919/1921
- IL PASQUINO COLONIALE - S.P., 1920
- REVISTA CONTEMPORÂNEA - R.J., 1919
- A ROLHA - S.P., Ed. Benedito de Andrade, 1918
- TEMPOS NOVOS - R.J., 1919
- BOLETIM DA ESCOLA MODERNA - S.P., 1919
- LA RIVISTA COLONIALE - S.P., Ed. Antonio Piccarolo, 1917/1920
- REVISTA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA - S.P., Associação comercial de

São Paulo, 1918/1920

BOLETIM DA DIRETORIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO - Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo. S.P., Tipografia do Brasil, 1922 (nº 2-3)

BOLETIM DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DO TRABALHO - S.P., 1911/1928

RELATÓRIOS APRESENTADOS A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO PELO PREFEITO WASHINGTON LUIS - (vol.I) 1917/1918

MENSAGENS ENVIADAS AO CONGRESSO LEGISLATIVO PELO GOVERNADOR ALTINO ARANTES. 1918 e 1919

RELATÓRIO DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS DA JUSTIÇA E INTERIOR. R.J., Imprensa Nacional, 1919/1920

RELATÓRIO DO MINISTRO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. R.J., Imprensa Nacional, 1921

RECENSEAMENTO DO BRASIL REALIZADO EM 19 DE SETEMBRO DE 1920. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio- Diretoria Geral de Estatística. R.J., Tipografia da Estatística, 1923

RECENSEAMENTO DO RIO DE JANEIRO REALIZADO EM 20 DE SETEMBRO DE 1906. R.J., Diretoria Geral de Polícia Administrativa Arquivo e Estatística, 1907

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL - 1919

CIRCULAR DO CENTRO DOS INDUSTRIAIS DE FIAÇÃO E TECELAGEM DO ESTADO DE SÃO PAULO - 1921/1923

BOLETIM DE INFORMAÇÕES DO CENTRO DOS INDUSTRIAIS DE FIAÇÃO E TECELAGEM DO ESTADO DE SÃO PAULO - 1922

PUBLIC RECORD OFFICE, LONDON, F.O. 371/4436. From Ralph Paget to Earl Curzon. London, April 6, 1920

BANDEIRA JUNIOR, A.F. - A Indústria no Estado de São Paulo em 1901. S.P., Diário Oficial, 1901

SOLIDARIEDADE - Boletim do Comitê de Socorros aos Flagelados Russos. R.J., 12-10-1921